



ASSISTIDOS E TUTELADOS:

O BENEFÍCIO DE PRESTAÇÃO

CONTINUADA E A PRODUÇÃO DE

SUJEITOS

IN/CAPACITADOS



**ASSISTIDOS E TUTELADOS:
O BENEFÍCIO DE PRESTAÇÃO CONTINUADA E A PRODUÇÃO DE
SUJEITOS *IN/CAPACITADOS***

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

FACULDADE DE EDUCAÇÃO

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

**ASSISTIDOS E TUTELADOS:
O BENEFÍCIO DE PRESTAÇÃO CONTINUADA E A PRODUÇÃO DE
SUJEITOS *IN/CAPACITADOS***

MARCO AURÉLIO FREIRE FERRAZ

Porto Alegre 16 Julho de 2015

CIP - Catalogação na Publicação

Ferraz, Marco Aurelio Freira
Assistidos e Tutelados: o Benefício da Prestação
Continuada e a produção de sujeitos in/capacitados /
Marco Aurelio Freira Ferraz. -- 2015.
134 f.

Orientador: Maria Luisa Merino de Freitas Xavier.

Tese (Doutorado) -- Universidade Federal do Rio
Grande do Sul, Faculdade de Educação, Programa de Pós-
Graduação em Educação, Porto Alegre, BR-RS, 2015.

1. Trabalho Pessoa com deficiência. 2. Políticas
compensatorias para PCD. 3. In/exclusão. 4. Trabalho
Educativo. 5. Deficiência Intelectual. I. Xavier,
Maria Luisa Merino de Freitas, orient. II. Título.

Marco Aurélio Freire Ferraz

**ASSISTIDOS E TUTELADOS:
O BENEFÍCIO DE PRESTAÇÃO CONTINUADA E A PRODUÇÃO DE SUJEITOS
IN/CAPACITADOS**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial à obtenção do título de Doutor em Educação.

Aprovada em 16 de Julho de 2015.

Prof^a Dr^a Maria Luisa Merino de Freitas Xavier – Orientadora

Prof^a Dr^a Clarice Salete Traversini – PPGEDU – UFRGS

Prof^a Dr^a Liliane Ferrari Giordani - PPGEDU – UFRGS

Prof^a Dr^a Maura Corcini Lopes – UNISINOS

Prof^a Dr^a Suzana Moreira Pacheco - UNISINOS

Eu agradeço a todos que acreditaram no meu potencial...

Meus pais e todo o amor que me reservaram para que crescesse forte para enfrentar a vida!

Ao “De” companheiro de todas as horas que com palavras doces sempre soube acalmar!

À Minha Orientadora que com jeito fraterno e seu olhar de afeto soube talhar em mim uma postura de pesquisador, transformando meus impulsos de escrita em texto compreensível, sem perder a ternura jamais!

Ao meu grupo de pesquisa que muito me fez pensar!

À Delci e sua família que com afeto e gostosura sempre uniu nosso grupo em seus maravilhosos cafés!

Às minhas colegas e todos os jovens do Programa de Trabalho Educativo que muito me auxiliaram neste processo!

À equipe Diretiva da EMEEF Elyseu Paglioli que me incentivaram com afeto e compreensão!

À todas as energias divinas que pousaram sobre os meus ombros para que eu seguisse em frente com serenidade e inspiração!

Marco Aurélio Freire Ferraz

**ASSISTIDOS E TUTELADOS:
O BENEFÍCIO DE PRESTAÇÃO CONTINUADA E A PRODUÇÃO DE
SUJEITOS *IN/CAPACITADOS***

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial à obtenção do título de Doutor em Educação.

Orientadora: Prof^a Dr^a Maria Luisa Merino de Freitas Xavier

Linha de Pesquisa: Estudos Culturais em Educação

Porto Alegre 16 de Julho de 2015

Embora a exclusão por invisibilidade seja uma possibilidade cada vez mais remota – graças ao incremento das políticas públicas de inclusão -, permanece ainda uma situação de risco social. Isso é assim na medida em que as políticas públicas de inclusão – que, com suas bolsas assistenciais, acabam transformando os “excluídos invisíveis” em “excluídos anormais” – [...]. (LOPES, 2009, P.115-116)

A vida é um frágil acontecimento. Hoje está à mercê de decisões burocráticas, jurídicas e médicas e de um conjunto de leis e regulamentos que é móvel e instável. Seguridade e insegurança, portanto, não se excluem, e todo um jogo temerário se desenvolve num horizonte sempre reatualizável de normas e decisões cada vez mais enrijecidas. (CASTELO BRANCO, 2013, P.88)

RESUMO

A presente tese tem como temática principal a implicação das políticas compensatórias para Pessoas com Deficiência, entre as quais o Benefício de Prestação Continuada (BPC). Se, após avaliação social e perícia médica, essas pessoas forem avaliadas como incapacitadas para vida autônoma e para o trabalho, passam a receber do Governo Federal um benefício no valor de um salário mínimo. O problema de pesquisa que subsidia meus questionamentos foi assim definido: quais os efeitos da política de Benefício de Prestação Continuada e seus desdobramentos, como BPC escola e BPC trabalho, nos processos de escolarização, trabalho e produção de autonomia de jovens com deficiência intelectual na contemporaneidade? Para aprofundar as respostas ao problema da pesquisa, levantei as seguintes questões: como as estratégias biopolíticas de governo da população com deficiência intelectual operam nas políticas compensatórias? Como os programas sociais para pessoas com deficiência, BPC, BPC escola e BPC trabalho, colocam em funcionamento tecnologias de in/exclusão? Como as maquinarias político-assistenciais e compensatórias estão produzindo sujeitos assistidos, mas tutelados? A partir disso, três eixos foram priorizados: família, autonomia e trabalho. No tema em questão, são visibilizadas situações em que um programa social instituído para incluir vem produzindo exclusão. Para enfrentar esse processo, são apresentadas algumas alternativas governamentais. Na linha teórica dos Estudos Culturais, de caráter qualitativo, é utilizado, como uma das ferramentas de investigação, o Grupo de Diálogo com jovens com Deficiência Intelectual que participam de um Programa de Trabalho Educativo (PTE) da Rede Municipal de Ensino de Porto Alegre. Esse Programa tem conseguido subjetivar alguns desses jovens através do trabalho, tornando-os mais autônomos e produtivos. Essa situação passa a contradizer os principais critérios para concessão do BPC.

Palavras-chave: Políticas de Inclusão; Programa de Trabalho Educativo;
In/exclusão - Deficiência Intelectual

ABSTRACT

At present this thesis has a main theme to investigate the implications of compensatory policies for people with intellectual disability between them or installment Continued Benefit (BPC). People who, after a social and medical evaluation, are considered incapable of independent living and to work receive from the federal government a benefit the value of the minimum wage. One of the research problems was so my questions defined: what effects does installment Continued Benefit and its continuing developments as BPC School, BPC work, in schooling processes and producing young autonomy of intellectual impairment in contemporary times? To assist in the conduct of answers to that problem I used the following research questions problem referred to or of research: such as bio-political strategies of government gives population with intellectual impairment operate at the compensatory policies? As social programs for people with disabilities - BPC, BPC and BPC school work - put into operation in / exclusion technology? And again: How the machinery of assistance and compensatory policies are producing subjects watched, but protected? Thus three areas have been prioritized in the conduct of research: family, autonomy and work. The survey makes visible situations where a social program set to include have produced exclusion and on the other hand has some alternative government built to face this process. Research in the theoretical line of Cultural Studies, qualitative, used as one of the research tools Dialogue Group with young people with intellectual disabilities who participate in an educational work program – PTE the Municipal Network of Porto Alegre Education. Research shows that they have been subjectified the work, making them more autonomous and productive, contradicting the main criteria for granting of this benefit - BPC.

Keywords abstract:

Policies of Inclusion - Educational Work Programme - In / exclusion - Intellectual Disability

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Composição de figuras, reprodução do quadro “operários” e releitura realizada pelo aluno <i>Dionata da Silva Abreu</i> participante do grupo de pesquisa sobre o mesmo. O quadro pintado em 1933 pela artista Tarsila do Amaral. representa o imenso número, e variedade racial das pessoas vindas de todas as partes do Brasil para trabalhar nas fábricas, que começavam a surgir no país, principalmente nas metrópoles, como em São Paulo, na década de 30, impulsionando o capitalismo e a imigração.	capa
Figura 2	Acesso à Escola dos Beneficiários do BPC – Ano 2008 – MDS	65
Figura 3	Barreiras Físicas apontadas pelas famílias – Ano 2008 – MDS	66
Figura 4	Motivos pelos quais filhos com BPC não frequentar escola – Ano 2008 – MDS	67
Figura 5	Aprendizes inseridos no mercado trabalho por deficiência de 2008 a 2012 – DRT/POA	76

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Percentual de beneficiários do BPC – Benefício de Prestação Continuada na faixa de até 18 anos de idade fora da escola no ano de 2010.	63
Tabela 2	Quadro Resumo identificação e caracterização do grupo de pesquisa.	82 - 84
Tabela 3	Quadro resumo dos encontros realizados com o grupo de jovens.	89

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

TGDH – Transtorno Global do Desenvolvimento e Hiperatividade

TDAH – Transtorno Déficit de Atenção e Hiperatividade

DM – Deficiência Mental

DI – Deficiência Intelectual

DRT – Delegacia Regional do Trabalho

BPC – Benefício de Prestação Continuada

LOAS – Lei Orgânica de Assistência Social

CEMET – Centro Municipal de Educação dos Trabalhadores

PPDs – Pessoas com Deficiência

SENAI – Serviço Nacional da Indústria

GAL – Grupo de Apoio Local

LOSAN – Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional

SUAS – Sistema Único de Assistência Social

BEs – Benefícios Eventuais

MDS – Ministério do Desenvolvimento Social

PNAS – Política Nacional de Assistência Social

SENARC – Secretaria Nacional de Renda de Cidadania

SNAS – Secretaria Nacional de Assistência Social

CID – Classificação Internacional de Doenças

CTPS – Carteira de Trabalho e Previdência Social

TGD – Transtorno Global do Desenvolvimento

CIF – Classificação Internacional de Funcionalidade

DSM – Manual Diagnóstico e Estatístico das desordens Mentais

ICIDH ou ICF – Internacional Classification Of Functioning, Disabilities and Health

OMS – Organização Mundial da Saúde

APA – Associação Psiquiátrica Americana

TR – Text Revision

INSS – Instituto Nacional do Seguro Social

PTE – Programa de Trabalho Educativo

PET – Programa de Erradicação do trabalho Infantil

SIR – Sala de Integração e Recursos

SGM – Secretaria do Governo Municipal

SMAM – Secretaria do Meio Ambiente

GP – Gabinete do Prefeito

DMLU – Departamento Municipal de Limpeza Urbana

CAR – Centro Administrativo Regional

SMF – Secretaria Municipal da Fazenda

SMOV – Secretaria Municipal de Obras e Viação

SMC – Secretaria Municipal da Cultura

FASC – Fundação de Ação Social e Comunitária

DAT – Data de Afastamento do Trabalho

INEP/MEC – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais/Ministério da Educação

NIT – Número Inscrição Trabalhador

DM/DI – Deficiência Mental/Deficiência Intelectual

CREAS – Centro de Referência Especializado de Assistência Social

CRAS – Centro de Referência e Assistência Social

SUMÁRIO

1	ADMITINDO: DO EXERCÍCIO DO DESAPEGO AO EXERCÍCIO DA FLUIDEZ	16
2	O SUJEITO DA DEFICIÊNCIA: ELIMINAR, BANIR, SANTIFICAR/DEMONIZAR, ENCLAUSURAR, MEDICALIZAR, EDUCAR, PROTEGER/ASSISTIR/TUTELAR.	24
2.1	A DEFICIÊNCIA INTELECTUAL E O TRABALHO	27
3	POLÍTICAS DE INCLUSÃO PRESENTES NA REALIDADE BRASILEIRA CONTEMPORÂNEA - IMPLICAÇÕES E DESAFIOS	35
4	AS ESTRATÉGIAS BIOPOLÍTICAS E AS POLÍTICAS COMPENSATÓRIAS DE IN/EXCLUSÃO	44
4.1	O BENEFÍCIO DE PRESTAÇÃO CONTINUADA – <i>BPC</i>	49
4.2	O PROGRAMA DE BENEFÍCIO DE PRESTAÇÃO CONTINUADA NA ESCOLA – <i>BPC ESCOLA</i>	61
4.3	O PROGRAMA DE BENEFÍCIO DE PRESTAÇÃO CONTINUADA TRABALHO - <i>BPC TRABALHO</i>	70
4.4	O PROGRAMA DE TRABALHO EDUCATIVO NAS ESCOLAS MUNICIPAIS DE PORTO ALEGRE - <i>PTE</i> E O PROGRAMA JOVEM APRENDIZ DO GOVERNO FEDERAL	72
5	A PRODUÇÃO DOS DADOS	78
5.1	OS SUJEITOS DA PESQUISA	80
5.2	AS ESCOLHAS TEÓRICO-METODOLÓGICAS E AS FERRAMENTAS DE PESQUISA	85
5.2.1	O Grupo de Diálogo	88
5.2.2	Síntese dos Questionários	97
5.2.3	Fragmentos das Pastas dos Alunos	99
5.2.4	Cenas em Destaque: as experiências de trabalho e a produção de estilos juvenis	104
6	FECHANDO O CONTRATO: AS ANÁLISES DOS DADOS – PRODUZINDO UMA TESE	112
6.1	SUJEITOS ASSISTIDOS E TUTELADOS: FAMÍLIA, AUTONOMIA E TRABALHO – AS ANOTAÇÕES GERAIS.	112
6.1.1	Entre prover a própria manutenção ou tê-la provida: proteção social, riscos e vulnerabilidade.	117
6.1.2	O Benefício que remunera e passa ser o salário	119
6.1.3	A incapacidade para a vida autônoma e o fortalecimento da autonomia: habilitar e reabilitar pessoas	122
	REFERÊNCIAS	126

1. ADMITINDO: DO EXERCÍCIO DO DESAPEGO AO EXERCÍCIO DA FLUIDEZ

“[...] somos o maior objeto da tese [...] vivemos um embate de forças internas e externas que nos ensinam muito sobre nós mesmos.” (FREITAS, 2002, P.93)

Ao introduzir o primeiro capítulo desta tese, esclareço que o jogo de palavras com o uso do verbo admitir me servirá de inspiração, entretanto ele irá além do ato de empregar, contratar, aceitar alguém como trabalhador, temática constante entre as problematizações a serem apresentadas. Esse jogo também servirá como um convite ao leitor para admitir embrenhar-se em um universo de contradições no qual apresento questionamentos quanto ao mercado de trabalho para pessoas com deficiência em aproximação a Benefícios, como: Prestação Continuada e seus desdobramentos; Benefício de Prestação Continuada escola; Benefício de Prestação Continuada Trabalho. Diante disso, o fato de um jovem ser admitido com carteira de trabalho assinada tem produzido importantes contradições, já que programas, como Trabalho Educativo da Rede Municipal de Ensino de Porto Alegre e Jovem Aprendiz do Governo Federal, trazem oportunidades para que esses mesmos jovens mostrem suas possibilidades como trabalhadores em condições de serem plenamente admitidos.

Nessa mesma perspectiva, admito não ter certezas e duvidar de verdades. Admito que este não é um trabalho fechado, com um fim absoluto. Admito que a linguagem que utilizo e as teorias que me subsidiam estão ligadas aos Estudos Culturais em Educação, nas suas vertentes pós-estruturalistas de compreensão da vida nos múltiplos tensionamentos que a compõe.

Admito que iniciei a escrita do projeto da tese com a apresentação de um ato de prescrição, justificado pelo interesse de também realizar um jogo de palavras que conduzisse à exploração do processo de medicalização, o qual tomou boa parte de minhas argumentações. Esse tema, na ocasião, poderia realmente ter se tornado meu problema de pesquisa. O tal ato de prescrição tinha como objetivo apresentar-me ao leitor.

Estava eu assim descrito: “Marco Aurélio, indivíduo do sexo masculino, de aproximadamente 1m66, com grupo sanguíneo do tipo “B” e de fator RH não conhecido, apresenta, conforme exames realizados em setembro do ano de 2011, Glicose com dosagem

de 88mg/dL, Colesterol 267mg/dL - percentual não aconselhável, triglicerídeos com uma dosagem de 66mg/dL, considerado dentro dos padrões de referência. Apresenta, também, hemograma composto por Eritrograma, Leucograma e Plaquetas condizentes com os padrões de normalidade. Portanto, pelos dados acima expostos, trata-se, possivelmente, de um indivíduo acima do peso e/ou de hábitos sedentários.”

Assumia, com isso, estar correndo riscos de não ser entendido e de produzir possíveis estranhamentos; justificava estar iniciando a escrita com uma caracterização, a partir de dados fidedignos, mas que não diziam quem eu era. Afirmava ainda que seria praticamente impossível dizer quem somos, pois, naquele exato momento de escrita, eu já me constituía diferente, pois me produzia como alguém que pretendia fixar algo de si em um texto. Esclarecia que fiz a provocação inicial com a intenção de destacar que o ato de prescrever também faria parte de um conjunto de ideias com as quais pretendia compor meu Projeto de Pesquisa para o Doutorado.

Meu objetivo de então era problematizar o movimento de medicalização do saber como um movimento de apropriação de saberes da medicina, ciência das “doenças”, dos termos exatos e da busca de verdades, os quais, segundo argumentação apresentada, se mesclavam aos saberes da pedagogia, ciência da aprendizagem, do conhecimento, do saber escolar. Isso, de certa forma, permitiu a produção do que chamei de “um adoecimento da aprendizagem”: quando os alunos que “não-aprendem”, ou melhor, que aprendem de um jeito diferente daquele que a escola lhes tenta ensinar, são fadados a serem reconhecidos como os que poderiam caber dentro de certas codificações “científicas”. Estas tentam justificar, também, suas falhas na aprendizagem e, na maioria das vezes, aproximá-los de alguma patologia. Esses alunos poderiam ser apresentados de uma forma semelhante àquela com a qual me apresentei, encaixados, no entanto, em termos como: TGD - transtorno global do desenvolvimento; TDAH - transtorno déficit de atenção e hiperatividade; DM - deficiência mental; DI - deficiência Intelectual; e, ainda, em um dos mais atuais, TEA - Transtorno do Espectro Autista- e outros tantos termos referentes a distúrbios, defasagens, déficits.

Os dados relativos aos processos e práticas de medicalização, com os quais passei a conviver mais intensamente a partir da minha dissertação de mestrado, conduziram-me a uma maior aproximação com programas como o Benefício de Prestação Continuada, BPC, o qual muitas crianças, adolescentes e jovens recebem do Governo Federal, fruto de um programa de

inclusão social; por outro lado, parece que esse benefício está excluindo muitos de seus beneficiários das práticas escolares. A influência desse programa nas práticas de escolarização de crianças e jovens com deficiência, diagnosticados como “incapacitados para a vida autônoma e para o trabalho”, passou, então, a compor meu problema de pesquisa.

No decorrer da elaboração do atual projeto de pesquisa, foram levantadas como questões possíveis: como o programa de inclusão e proteção social, BPC, institucionalizado pela LOAS, Lei Orgânica de Assistência Social, pode estar produzindo exclusão escolar? Como as práticas de medicalização produzem regimes de verdade sobre a incapacidade para vida autônoma e para o trabalho? Como algumas práticas escolares veem capacitando para o trabalho e investindo na autonomia de jovens diagnosticados como incapazes para vida autônoma e para o trabalho?

Após a qualificação do projeto e tendo em vista as contribuições da banca examinadora que visaram aprimorar as questões de pesquisa para responder como programas sociais vêm produzindo exclusão, faço uma escolha argumentativa e metodológica, ou seja, decido incluir no estudo as políticas compensatórias como estratégias biopolíticas e verificar a implicação das mesmas nos processos de exclusão, entre elas a exclusão da escola, como é o caso de milhares de beneficiários do BPC. O deslocamento do foco da questão da medicalização para a questão das políticas pareceu-me mais produtivo tanto para a investigação como um todo, quanto para a compreensão das respostas dadas pelas famílias para justificar o fato de seus filhos estarem fora da escola, tais como: “não vai aprender mesmo”. Há, também, a necessidade de entender o fato alegado por elas de não levar o filho à escola para protegê-lo de discriminações e preconceitos, situações essas que merecem ser divulgadas.

É importante referir, no entanto, que as práticas de medicalização e seus regimes de verdade acompanharão as argumentações, pois, sendo os sujeitos da pesquisa pessoas com deficiência intelectual¹, não posso desconhecer que a constituição dos mesmos se dá na trama composta pelos dispositivos de medicalização.

1 Apesar de o termo deficiência intelectual já ter sido utilizado em documentos da Organização das Nações Unidas em 1995, toma-se como importante marco o encontro realizado em Montreal, no Canadá, em 2004, que foi oficialmente chamado Declaração de Montreal sobre Deficiência Intelectual. A utilização do termo não trata apenas de uma mudança de escrita, mas também de postura, pois a maioria dos manuais diagnósticos desconsidera tal discussão. A discussão inicial aponta para necessidade de diferenciação do termo doença mental

Com o aprimoramento de meus estudos, o problema de pesquisa que subsidia meus questionamentos ficou assim definido: quais os efeitos da política de Benefício de Prestação Continuada e seus desdobramentos, como BPC escola e BPC trabalho, nos processos de escolarização, trabalho e produção de autonomia de adolescentes e jovens com deficiência intelectual na contemporaneidade? Para auxiliar no aprofundamento das respostas a esse problema, levantarei as seguintes questões: como as estratégias biopolíticas de governo da população com deficiência intelectual operam nas políticas compensatórias? Como os programas sociais para pessoas com deficiência, BPC, BPC escola e BPC trabalho, colocam em funcionamento tecnologias de in/exclusão? Como as maquinarias políticas, assistenciais e compensatórias, estão produzindo sujeitos assistidos mas tutelados? A partir disso, três eixos serão priorizados na condução da pesquisa: família, autonomia e trabalho.

Após essa breve introdução, retomo minha apresentação, expondo as relações da temática da presente tese com meu trabalho profissional, ou seja, com a constituição de minha carreira como professor da Rede Municipal de Educação da cidade de Porto Alegre, RS.

A caminhada iniciou no dia 10 de março de 1992, data de minha posse na Secretaria Municipal de Educação de Porto Alegre, mais precisamente em 18 de março quando iniciei meu trabalho como professor alfabetizador na Escola Municipal Gilberto Jorge². Os investimentos iniciais como professor alfabetizador na escola comum, a experiência com crianças em fase de inclusão e, posteriormente, com adolescentes oriundos de escolas especiais na implantação de uma turma piloto nessa modalidade, no Centro de Educação do Trabalhador, hoje CEMET Paulo Freire, e, por fim, como professor de uma escola especial desde 1995, tudo isso se constituiu em momentos que me conduziram para um mesmo caminho.

Refiro-me a um caminho repleto de aprendizagens que foram instalando inquietudes e expectativas, que provocaram dúvidas, tais como: que espaço/lugar é esse reconhecido como de Educação Especial? Que histórias de vida escolarizadas são produzidas por estes alunos ditos especiais? Como romper com ideias de segregação tão questionadas nos meios

de deficiência mental, embora algumas correntes teóricas avancem apontando que a pessoa não tem déficit na mente, mas no intelecto, no cognitivo. Por ser um termo que acompanhará toda tese e se repetirá muitas vezes, utilizarei o termo DI para Deficiência Intelectual.

² Escola Municipal localizada no Morro Alto, em Ipanema, conhecida pela sua trajetória de Escola Inclusiva.

acadêmicos e nas Políticas de Inclusão? Qual nosso papel, como Educadores Especiais, na construção da dita Escola Inclusiva?

As inquietudes pareciam claras diante das questões que se apresentavam; a expectativa de aprofundá-las, porém, justificava meu empenho de continuar investindo em ações inclusivas.

Na tentativa de responder a questões um tanto semelhantes a algumas das anteriormente apresentadas, realizei minha pesquisa de mestrado³ com a intenção de visibilizar o discurso de alunos identificados na época como tendo “Necessidades Educativas Especiais”, público-alvo da pesquisa sobre os processos inclusivos vivenciados por eles, tanto em escolas comuns quanto em especiais. Entretanto, através desse discurso, pude perceber o quanto a própria escola estava produzindo alunos incluídos e excluídos ao mesmo tempo.

Mobilizado por essa intenção, circulei por muitos lugares para conversar com professores que se mostravam interessados na temática do estudo e desejavam saber o que tais alunos diziam sobre o tema da inclusão. Percebi que, ao falar com esses professores, estava defendendo a possibilidade e a necessidade de eles ouvirem aquilo que todos os seus alunos tinham a dizer sobre suas práticas pedagógicas.

Enquanto falava com os professores, tinha muito presente as cenas nas quais as narrativas dos alunos foram produzidas e o quanto o discurso dos grupos, nos encontros, fazia-me refletir sobre diferentes aspectos em relação aos quais ainda não havia pensado. Nesses momentos, vivenciava um dos princípios da narrativa apresentados por Larrosa (1996) que defende que, enquanto narramos a nós mesmos e somos narrados pelos outros, estamos nos constituindo. Essa era a sensação que me possuía, a de que com aqueles comentários dos professores participantes dos encontros poderia lançar novos olhares sobre os dados da pesquisa realizada. Isso realmente aconteceu e contribuiu para que eu aceitasse o desafio, por exemplo, de participar de cursos de formação de professores ligados diretamente à temática da inclusão.

3 Dissertação de Mestrado, realizada no PPGEduc/FACED/UFRGS, defendida em 2008, sob o título: Rompendo silêncios: alunos com Necessidades Educativas Especiais narram histórias de inclusão. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10183/15662>

Trabalhando ainda hoje na Educação Especial, sinto ter sido tal escolha o resultado de uma opção clara de investir na diversidade e aprender com as diferenças num mundo de desigualdades.

Deslizar de um investimento, que foi o mestrado, para a experiência do doutorado foi me propor a partir para outros lugares e desafios, foi correr riscos e entregar-me ao compromisso de produzir novos conhecimentos para uma possível contribuição da Universidade Pública com a educação e de compreender alguns fenômenos que inquietam a escola na difícil tarefa de incluir a todos.

Na perspectiva em que venho desenvolvendo meus estudos, pretendi desenvolver uma tese que aprofundasse a discussão sobre as práticas de exclusão presentes em algumas políticas de inclusão, procurando verificar como as mesmas acabam por produzir “sujeitos assistidos e tutelados”, posicionados como sujeitos privados, desrespeitados, tidos como sem opinião. Em vista disso, poderia evocar as ideias da produção de sujeitos “menores”, sujeitados a tutelas provisórias ou permanentes. Essa questão encontra-se muito presente nas pesquisas desenvolvidas sobre o mercado de trabalho para pessoas com deficiência intelectual, o qual ainda aparece como um estilo de trabalho também diferenciado, muitas vezes adaptado, tutelado, provisório e não produtivo.

Segundo Duschatzky, (2008) talvez seja nas relações de subordinação e tutela, presentes nas configurações dos discursos religiosos e do estado para socialização das camadas mais carentes de uma população, calcados em subjetividades normalizadas, que encontramos as marcas residuais que permeiam as atuais políticas compensatórias. A subordinação e a tutela proporcionam a formação de sujeitos “sujeitados” a sua condição de pobreza e configuram relações de dependência e respeito aos seus provedores.

Além disso, deficiência e pobreza foram historicamente categorias tratadas de forma muito semelhante e, para o BPC, ambas são critérios para sua concessão.

O BPC pode ser visto como uma política pública compensatória, como uma política de inclusão, que utiliza os dispositivos de assistência na tentativa de inserir todos na estrutura social. Com isso, é oportunizado aos que necessitam o que Castel (2013) considera uma espécie de Renda Mínima de Inserção, RMI⁴, um valor a ser percebido pelo sujeito para que

⁴ RMI votada pelo Parlamento francês em 1º de dezembro de 1988, abre o direito a uma renda mínima de cerca de 2.000F (dois mil francos) a toda pessoa cujos recursos são inferiores a esta quantia. Não se trata de uma indenização específica, correspondente a esta ou aquela deficiência, mas de um direito geral endereçado a toda pessoa desprovida que, em contrapartida, se compromete a produzir uma atividade dita de inserção.

possa fazer parte de uma estrutura social que lhe ofereça o necessário para uma sobrevivência adequada. Assim, essa população é retirada de uma zona de desvantagem.

A escolha do Benefício de Prestação Continuada⁵, como uma das temáticas de pesquisa, deve-se ao fato de, para receber tal benefício, crianças e jovens necessitam de compulsoriamente passar por uma minuciosa perícia médica que dirá se eles são considerados ou não como “incapacitado para vida autônoma e para o trabalho”. Procurando entender melhor tal situação, tive acesso a dados que me inquietaram devido à quantidade de alunos ditos de inclusão que recebem o Benefício de Prestação Continuada e ao grande número deles que estão fora da escola. Esses dados foram produzidos a partir de uma pesquisa nacional, realizada através do Programa Benefício de Prestação continuada na Escola⁶.

Assim, o BPC, proposto como uma ação política para ser uma prática de inclusão, parece não estar cumprindo seu objetivo. A análise dos dados da pesquisa BPC na Escola revela que, contraditoriamente, o programa de inclusão está produzindo exclusão. Sendo assim, incorporei essa temática na composição da minha pesquisa na tentativa de visibilizar e compreender a influência daquele benefício nas práticas de escolarização de crianças e jovens com deficiência, especificamente com deficiência intelectual. Escolhi trabalhar com essa deficiência por ter percebido em numerosas pesquisas o quanto a escola tem demonstrado dificuldade para trabalhar com esse tipo de deficiência que lhe exige novas práticas educativas. Em se tratando dos alunos diagnosticados como incapazes para vida autônoma e para o trabalho, as escolas têm convivido com situações que merecem e precisam ser melhor estudadas. Estou me referindo a situações em que as instituições escolares, ao propor diferentes intervenções pedagógicas para tais alunos, conseguem capacitá-los para experiências de trabalho, o que lhes proporciona uma maior autonomia, embora tenham sido

⁵ O Benefício de Prestação Continuada de Assistência Social (BPC), assegurado pela Constituição Federal de 1988, garante a transferência mensal de 1 salário mínimo ao idoso, com 65 anos ou mais, e à pessoa com deficiência incapacitada para a vida independente e para o trabalho, que comprovem não possuir meios para prover a própria manutenção, nem de tê-la provida por sua família. O BPC é um benefício individual, não vitalício e intransferível, que integra a Proteção Social Básica no âmbito do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). É um direito de cidadania assegurado pela proteção social não contributiva da Seguridade Social. Para ter acesso ao BPC, não é necessário que o beneficiário já tenha contribuído para a Previdência Social.

⁶ O Programa BPC na Escola foi instituído pela Portaria Normativa Interministerial nº18, de 24 de abril de 2007. É um programa do Governo Federal, executado em parceria com os Estados, Municípios e Distrito Federal, por meio de ações articuladas das políticas públicas, particularmente as de saúde, assistência social, educação e direitos humanos, com vistas a superar as barreiras para o acesso e a permanência na escola das pessoas com deficiência, com idade até 18 anos, beneficiárias do BPC. O BPC na Escola tem como objetivo promover a elevação da qualidade de vida e dignidade do público do programa.

anteriormente diagnosticados como incapazes, tanto para vida autônoma quanto para o trabalho.

A partir dessas considerações, passo a propor um exercício de pensar a deficiência e de compreender quem seria essa pessoa com deficiência. Para tanto, utilizo algumas palavras-chave que traduzem algumas concepções imbricadas nas muitas transformações ocorridas ao longo do tempo, o que exigiu diversas atualizações discursivas em diferentes épocas; da mesma forma como fez com que as condutas sociais para tratar com essas pessoas também fossem se modificando e produzindo o sujeito deficiente.

2 O SUJEITO DA DEFICIÊNCIA: ELIMINAR, BANIR, SANTIFICAR/DEMONIZAR, ENCLAUSURAR, MEDICALIZAR, EDUCAR, PROTEGER/ASSISTIR/TUTELAR

De todo modo é sabido que em Esparta crianças portadoras de deficiências físicas ou mentais eram consideradas sub-humanas, o que legitimava sua eliminação ou abandono, prática perfeitamente coerente com os ideais atléticos[...] Com o cristianismo, de fato, o deficiente ganha alma e, como tal, não pode ser eliminado ou abandonado sem atentar-se contra desígnios da divindade.[...] Dotado de alma e beneficiado pela redenção de cristo, o deficiente mental passa a ser acolhido caritativamente em conventos ou igrejas, onde ganha a sobrevivência, possivelmente em troca de pequenos serviços à instituição ou a pessoa “benemérita” que o abriga. Será apenas no século XIII que surgirá uma primeira instituição para abrigar deficientes mentais [...] (PESSOTI, 1984, p.3-5).

Com o objetivo de apresentar, de forma resumida, exemplos das condutas assumidas pela humanidade ao longo do tempo na tentativa de controlar “os diferentes” e de como foram postos em movimento diferenciados saberes sobre o sujeito deficiente, destaquei algumas palavras-chave, tais como: eliminar, banir, santificar/demonizar, enclausurar, medicalizar, educar, proteger/assistir/tutelar. A escolha de tais palavras se deu no sentido de destacar alguns dos muitos mecanismos, vistos em diferentes textos a que tive acesso durante minha carreira acadêmica, que foram colocados em funcionamento na tentativa de encontrar um “lugar” para os anormais. Essas palavras não seguem uma lógica cronológica, elas só visibilizam práticas em funcionamento. Passo, portanto, a comentá-las.

Eliminar - não se tem indícios muito claros na literatura de como os povos primitivos lidavam com a deficiência, no entanto é sabido que a lei dos mais fortes imperava nessa época. Sabe-se, também, que algumas tribos utilizavam como prática autorizada a eliminação dos bebês que nasciam com alguma deficiência. Registros mostram que, em Esparta, todos aqueles que apresentavam algum tipo de deficiência não poderiam se transformar em guerreiros, podendo, portanto, ser eliminados.

Banir - tomo como referência aqui a Nau dos Insensatos, descrita por Michel Foucault em A História da Loucura (1961), representada por Hieronimus Bosch no seu quadro a Nau

dos Loucos (1490) e por Sebastian Brant em sua obra *Stultiferas Navis*, também traduzida como *A Nau dos Loucos* (1494). As naus dos loucos ou insensatos eram estranhos barcos que deslizavam pelos rios e mares, levando uma carga insana, partindo sem um rumo definido, num mergulho rumo ao desconhecido. Os tripulantes embarcavam em uma viagem sem fim, flutuando num mar infinito, sem bordas, sem ancoragem, portanto ficavam à deriva, sem um lugar definido para chegar. A *Nau* de Brant, chamada *Nau dos Loucos*, por exemplo, trata de uma sátira moral, dos vícios morais. Tal obra tornou-se, na época, um livro popular. Um dos motivos da sua popularidade foi o tom cômico das gravuras, referentes a um grande cortejo de loucos embarcados em uma nau que navegaria até a mítica “Narragônia”, ilha onde estariam reunidos todos os vícios. Percebe-se com essa obra que a loucura passa também a ser vista como desregramento, irregularidade de conduta, defeito. Pode-se inferir que as naus e os estranhos barcos do final da Idade Média serviriam não apenas como uma forma de banimento da loucura, mas também como uma vontade de “limpar” as cidades da presença dos indesejáveis da época: bêbados, prostitutas, mendigos, andarilhos e os deficientes.

Santificar/demonizar - no contexto histórico da “Inquisição Católica” e mais tarde da “Reforma Protestante”, as estruturas sociais eram definidas por leis divinas. Sob o domínio da Igreja Católica, qualquer ideia ou pessoa que pudesse atentar contra aquela estrutura teria de ser exterminada. A inquisição católica sacrificou como hereges ou endemoniados milhares de pessoas, entre elas loucos, adivinhos, alucinados e deficientes intelectuais. Na chamada “Reforma Luterana”, o tratamento dado aos imbecis, idiotas e loucos também não se diferenciou muito, permanecendo uma rigidez ética em que tais pessoas eram culpadas pelos seus atos. As “leis divinas” reconheciam as pessoas com deficiência com o status de ser humano, criatura de Deus, e, como tal, tinham a sobrevivência preservada e a saúde mantida. Entretanto, elas adquiriram significados religiosos contraditórios, ora como santos anjos do senhor, inocentes criaturas divinas, ora como servidores do demônio, com desígnios maléficos.

Enclausurar - segundo Roberto Machado (2006), Foucault chamou de o “Grande Enclausuramento” o momento em que, na Europa, o estado e a igreja utilizaram a internação como um instrumento de poder político para excluir da sociedade aqueles que escapavam às suas regras. A loucura passa, assim, a ser tratada em instituições médicas. É quando ocorre a criação dos hospitais gerais na França que agruparam o La Salpêtrière, o Asilo de Bicêtre e outros estabelecimentos. Tais hospitais foram se transformando em instituições psiquiátricas,

consideradas na época como hospícios. O médico Philippe Pinel, um dos percussores no reconhecimento da psiquiatria como uma especialidade médica, foi médico-chefe do Asilo de Bicêtre, um hospício psiquiátrico para homens situado nas redondezas de Paris.

Medicalizar - destaco o que referencia Aguiar (2004) sobre o que propôs Irving Zola em 1972. Zola defende que, na modernidade, a medicina foi progressivamente passando a assumir a função de regulação social, antes exercida pela igreja e pela lei. Determinados problemas sociais foram, cada vez mais, sendo medicalizados, ou seja, vistos sob o prisma da medicina científica, como doenças a serem tratadas. Saliento que, com a entrada da psiquiatria no tratamento da loucura e com as experiências de Pinel nos hospícios, outro enfoque é dado à loucura e à deficiência, agora sob o prisma da doença.

Segundo Renata Lauretti Garrido (2008), o conceito de medicalização foi utilizado em diversos estudos, especialmente a partir da década de 1970, para tratar também os problemas de aprendizado das crianças. Já para Maria Aparecida Affonso Moyses (2001), o termo medicalização refere-se ao processo de transformar questões não-médicas, como as sociais e humanas, em questões médicas e/ou biológicas, isto é, trata-se de tentar encontrar, no campo médico, as causas e soluções para problemas de outra natureza. Na educação, vê-se atualmente a proliferação de termos antes utilizados apenas por profissionais da medicina. Percebe-se, assim, a apropriação de novas formas de se referir aos velhos problemas de aprendizagem e comportamento: alunos que por algum motivo não param quietos passam a ser os hiperativos.

Foucault (*apud* Castro, 2009), além de fazer referência ao processo que caracteriza a função política da medicina e à extensão indefinida e sem limites da intervenção do saber médico nas questões sociais, destaca que a medicalização pode, ainda, ser vista como um processo normativo produzido pela medicina, como a ciência dos corpos, tanto na enfermidade quanto na saúde, indissolavelmente vinculada à extensão da prática médica.

Com o consentimento da sociedade, é delegada à medicina a tarefa de normatizar, legislar e vigiar a vida. Com isso, ficam colocadas as condições históricas para a medicalização dessa mesma sociedade, o que inclui comportamentos e aprendizagens.

A normatização da vida e a transformação de alguns dos seus problemas em doenças, distúrbios, transtornos surgem como a possibilidade de explicar os distúrbios ou transtornos

de comportamento e os distúrbios ou transtornos de aprendizagem. Tudo aquilo que escapa às normas, o que não vai bem, o que não funciona como deveria, é muitas vezes transformado em doença, distúrbio ou transtorno, em problema biológico.

Educar - segundo relato de Pessotti (1984), em 1797, Jean Itard, reconhecido médico e pedagogo da época, recebeu a guarda de um menino, capturado em uma floresta ao sul da França, que lá vivia há aproximadamente 12 anos como selvagem (conhecido como Victor de L'Aveyron ou selvagem de Aveyron). Esse menino foi diagnosticado pelo doutor Pinel como “radicalmente incapaz de aprendizagem, como os demais idiotas que conheceu no Asilo de Bicêtre. Indivíduo desprovido de recursos intelectuais por deficiência mental essencial e não fruto das privações pelo modo de vida” (Pessotti, 1984). Itard, partidário da ideia de que o homem não nasce como homem, mas é construído como tal, assumiu a educação do menino Vitor de forma sistemática e individualizada. Tal experiência representa uma das primeiras tentativas de educar crianças com baixos níveis de inteligência, com quadros de atraso ou situação de doença mental. Na época, ainda predominava o pensamento de que tais crianças dificilmente seriam educáveis, sua situação requeria cuidados que apenas a medicina poderia suprir.

Proteger/assistir/tutelar - são palavras que movimentam vários momentos da pesquisa, pois a tese que desenvolvo está calcada nas relações da deficiência intelectual com o estado de assistência e trabalho. Aponto, nessa pesquisa, a existência de práticas, tecnologias e estratégias específicas que possibilitam, através dessas relações, a produção de pessoas rotuladas como improdutivas, incapacitadas para vida autônoma e para o trabalho. Por outro lado, tento colocar em movimento saberes construídos nas práticas que desafiam jovens com deficiência a enfrentarem novas oportunidades, o que contradiz algumas afirmações sobre autonomia e trabalho.

2.1 A Deficiência Intelectual e o trabalho

“[...] não é possível expressar melhor a maneira como os operários redefinem a questão social a partir de suas próprias necessidades. A única forma social que pode assumir o direito de viver, para os trabalhadores, é o direito ao trabalho.”
(CASTEL, 2013, p. 350).

“O trabalho continuará sendo uma referência não só economicamente, mas também psicologicamente, culturalmente e simbolicamente dominante, como provam as reações dos que não o têm”. (CASTEL, 2013, p.578).

O trabalho dignifica o homem, expressão tão comumente usada encontra explicação não somente na exaltação ao trabalho, como condição essencial de sobrevivência, mas também como dignificação da vida: o trabalho como um referencial, como eixo principal na vida do sujeito.

Para alguns jovens com deficiência intelectual sujeitos da pesquisa, o trabalho é uma forma de inscrição em processos de significação que podem apontar para outros rumos em suas vidas, como a entrada em um mundo de possibilidades - o mundo do trabalho.

Para Penko (2010), falar do mundo do trabalho exige o desafio de combinar dupla perspectiva, isto é, conceber a centralidade do trabalho na formação do sujeito e a noção do valor do trabalho como fenômeno psicossocial e cultural, decorrente de um processo histórico de relações de poder.

Oportuno salientar que a deficiência intelectual é um termo que assumo nesse estudo, como já referi anteriormente, porém considero que ele ainda merece destaque e aprofundamento. A designação deficiência intelectual passou a ser adotada uma vez que diz respeito às teorias da cognição que apontam para inteligência, definida como a capacidade mental de raciocinar, planejar, resolver problemas, abstrair ideias, compreender ideias e linguagens e aprender. Dessa forma, associo-me aos movimentos de problematização do termo deficiência mental por reconhecer que os jovens assim diagnosticados não apresentam deficiência em seus sentimentos, desejos e crenças, mas, sim, na sua forma de raciocinar, abstrair ideias, aprender. Sua deficiência centra-se, portanto, na cognição, ligada intimamente à intelectualidade. Em vista disso, o termo deficiência intelectual mostra-se como mais adequado.

Ainda em relação ao trabalho, Castel (2013) afirma que este é um suporte privilegiado de inscrição na estrutura social. Assim, é possível considerar que tanto o deficiente intelectual

(DI), quanto aquele que não trabalha estariam localizados em uma zona de exclusão ou, como prefere o autor, em uma zona de desfiliação.

É por isso que ao tema da exclusão hoje abundantemente orquestrado, preferirei o da desfiliação [...] Não se trata de uma vaidade de vocabulário. A exclusão é estanque. Designa um estado, ou melhor, estados de privação. [...] Em contrapartida, falar de desfiliação não é ratificar uma ruptura, mas reconstituir um percurso. A noção pertence ao mesmo campo semântico que a dissociação, a desqualificação ou a invalidação social. Desfiliado, dissociado, invalidado, desqualificado em relação a quê? [...] Seria preciso reinscrever os déficits em trajetórias, reenviar a dinâmicas mais amplas, estar atento aos pontos de oscilação que geram os estados limites. Procurar a relação entre a situação em que se está e aquela de onde se vem, não autonomizar as situações extremas, mas juntar o que se passa nas periferias com o que acontece em direção ao centro. (CASTEL 2013, p.26)

Segundo Castel, a desfiliação está associada a um processo e não a uma ruptura, por isso interessa ao seu estudo a parcela crescente da população que se encontra em situação de flutuação na estrutura social. Para o autor, essa “população flutuante” não se inseriria em nenhuma estrutura, já que a margem entre uma estrutura e outra seria determinada pela inserção dessa parcela da população em uma sociedade salarial, em uma “civilização do trabalho”, centrada na sociedade do trabalho como uma das referências da organização social. Nessa sociedade salarial, os trabalhadores estáveis estariam integrados; os trabalhadores em situação de risco, vulneráveis e os que estão fora da sociedade salarial estariam desfiliaados.

Retomando a relação do trabalho com a situação de deficiência, mais especificamente com a DI, evidencia-se nas transformações históricas que os modelos de trabalhos para essa população foram determinantes para o surgimento de termos, como inúteis, inadaptados, incapacitados, inválidos ou ainda em situação de desvantagem. De forma muito semelhante, o conceito de DI foi se configurando a partir de desdobramentos de expressões similares, entre elas a própria deficiência, ou ainda, incapacidade e desvantagem. Esses termos foram divulgados pela Organização Mundial da Saúde em estudos realizados ao longo da década de 70 e, em 1989, traduzidos para o Português da seguinte forma:

Deficiência (Impairment) diz respeito a uma anomalia de estrutura ou uma anomalia de aparência do corpo humano e do funcionamento de um órgão ou sistema, independentemente de sua causa, tratando-se, em princípio, de uma perturbação de tipo orgânico;

Incapacidade (Disability) reflete as consequências de uma deficiência no âmbito funcional e da atividade do indivíduo, representando, desse modo, uma perturbação no plano pessoal;

Desvantagem (Handicap) refere-se às limitações experimentadas pelo indivíduo em virtude da deficiência e da incapacidade, refletindo-se, portanto, nas relações do indivíduo com o meio, bem como em sua adaptação ao mesmo. (SECRETARIADO NACIONAL DE REABILITAÇÃO – ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE, 1989, P.21).

Tendo em vista novamente os conceitos ou palavras-chave que movem a pesquisa, reitero que falo de indivíduos que apresentam algo que se caracteriza como um déficit orgânico; nos casos em questão, uma deficiência que é determinada a partir de um prejuízo nas funções cognitivas, o que os posiciona, por vezes, como incapacitados para alguns tipos de atividades. O trabalho é uma dessas atividades que aqui se destaca. Então, para dar conta dessa aparente desvantagem, que as pessoas com deficiência intelectual enfrentam no que tange ao mercado de trabalho, algumas estratégias foram produzidas, entre elas os próprios programas sociais ora em estudo.

Uma outra estratégia que pretende corrigir a situação de desvantagem das pessoas com deficiência no mercado de trabalho é a conhecida lei de cotas. A lei número 8213, de 24 de julho de 1991, determina que todas as empresas privadas com mais de 100 funcionários devem preencher entre 2 e 5% de suas vagas com trabalhadores que tenham algum tipo de deficiência. A partir disso, ficou estipulado que: empresas que possuam de 100 a 200 funcionários devem reservar, obrigatoriamente, 2% de suas vagas para pessoas com deficiência; entre 201 e 500 funcionários, 3%; entre 501 e 1000 funcionários, 4%; aquelas com mais de 1001 funcionários, 5% das suas vagas.

Para fins de reservas de vaga no cumprimento da referida lei, são consideradas, de acordo com o Ministério do Trabalho, duas normas internacionais devidamente ratificadas pelo Brasil, o que lhes confere status de leis nacionais, que são: a Convenção nº 159/83 da Organização Internacional do Trabalho⁷, e a Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra as Pessoas Portadoras de Deficiência, também conhecida como Convenção da Guatemala, promulgada pelo Decreto nº 3.956, de 8 de outubro de 2001. Ambas conceituam deficiência, para fins de proteção legal, como uma limitação física, mental, sensorial ou múltipla, que incapacite a pessoa para o exercício de

⁷A Organização Internacional do Trabalho (OIT) é a agência das Nações Unidas que tem por missão promover oportunidades para que homens e mulheres possam ter acesso a um trabalho decente e produtivo, em condições de liberdade, equidade, segurança e dignidade. O Trabalho Decente, conceito formalizado pela OIT em 1999, sendo considerado condição fundamental para a superação da pobreza, a redução das desigualdades sociais, a garantia da governabilidade democrática e o desenvolvimento sustentável. Disponível em: <http://www.oitbrasil.org.br/content/apresentação>

atividades normais da vida e que, em razão dessa incapacitação, ela tenha dificuldades de inserção social. Convém salientar que, diante de diferentes situações enfrentadas pelas empresas e de divergências encontradas na determinação do cômputo dos trabalhadores para o cumprimento da lei, determinou-se o que rege no decreto 5296, de 2 de dezembro de 2004, conhecido como “Lei da Acessibilidade”:

Art. 3º Para os efeitos deste Decreto considera-se:
I - deficiência - toda perda ou anormalidade de uma estrutura ou função psicológica, fisiológica ou anatômica que gere incapacidade para o desempenho de atividade, dentro do padrão considerado normal para o ser humano;
II - deficiência permanente - aquela que ocorreu ou se estabilizou durante um período de tempo suficiente para não permitir recuperação ou ter probabilidade de que se altere, apesar de novos tratamentos; e
III - incapacidade - uma redução efetiva e acentuada da capacidade de integração social, com necessidade de equipamentos, adaptações, meios ou recursos especiais para que a pessoa portadora de deficiência possa receber ou transmitir informações necessárias ao seu bem-estar e ao desempenho de função ou atividade a ser exercida.

No mesmo decreto, conceitua-se como deficiência intelectual o funcionamento intelectual significativamente inferior à média, com manifestação antes dos 18 anos e limitações associadas a duas ou mais áreas de habilidades adaptativas, tais como: comunicação, cuidado pessoal, habilidades sociais, utilização dos recursos da comunidade; saúde e segurança, habilidades acadêmicas; lazer e trabalho.

A referida conceituação deixa claro que o trabalho, por exemplo, é considerado uma habilidade adaptativa, portanto reforça afirmações já feitas do quanto este ocupa um critério de estabilidade na estrutura social.

Para Castel (1997), apesar de o modelo de análise que apresenta as zonas em que todo indivíduo pode ser situado parecer demasiado teórico, ele aponta para implicações práticas interessantes. Segundo o autor:

As situações marginais aparecem ao fim de um duplo processo de desligamento: em relação ao trabalho e em relação à inserção relacional. Todo indivíduo pode ser situado com a ajuda deste duplo eixo, de uma integração pelo trabalho e de uma inserção relacional. Esquematizando bastante, distinguimos três gradações em cada um desses eixos: trabalho estável, trabalho precário, não-trabalho; inserção relacional forte, fragilidade relacional, isolamento social. Acoplando estas gradações duas a duas obtemos três zonas, ou seja, a zona de integração (trabalho estável e forte inserção relacional, que sempre estão juntos), a zona de vulnerabilidade (trabalho precário e fragilidade dos apoios relacionais) e a zona de marginalidade, que

prefiro chamar de zona de desfiliação para marcar nitidamente a amplitude do duplo processo de desligamento: ausência de trabalho e isolamento relacional. (P.23)

De acordo com Castel, o que produz a vulnerabilidade não é um estado de faltas, seja de alimentação, moradia, saúde, educação, mas, sim, o efeito de dois vetores: o eixo da integração ou não integração pelo trabalho e o eixo da inserção ou não inserção em uma estrutura sócio-familiar. Enquanto no eixo do trabalho podem existir integração, precarização e exclusão, no eixo relacional pode haver diferentes inserções.

Quanto à integração pelo trabalho, observam-se, nos estudos de Boschetti (2008), afirmações de que, no Brasil, por muito tempo os direitos sociais estavam claramente vinculados ao trabalho. Comenta a autora que a Constituição democrática de 1946 consolidou a supremacia do trabalho, reconhecendo-o como uma obrigação social, e reforçou a ideia de que a proteção deveria ser um direito derivado do trabalho, reservado aos trabalhadores empregados. Aponta, também, duas mudanças significativas em relação às constituições anteriores: a primeira refere-se à garantia constitucional da assistência hospitalar e preventiva, ao lado da assistência médica e sanitária; a segunda, o estabelecimento da distinção entre empregados e desempregados, aos empregados oferecia-se proteção previdenciária e aos desempregados, proteção assistencial.

É importante lembrar que, na atualidade, o BPC é um dispositivo de proteção social, ainda administrado pela previdência social, o qual tem como um dos critérios de concessão uma espécie de incapacidade para o trabalho. Isso, de certa forma, permite levantar uma ideia potente de que, enquanto para um outro trabalhador sem deficiência a invalidez é um risco social, segurado pela previdência, para uma PCD a invalidez é uma condição para concessão de benefício.

Os benefícios e sua aproximação com os dispositivos de seguridade social vinculados ao trabalho foram se constituindo, a partir de debates entre os partidários de um modelo previdenciário e os defensores do modelo assistencial, o que segundo Boschetti, (2008, p. 37):

Isso não provocou a transformação das instituições previdenciárias [...] em um sistema universal fundado na coletividade, mas suscitou uma questão que acompanhou o desenvolvimento do Estado social brasileiro até os anos 80: o Estado deve proteger os trabalhadores contra os riscos ligados ao trabalho ou garantir um padrão mínimo de proteção a toda a população? Essa questão, apesar de aparentemente simples e óbvia, contém os fundamentos que

orientaram o desenvolvimento do sistema brasileiro [...] uma função latente: cobrir os riscos do trabalho ou proteger todos os cidadãos.

No Brasil, o sistema previdenciário-assistencial teve mudanças estruturais importantes. Entre elas, em 1964, houve a expansão de coberturas e a criação do Instituto Nacional de Previdência Social – INPS; em 1977, foi criada a instituição de um Sistema Nacional de Previdência e Assistência Social, o que permitiu o estabelecimento de maior vinculação entre as políticas sociais, a previdência, a assistência social e a saúde. Com esse Sistema, veio também a ampliação dos direitos previdenciários que foram acompanhados pela inclusão de categorias que, segundo Boschetti (2008), estavam à margem do sistema, como os trabalhadores rurais, as empregadas domésticas, as pessoas com deficiência e as idosas com mais de 70 anos que não contribuía com a previdência.

O modelo de proteção social do início dos anos 80, no Brasil, foi se constituindo a partir de princípios, como: a unificação e a uniformização da assistência médica para todos os trabalhadores urbanos, independente de prévia contribuição; a manutenção da condicionalidade entre os benefícios previdenciários e as contribuições sociais; e o estabelecimento de direitos sobre a base de uma espécie de contrato social entre Estado e segurado.

Tais tendências esboçavam o desenho que seria consagrado na seguridade social pela Constituição de 1988: um modelo fundado na lógica do seguro em relação aos benefícios de substituição de renda (aposentadorias e pensões), universal em relação à saúde e seletivo em relação à assistência social, que atenderia aos pobres e inaptos para o trabalho. [...] Na direção de um sistema estatal baseado na solidariedade profissional. (BOSCHETTI, 2008, p. 38)

Nesse momento, é possível afirmar que deficiência e trabalho e os movimentos imbricados em benefícios, como o BPC, são exemplos de um sistema estatal baseado nas práticas de seguridade e assistência, surgidas a partir de princípios que limitaram a assistência social às camadas pobres da população, sendo direcionada, na maioria das vezes, para as pessoas tidas como inaptas para o trabalho: crianças, idosos e pessoas com deficiência, ou seja, aqueles que estão fora de uma possível “sociedade salarial”. Tal fato leva-me a destacar algumas contradições produzidas em relação à compreensão do BPC. Uma delas está presente na fala da mãe de uma menina que recebe o BPC, ela se sente paga pelo governo para exercer

seu papel de mãe. Outras estão na forma como muitas famílias percebem o benefício, que se transformou para elas em uma espécie de remuneração/salário.

“[...] olha só, o governo nos paga para cuidar melhor de nossos filhos deficientes, e a T. (mãe de outro aluno) não traz o filho para a escola, isto é um absurdo.” (Diário de Campo fala de uma mãe na frente da escola)

Ou ainda, mãe de um outro aluno, justificando por que o filho não poderia fazer um estágio:

“[...] ele não pode trabalhar, recebe o salário do governo.” (Diário de Campo – Entrevista com professora PTE)

As afirmações acima permitem perceber que essas mães parecem se identificar como prestadoras de um serviço ao governo, pois se veem prestando um serviço ao cuidar dos filhos com deficiência, da forma que o estado espera. Muitas vezes, no entanto, impedem que esses jovens possam se desenvolver, sendo autônomos e trabalhadores produtivos. Ao lado disso, elas sabem que têm um vínculo com o estado que lhes dá uma remuneração - um salário - e que devem cumprir algumas regras para mantê-lo.

Após essas reflexões quanto a deficiência e trabalho, apresento, no próximo capítulo, uma síntese das políticas de inclusão presentes na realidade brasileira contemporânea, tendo em vista meu interesse pela temática e o papel das mesmas em meu estudo.

3. POLÍTICAS DE INCLUSÃO PRESENTES NA REALIDADE BRASILEIRA CONTEMPORÂNEA: IMPLICAÇÕES E DESAFIOS

Quanto às políticas de inclusão, pretendo tomá-las como sendo um processo em que o Estado procurará acompanhar, regular, controlar os saberes e as práticas produzidas na administração das diferenças entre os indivíduos que compõem a população, foco dos princípios e das práticas de governo.

Para organizar um quadro teórico das práticas de governo na condução da política de incluir a todos, passo a compor um agrupamento de elementos, ações, fatos, legislações que colaboram para a formação do que se poderia chamar políticas de inclusão na realidade brasileira contemporânea.

Para compor esse possível agrupamento das ideias políticas quanto à inclusão, associe-me a uma interessante organização produzida por Rosalba M. C. Garcia (2004) que propõe uma análise dos discursos políticos sobre inclusão e assistência, como: Políticas Compensatórias, Políticas de Redução da Pobreza e Políticas Sociais.

No que tange às Políticas Compensatórias, poderia considerar, apoiado em ideias como as de Celi R.J. Pinto (2003), que são aquelas políticas que propõem ações dirigidas a grupos específicos, no sentido de assegurar igualdade de acesso aos direitos não contemplados devido a condições econômicas, preconceitos culturais, localização regional etc. Segundo a autora, no Brasil, atualmente, tais políticas estão estreitamente ligadas a gênero, raça e etnia; eu acrescentaria as pessoas com deficiência a esses grupos. Essas políticas visam principalmente compensar renda através da concessão de benefícios, como o BPC, de bolsas auxílio, como Bolsa Família, Bolsa Escola, de vales concessão, como Vale Gás, e ainda de carteiras de passe gratuito para deficientes e idosos, por exemplo.

No que se refere a políticas de redução da pobreza e políticas sociais, pode-se dizer que ambas estão muito próximas e apresentam estratégias similares de funcionamento. No Brasil, observa-se, no relatório elaborado pelo Banco Mundial (2000), que a pobreza extrema poderia ser reduzida em até 50% até o ano de 2015, desde que algumas estratégias fossem observadas, entre elas estão oportunidade, capacidade, segurança e inclusão social. Para todas

as estratégias, o relatório do desenvolvimento mundial de 2000 aponta sugestões específicas. *Oportunidade*: retomada e aceleração do crescimento econômico. *Capacidade*: fortalecimento e valorização dos recursos dos pobres, mediante melhoria em educação, saúde, serviços físicos e urbanos. *Segurança*: maior proteção para os pobres, investindo em mecanismos de seguro social e em uma rede básica de segurança social para administrar riscos decorrentes de choques adversos no âmbito do indivíduo ou de toda a economia. *Inclusão social*: maior participação dos pobres com acesso a instituições sociais e processos de tomada de decisão. Reformas regulatórias tornam-se necessárias para auxiliar a superação da exclusão dessa camada da população.

O referido relatório do Banco Mundial parece se utilizar de palavras-chave que irão, de alguma forma, permear os discursos das políticas governamentais, formando um poderoso ordenamento de discursos para programas, campanhas, planos de governo desenvolvidos no Brasil.

As políticas sociais, mais especificamente educação fundamental, assistência social, saúde, saneamento e habitação popular, foram paulatinamente, segundo Marta T. S. Arretche (1999), sendo compartilhadas com os estados e municípios através de programas de descentralização, destacando-se: na saúde, o SUS - Sistema Único de Saúde; na assistência social, o SUAS - Sistema Único de Assistência Social; na habitação, o programa Minha Casa Minha Vida. Da mesma forma, o BPC na escola, desdobramento do programa que movimenta essa pesquisa, só foi possível devido à adesão dos municípios participantes. Para incentivar essa participação, o governo federal instituiu uma publicação chamada *Catálogo de experiências municipais do Programa BPC na escola*, lançado no ano de 2010. Na apresentação da publicação, aparece a seguinte explanação:

São famílias que estão encontrando alternativas para inserir seus filhos na escola, recuperando sua autoestima e encontrando novas bases para a construção de seu futuro. A equiparação de oportunidades às pessoas com deficiência na escola e nas demais esferas sociais tem como princípios a acessibilidade, inclusão e a cidadania, reafirmando a concepção de direitos humanos e a garantia das liberdades fundamentais das pessoas com deficiência. As experiências apresentadas neste catálogo resgatam ações que estão sendo desenvolvidas em todo o país, [...] ajudam a compreender a importância que o BPC e a educação representam na vida dos beneficiários e de suas famílias. O acesso à escola é um passo fundamental para que o direito de estar e viver na sociedade com dignidade e liberdade seja assegurado às pessoas com deficiência. Esta publicação, além de divulgar experiências do Programa BPC na Escola, [...] pode ainda, inspirar outros Grupos Gestores

Locais para que construam suas alternativas, superando barreiras que ainda impedem o acesso, a permanência, a participação e a aprendizagem dos beneficiários do BPC nas escolas.

As políticas de redução da pobreza e políticas sociais são desenvolvidas através de programas específicos de assistência social. Sobre esse tema, destaco o Projeto de Doutorado de Kamila Lockmann (2011) intitulado: *As políticas de assistência social na educação escolarizada: estratégias da governamentalidade neoliberal*, no qual é possível observar a ampla circulação discursiva que o tema das Políticas de Assistência Social assume na Contemporaneidade por meio dos discursos políticos, midiáticos e acadêmicos. No capítulo *A constituição histórica das Políticas de Assistência Social: investigando sua proveniência e sua emergência no território brasileiro*, a autora toma a genealogia como uma forma de olhar o presente, buscando, na história da assistência social, não sua origem, mas suas condições de possibilidade quando salienta:

Lançar um olhar genealógico para a constituição das políticas de assistência social no Brasil pressupõe considerar uma série de fatos dispersos que, ao se relacionarem, podem ter contribuído para a emergência desse campo. Isso evita uma busca incessante pela história totalitária, relatando, cronologicamente, todos os acontecimentos que se relacionam a constituição das políticas de assistência social em nosso país. (LOCKMANN, 2011, p.62).

Para isso, Lockmann (2011) escolhe mapear algumas práticas ocorridas no campo da assistência social em cada época histórica para, a partir delas, mostrar uma racionalidade política em operação. Dessas práticas, apresento os seguintes destaques a partir do que foi produzido pela autora:

A ASSISTÊNCIA SOCIAL COMO ATO DE BENEMERÊNCIA E CAMINHO DA SALVAÇÃO

No Brasil, até meados do século XIX, as práticas de assistência aos necessitados se apresentavam como atos de caridade ao próximo e eram desenvolvidas tanto de forma individualizada – através de doações e auxílios concedidos por pessoas que, além de bens materiais, possuíam “almas piedosas” –; quanto de forma organizada e regulamentada por meio de ordens religiosas ligadas às igrejas e conventos que ofereciam não só ajuda material, mas, também, moral e espiritual. (p. 68)

A ASSISTÊNCIA SOCIAL COMO INSTRUMENTO DE HIGIENIZAÇÃO E SEGURANÇA DAS CIDADES

Isso somente foi possível com a emergência dos discursos médicos higienistas – meados do século XIX e as primeiras décadas do século XX. Tal fenômeno pode ser visualizado por meio da emergência do que alguns autores, tais como Zanirato (2001), Mestriner (2008), Adorno (1990), Abreu e Castro (1987),

chamaram “filantropia higiênica”. A filantropia higiênica tinha por objetivo restabelecer a ordem e cuidar da preservação da vida dos sujeitos, evitando, sobretudo, o alastramento das doenças e epidemias que, na época, causavam muitas mortes [...] passou-se de uma filantropia caritativa, na qual a preocupação com a salvação das almas era prioritária, para uma filantropia higiênica, onde a preocupação central direciona-se para a vida biológica e para os efeitos que ela pode causar à sociedade. (p.79)

A ASSISTÊNCIA SOCIAL COMO DIREITO DO CIDADÃO E RESPONSABILIDADE DO ESTADO

A partir dos estudos da assistência social a década de 1930 é entendida como marco histórico importante, [...] foi a partir desse período, que as questões sociais passam a ser vistas pelo Estado. [...], a pobreza, na Primeira República, começa a ser compreendida como um problema social, porém não como expressão das questões sociais. Aqui, podemos perceber outro deslocamento importante nas formas de compreender e tratar a pobreza no Brasil. Percebe-se que as situações econômicas que o país vivia nessa época (fatores influenciados pela crise de 1929, por exemplo) produzem diferentes condições de vida e contribuem para a expansão da pobreza nesse período. Isso faz com que se comece a perceber que a pobreza não está ligada apenas a vadiagem ou a preguiça, mas a questões sociais e políticas que acabam produzindo-a. Ou seja, ela não é apenas uma questão moral, [...], mas uma questão social, expressão de fatores sociais, políticos e econômicos variados que empurram determinados sujeitos para essa condição de vida. (P.99-100)

Se considerarmos a realidade brasileira atual, vamos verificar que os benefícios sociais integram as políticas de assistência social como um direito do cidadão, sem, no entanto, deixar de apontar as condições de precariedade, fragilidade e possível “incapacidade” de muitos de seus beneficiários. Esses benefícios, segundo política atual, são divididos em duas modalidades direcionadas a públicos específicos: o Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social (BPC) e os Benefícios Eventuais (BEs).

No caso do Benefício de Prestação Continuada – BPC, é apontado claramente que o beneficiário deve apresentar situação de pobreza e não ter como gerenciar seu próprio sustento ou não ter quem o faça, o que representa dizer da “incapacidade para vida autônoma e para o trabalho”. Trata-se de um benefício sob responsabilidade da esfera federal, e seu valor monetário (um salário mínimo) não é passível de cortes, reduções ou eliminação por parte de diferentes governos, pois está previsto na Constituição da República. Já os benefícios eventuais, da responsabilidade dos governos municipais, não estão previstos na Constituição Federal, e a concessão e o valor (material ou monetário) de sua provisão são indeterminados, devendo ser regulamentados pelos Conselhos de Assistência Social dos Municípios. Caracterizam-se por seu caráter suplementar e provisório, prestado aos cidadãos e às famílias

em virtude de nascimento, morte, situação de vulnerabilidade temporária e de calamidade pública. Configuram-se como elementos potencializadores da proteção ofertada pelos serviços de natureza básica ou especial, contribuindo, dessa forma, para o fortalecimento das potencialidades de indivíduos e familiares. São eles até o momento: Os Benefícios Eventuais compulsórios, os Benefícios Eventuais de caráter facultativo e os Benefícios Eventuais subsidiários.⁸

Essas políticas estão organizadas a partir de um Sistema Único de Assistência Social (SUAS) o qual, segundo informações disponíveis no site do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), é um sistema público que organiza, de forma descentralizada, os serviços sócio-assistenciais no Brasil. Com um modelo de gestão participativa, o SUAS articula os esforços e recursos dos três níveis de governo (municipal, estadual e federal) para a execução e o financiamento da Política Nacional de Assistência Social (PNAS).

A Secretaria Nacional de Renda de Cidadania (SENARC) e a Secretaria Nacional de Assistência Social (SNAS), visando à ação integrada das políticas conduzidas pelo MDS, realizaram estudo, no ano de 2007, que buscou identificar os registros de beneficiários do BPC no Cadastro Único⁹. Como o beneficiário do BPC e sua família possuem características semelhantes ao público priorizado para a inscrição nesse cadastro no que concerne à renda *per capita* familiar e às situações de vulnerabilidade e risco, a SENARC e a SNAS articularam-se para implementar uma ação conjunta para incluir nele os beneficiários do BPC. Assim, segundo tais secretarias, os beneficiários do BPC e suas famílias teriam potencializadas suas possibilidades de inserção em programas sociais que utilizam o Cadastro Único para a seleção de seu público. Além disso, esse cadastramento contribuiria para o aperfeiçoamento da gestão dos serviços sócio-assistenciais e colaboraria para o aprimoramento do planejamento, da formulação e execução das políticas de assistência social a partir do mapeamento das demandas e necessidades das famílias que se encontram em situação de vulnerabilidade.

⁸ Maiores informações sobre estes benefícios encontram-se no caderno de estudo número 12 disponível em: <http://www.mds.gov.br/biblioteca/secretaria-de-avaliacao-e-gestao-de-informacao-sagi/cadernos-de-estudos/beneficios-eventuais-da-assistencia-social-nb0-12>

⁹ É um banco de dados, voltado para o planejamento e avaliação das ações sociais, que proporciona ao Governo Federal, Estadual e Municipal uma visão abrangente da população de baixa renda, na medida que possui os dados sócio-econômicos das famílias preferencialmente com renda mensal *per capita* de até meio salário mínimo. O que determina o seu cadastramento é estarem em situação de pobreza. As famílias cadastradas podem ou não ser beneficiárias dos programas sociais.

Com objetivo de aproximar ainda mais as estratégias discursivas presentes nas referidas políticas à portaria normativa interministerial que institui o programa BPC escola e à lei que institui o BPC trabalho, elaborei um quadro com trechos em destaque nos quais observei algumas implicações que podem ser traduzidas em algumas constatações, como, por exemplo, ser assistido aparece nos documentos como um direito do cidadão. As políticas de assistência estão apresentadas de tal forma que se pode constatar nas afirmações que elas são um meio de seguridade social que objetivam a redução de danos e a prevenção da incidência de riscos. Assim sendo, conclui-se que a situação de vulnerabilidade da pessoa com deficiência pode se constituir em um risco social iminente. Esses documentos deixam claro que o importante é o fortalecimento da identidade comunitária e a formação de lideranças capazes de se transformarem em empreendedores produtivos, não necessariamente rentáveis economicamente, mas atendidos em suas necessidades sociais.

O sujeito da assistência parece ser tomado como um cidadão digno, autônomo, com direito a ser assistido, esse movimento exige uma vigilância sócio-assistencial que permite saber quem são, quantos são, onde estão e o que fazem.

Nessa linha de pensamento, trago a escolha de Porto Alegre como uma das capitais a ser visitada por representantes do Ministério do Desenvolvimento Social, órgão do governo federal responsável pelos programas sociais, entre eles o Benefício de Prestação Continuada, com objetivo de aproximação dos beneficiários para que sejam compreendidas suas dificuldades e facilidades em relação à adesão a programas como o BPC trabalho.

No encontro realizado em Porto Alegre, com beneficiários, familiares, coordenação do sistema S, SENAI/SENAC, responsável na capital por oferecer programas de qualificação profissional, entre eles o Jovem Aprendiz, uma das alternativas trazidas como incentivo ao trabalho para pessoas com deficiência, detentoras do BPC, foi a possibilidade de acesso ao mercado formal de trabalho. Nele, também estiveram presentes: professoras coordenadoras do PTE; auditora fiscal do trabalho; representantes do projeto Capacitar que tem a parceria de várias instituições, entre elas a Secretaria Municipal de Saúde, que, através do Centro Psicossocial, dedica-se à inserção no mercado de trabalho; pessoas com a também chamada “deficiência psiquiátrica” ou “deficiência por saúde mental”; e a coordenadora nacional do BPC no MDS. Nesse encontro, quatro jovens com deficiência, um com deficiência física, uma adolescente com deficiência psicossocial e intelectual e dois com deficiência intelectual, relataram suas experiências no mercado de trabalho.

Esses jovens eram duas moças, já fora da idade de escolarização, e um rapaz, que ainda estava sendo acompanhado pela Sala de Integração e Recursos PTE. A Sala de Integração e Recursos - SIR tem um professor que acompanha as discussões e inserções de jovens da Rede Municipal de Ensino nas empresas, modalidade oferecida pelas escolas municipais de Porto Alegre. Uma das jovens estava realizando sua experiência de trabalho em um supermercado, e a outra em uma loja de roupas de reconhecida marca na cidade. Quanto ao rapaz, ele vinha de uma experiência prática em uma prestadora de serviços de grande porte, interrompida devido a suas condições psíquicas fragilizadas. Cada um deles pôde apresentar suas experiências de trabalho, de forma muito tímida, protagonizando poucas falas, mas o posicionamento de seus familiares e professores deixaram mais explícitas essas experiências.

Os familiares da jovem, hoje contratada pela rede de supermercados e que abriu mão do BPC, revelaram suas preocupações com a necessidade de acompanhamento no trabalho, pois, encerrados os dois anos como aprendiz, agora desenvolverá sua prática como funcionária contratada.

“[...] ela toma remédio, o progresso dela continua ainda, naquele sistema do tratamento dela [...] ela tem muita deficiência, devido a esta deficiência que ela tem, em casa precisa de muita ajuda [...] e se terminado este prazo dos dois anos, se ela não ficar no comércio, se no comércio não gostarem dela e ela venha a sair?” (Diário de Campo)

Quanto ao jovem que realizava sua prática e a teve interrompida, a coordenadora do Programa de Trabalho Educativo da rede municipal de ensino relatou as tentativas e investimentos realizados. Informou que, depois de aproximadamente um ano e meio de curso, algumas dificuldades começaram a aparecer, o que de certa forma referendava as preocupações dos pais quanto ao tempo de acompanhamento e os receios deles de que não desse certo.

“[...] aluno da rede municipal, uma escola no Morro da Cruz, frequenta uma SIR, participou do Programa de trabalho educativo, quando surgiu a turma de logística no SENAI, foi indicado para uma das vagas [...] tem deficiência intelectual e de um tempo para cá na fase do curso, na parte teórica, começou a aparecer algum transtorno [...] foi um dos grandes motivos para se desorganizar na prática na empresa [...] ele acabou desistindo. Na mesma empresa, permanecem em curso mais doze jovens.” (Diário de Campo)

No caso desse jovem, a família ainda não havia solicitado o cancelamento do BPC, pois ele poderia completar o meio ano de curso a que tinha direito, já que não o havia concluído. Na mesma reunião, no entanto, ficou esclarecido que, pelas regras do programa BPC Trabalho, após dois anos de frequência ao curso de jovem aprendiz, a família deve solicitar cancelamento temporário do benefício, sob pena de ter que devolver recursos ao governo federal, caso o benefício não cesse automaticamente após o jovem ter sua carteira de trabalho assinada pela empresa. Ficou também esclarecido que a previdência social deverá encaminhar reativação do BPC, assim que a família e a empresa comunicarem que o jovem não mais trabalha com carteira assinada, fato que deverá acarretar um retorno automático do pagamento do BPC, sem necessidade de nova perícia médica.

Quanto ao trabalho nas empresas, a auditora fiscal, representante da Delegacia regional do trabalho, esclarece:

“[...] as empresas são obrigadas a terem um percentual de aprendizes [...] aqui no Rio Grande do Sul se uniu a questão da aprendizagem com a cota de pessoas com deficiência, então já que tem que ter aprendiz e não está com a cota preenchida, vamos assumir aprendizes com deficiência [...] são grandes empresas e têm muitas cotas para cumprir [...] as empresas vão sendo direcionadas para área da aprendizagem [...] formando redes de apoio [...] entre elas a escola [...]” (Diário de Campo)

A coordenadora do PTE, por sua vez, explicita que as cotas de trabalho para PCD são difíceis de cumprir devido à complexidade das situações e a todas as ações envolvidas na concretização do trabalho com jovens aprendizes do PTE.

A auditora fiscal do trabalho em Porto Alegre, Dra. Ana Costa, alertou, em uma entrevista, que houve modificações na lei quanto a considerar crianças e jovens incapacitados para vida autônoma e para o trabalho. Chamou atenção, também, para a preocupação do próprio governo ao tentar modificar o peso de uma determinação, como aquelas que estão presentes no BPC, pela qual alguém deveria ser considerado “incapaz” para perceber um benefício social. A partir desse alerta, consultei as últimas legislações e pude perceber que dois decretos e duas portarias foram lançados a fim de tentar dar conta dessa questão: Decreto 6214/2007 - Decreto 6564/2008 - Portaria 001/2009 - Portaria 001/2011.

No decreto de 2007, o termo deficiência, que incapacita para vida independente e para o trabalho, é substituído pelo reconhecimento de impedimentos de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, pode obstruir a participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas. A concessão do benefício à pessoa com deficiência ficará sujeita à avaliação da deficiência e do grau de impedimento que a pessoa apresenta, com base nos princípios da Classificação Internacional de Funcionalidade - CIF, incapacidade e saúde.

O decreto de 2008 dá ênfase à consideração da diferença entre beneficiários menores e maiores de 16 anos, orientando que, para menores de 16 anos, deve ser avaliada a existência da deficiência e o seu impacto na limitação do desempenho de atividades e restrição da participação social, compatível com a idade, sendo dispensável proceder a avaliação da incapacidade para o trabalho. Aponta o prazo de 31 de maio de 2009 para implementação da avaliação da deficiência e do grau de incapacidade de acordo com a CIF.

A portaria de 2009 institui os instrumentos para avaliação da deficiência e do grau de incapacidade da pessoa com deficiência. Essa avaliação é dividida em avaliação social e avaliação médico-pericial, com aplicação de instrumentos específicos e uma tabela combinatória de pontuação na busca de tornar mais específicas cada uma delas.

A portaria de 2011 estabelece os critérios, procedimentos e instrumentos para avaliação social e médica-pericial da deficiência e do grau de incapacidade das pessoas com deficiência. Altera os instrumentos técnicos de avaliação de 2009 a fim de aprimorar os sistemas de informatização e inclui os seguintes componentes: fatores ambientais, atividades e participação, funções e estruturas do corpo, conforme aponta a CIF. Com essas alterações na legislação, observa-se um movimento do próprio governo no sentido de tornar mais clara a intenção de habilitar e reabilitar pessoas com deficiência, promovendo oportunidades de trabalho e fortalecimento da autonomia até então contraditórias à ideia da incapacidade e aos impedimentos de tais pessoas para vida autônoma e para o trabalho.

4 AS ESTRATÉGIAS BIOPOLÍTICAS E AS POLÍTICAS COMPENSATÓRIAS DE IN/EXCLUSÃO

Para Castelo Branco (2013), a seguridade social é, sem dúvida, um dos mais importantes aspectos do Estado de governamentalidade. O autor afirma:

[...] a seguridade social, tal como a entendemos a partir do que dizem os especialistas neste assunto, engloba um conjunto complexo e interligado de instituições, com amplos efeitos econômicos face às populações, tais como a Previdência Social, a Assistência Social e a Saúde Pública, e seu lugar nas estruturas políticas e econômicas na modernidade é gigantesca. São muitas as áreas de atuação e aspectos que fazem parte de sua estrutura: assistência médica, perícia médica, pensões (por velhice, antiguidade, invalidez), compensação a trabalhadores, auxílio-desemprego, bolsa-família, dentre outros. (BRANCO, 2013, p.79)

Tomando como uma das ferramentas de pesquisa as estratégias biopolíticas para colocar em movimento dados observados nas políticas compensatórias, principalmente para pessoas com deficiência, considero produtivo fazer alguns esclarecimentos para auxiliar o leitor no entendimento dessas estratégias, das trajetórias da pesquisa e análise dos dados.

As políticas sociais analisadas referem-se às políticas assistenciais compensatórias que são materializadas em programas, como o BPC, BPC escola e BPC trabalho. Na pesquisa, considero o BPC como uma forma de colocar em funcionamento estratégias de seguridade social para pessoas com deficiência, consideradas inaptas para o trabalho.

Na análise das respectivas políticas, é importante referenciar a governamentalidade como uma potente ferramenta para auxiliar na compreensão da complexa rede de instituições públicas e privadas que passaram a ter por meta a gestão política dos agentes econômicos e sociais, assim como a gestão da população. O que para Foucault (2008) corresponderia a uma espécie de “governamentalização do estado”, seria o seguinte:

[...] foi apesar de tudo, o fenômeno que permitiu ao Estado sobreviver. E é possível que se o Estado existe tal como ele existe agora (referindo-se a década de 70 como atualidade), [...] é graças a essa governamentalidade que é ao mesmo tempo exterior e interior ao Estado, já que são as táticas de governo que, a cada instante, permitem definir o que deve ser do âmbito do Estado e o que não deve [...] um Estado de governo que já não é essencialmente definido por sua territorialidade, pela superfície ocupada, mas por uma massa: a massa da população, com seu volume, sua densidade [...] Estado de governo, que tem

essencialmente por objeto a população e que se refere e utiliza a instrumentação do saber econômico, corresponderia a uma sociedade controlada pelos dispositivos de segurança. (p. 145 e 146)

Para Branco (2013), a era da governamentalidade inaugura um tipo de Estado que é fundamentalmente gestor. Governar, gerir, planificar, administrar, realizar programas de governo, regular eventuais conflitos e descaminhos do mercado, tudo isto é parte do amplo campo da governamentalidade.

Saliento que, mesmo com os destaques que faço à ação do Estado que governa, estou ciente de que, na noção de governamentalidade, Foucault (apud Duarte, 2010) reitera a importância de deixar de lado a “figura do poder onipotente e/ou onnipresente do Estado capaz de controlar todos os recantos do social”, o que interessa é a eficácia das estratégias, os mecanismos, os modos de governar para fazer “funcionar” a população.

Para tanto, no caso do BPC, mais do que governar os beneficiários seria muitíssimo importante observar as estratégias que fazem funcionar os dispositivos de seguridade social, como uma técnica de governo das pessoas com deficiência, beneficiárias do programa e seus desdobramentos atuais como o BPC trabalho, que coloca em funcionamento biopoderes que assegurariam a inserção controlada dessas pessoas no aparato produtivo, ajustando esse público aos processos econômicos através do trabalho.

Retomando minhas questões de pesquisa, uma delas busca responder ao seguinte: como as estratégias biopolíticas de governo da população com deficiência intelectual operam nas políticas compensatórias? Uma das formas seria apontar para mecanismos que colocam em funcionamento dispositivos de seguridade, como os que asseguram o oferecimento de uma política que paga o valor de um salário mínimo a pessoas antes impedidas de trabalhar, porque eram consideradas “improdutivas”. Considero a biopolítica como:

[...] a maneira pela qual a partir do século XVIII, se buscou racionalizar os problemas colocados para a prática governamental pelos fenômenos próprios de um conjunto de viventes enquanto população: saúde, higiene, natalidade, longevidade, raça. Essa nova forma de poder se ocupará, então: [...] da velhice, das enfermidades que deixam o indivíduo fora do mercado trabalho. Também então, dos seguros individuais e coletivos, da aposentadoria. (CASTRO, 2009, p.151)

As estratégias biopolíticas colocam em funcionamento mecanismos para reversão da realidade apresentada pelas pessoas com deficiência e seus familiares na submissão às avaliações sociais, ou seja, aquelas que comprovam a falta de condições para manter sua subsistência ou tê-la mantida por um familiar ou responsável. Assim, a seguridade social seria uma das técnicas que permite fazer com que cada um seja “posto em condições de assegurar em toda e qualquer circunstância a sua subsistência e das pessoas ao seu encargo” (Foucault, 2008, p. 274).

Seria importante ressaltar que as políticas às quais o BPC está ligado são compensatórias, no sentido de oferecer recursos encarados por muitos como uma renda vitalícia, o que produz muitas contradições.

Entre as contradições produzidas, estão aquelas que sustentam a crença de que pessoas com deficiência não podem, de forma alguma, trabalhar, a qual foi corrigida através das novas legislações, mas que ainda está pouco assimilada pelos beneficiários. São políticas que incidem sobre boa parte da população com deficiência, com o objetivo de conduzir e regular suas vidas. Há interesses políticos de implementar uma gestão preocupada com os riscos que poderão correr esses beneficiários se não forem assistidos e que, de uma forma potente, os inscreve em uma lógica do não trabalho, no entanto subsidiados por estratégias de seguridade social.

Destacando as modalidades de gestão das populações em prol da boa ordem social, Branco (2013) afirma que, em uma entrevista de Michel Foucault, em 1977, intitulada *La sécurité et l'état*, o filósofo fala dessa posição especial da seguridade social no mundo político contemporâneo.

Vamos à citação: “o que acontece hoje? A relação entre o Estado e a população se faz essencialmente sob a forma do que poderíamos chamar de ‘pacto de segurança’. Antigamente o Estado podia dizer ‘eu vou dar um território a vocês’, ou: ‘eu garanto a vocês que todos vão poder viver em paz dentro de nossas fronteiras’. Era o pacto territorial, e a grande função do Estado era a garantia das fronteiras. Hoje, o problema das fronteiras não é mais tematizado. O que o Estado propõe como pacto para a população é: ‘vocês estarão seguros (terão garantias)’. Seguros contra tudo o que possa ser tido como incerteza, acidente, dano, risco. Você está doente? Há a Seguridade Social! Você está sem emprego? Você receberá um seguro desemprego! Há uma crise catástrofe? Criaremos um fundo de solidariedade! Há delinquentes? Vamos assegurar para que se enquadrem, e também uma boa ronda policial” (FOUCAULT, 1994, vol. III: 385, apud BRANCO, 2013, P.80-81).

No que tange às políticas analisadas, o Benefício de Prestação Continuada e seus desdobramentos serão explicitados nos próximos capítulos. A preocupação com a segurança de sobrevivência dos beneficiários fica demonstrada na oferta de recursos financeiros com o objetivo de manter sua subsistência, como fica claro em um dos objetivos da assistência social preconizado na Lei Orgânica de Assistência Social - LOAS.

"Art. 2º A assistência social tem por objetivos: I - a proteção social, que visa à garantia da vida, à redução de danos e à prevenção da incidência de riscos, especialmente: [...] a garantia de 1 (um) salário mínimo de benefício mensal à pessoa com deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção ou de tê-la provida por sua família; [...]II - a vigilância sócio-assistencial, que visa a analisar territorialmente a capacidade protetiva das famílias e nela a ocorrência de vulnerabilidades, de ameaças, de vitimizações e danos [...]" (BRASIL, 2011).

Diante do exposto, passo a mencionar o termo estratégias, como o entende Castro (2009). Estratégias de poder são um conjunto de meios utilizados para fazer funcionar ou para manter um dispositivo de poder e constituem-se em modos de ação sobre a ação possível, eventual, suposta dos outros. Pode-se, então, identificar como estratégias os mecanismos utilizados nas relações de poder.

Assim, os dispositivos políticos empregados na proteção das pessoas com deficiência, ao mesmo tempo em que as protegem, também as subjagam e ainda podem movimentar maquinarias que colocam em funcionamento processos de inclusão e exclusão.

Nesse momento do texto, julgo fundamental focar conceitos-chave, como inclusão e exclusão, aqui destacados em uma política de assistência para PCD. Como afirma Veiga-Neto e Lopes (2011), as políticas que a promovem, bem como o uso da palavra inclusão, afinam-se tanto com a lógica do binário moderno inclusão x exclusão, quanto com a lógica contemporânea em que a inclusão se funde com a exclusão. É em decorrência de tal fusão que, de uns anos para cá, os referidos autores têm grafado in/exclusão para designar algumas situações. Entre tais situações, incluo as produzidas pelo BPC e seus desdobramentos.

Diante do quadro político que determina parte das condições de possibilidade para a emergência e a potência das práticas de inclusão em nosso país, torna-se urgente questionar os usos da palavra inclusão para se referir a um número cada vez maior e mais diverso de indivíduos a incluir ou já incluídos. Torna-se urgente, também, questionar os usos alargados da palavra exclusão, quando ela é entendida como "o outro da inclusão". Nesse caso, excluídos refere-se àqueles que, de alguma maneira, são discriminados pelo Estado e/ou pela sociedade. (VEIGA – NETO e LOPES, 2011 p. 122)

Nas análises das políticas de inclusão para PCDs, considerarei inclusão como:

[...] um conjunto de práticas que subjetivam os indivíduos a olharem para si e para o outro, fundadas em uma divisão platônica das relações; também pode ser entendida como uma condição de vida em luta pelo direito de se autorrepresentar, participar de espaços públicos, ser contabilizado e atingido pelas políticas de Estado. [...] pode ser entendida como conjunto de práticas sociais, culturais, educacionais, de saúde, entre outras, voltadas para a população que se quer disciplinar, acompanhar e regulamentar [...] Muitas foram às políticas criadas nos últimos anos para dar conta de um contingente cada vez maior de miseráveis, pessoas com deficiência, velhos em situação de abandono [...] pessoas que se encontram em situação de vulnerabilidade social. (LOPES, 2011, p.7 e 8)

As referidas políticas evidenciam mecanismos que visam disciplinar, acompanhar e regulamentar a população beneficiária do BPC, tais como: no BPC Escola, através dos questionários cada vez mais extensos; no BPC trabalho, nas estratégias de busca ativa dos beneficiários através dos Centros de Referência em Assistência Social e das prioridades para essa população nos programas Jovem Aprendiz. E o próprio PTE, Programa de Trabalho Educativo, favorece ações que fazem com que os jovens olhem para si como trabalhadores/estagiários, com potencial produtivo e exige deles um mínimo de autonomia, seja no deslocamento, na aprendizagem de atitudes pertinentes ao cargo que irão ocupar ou nas atividades que irão desenvolver.

Retomando Castel (1997) e o contexto da in/exclusão, o autor aponta quatro zonas de posição do sujeito.

[...] zona de integração caracterizada pela presença do trabalho estável e forte inserção relacional, a zona de vulnerabilidade, caracterizada pelo trabalho precário e fragilidade dos apoios relacionais, a zona de marginalidade ou desfiliação, caracterizada pelo duplo processo de desligamento, ou seja, pela ausência de trabalho e pelo isolamento relacional. E, por fim a zona de assistência caracterizada pela completa vulnerabilidade, por sentimentos de tolerância e, muitas vezes, de caridade. (CASTEL, 1997 p.64)

Os beneficiários do BPC, por exemplo, precisam ser considerados incapazes para vida autônoma e para o trabalho, fato que os caracteriza, dentro de zonas de assistência, como vulneráveis e não capazes de manter sua própria sobrevivência, o que, de certa forma, os afasta ainda mais das zonas de integração devido às exigências do “não trabalho”.

Para compreender os movimentos de in/exclusão, produzidos nas dinâmicas de proteção social presentes nas políticas compensatórias, e as relações com o trabalho assalariado, reconhecido aqui como o trabalho com “a carteira assinada”, intensamente

mencionada pelos jovens participantes da pesquisa, é necessário destacar o quanto o salário é uma das formas dominantes nas relações de trabalho no Brasil como pagamento por um trabalho produtivo.

No entanto, no caso do BPC, o que está em jogo é o direito de cidadania para pessoas com deficiência e não o direito ao trabalho. Isso aponta para um movimento que inclui e exclui ao mesmo tempo e revela o jogo das garantias dos direitos sociais a partir de uma condição incapacitante do cidadão para um trabalho assalariado, apesar de muitos jovens apresentarem potencialidades compatíveis com um modelo de trabalho produtivo.

Por outro lado, se a lógica é pautada no requisito básico de que, para obter pertencimento, o cidadão necessita contribuir com o conjunto da sociedade via trabalho, verifica-se que,

[...] se a lógica for tratada com precisão, só terão o status de cidadãos aqueles participarem do processo produtivo. Num caso extremo, poderia se argumentar que crianças e pessoas deficientes não são cidadãos, pois não contribuem com a sociedade via trabalho. Eles não poderiam, assim, ter acesso aos direitos de cidadania. [...] A ambivalência e a oscilação da noção de cidadania e dos direitos sociais parecem evidentes: trata-se de direitos de cidadania ou de direitos do trabalho? (BOSCHETTI, 2008, p. 97)

Convém salientar a importante contribuição teórica de Boschetti (2008) ao apontar para as dificuldades enfrentadas por nosso país quando a assistência social passa a integrar o sistema de seguridade social e o complexo modelo previdenciário-assistencial inaugurado em fins dos anos 80. Essa situação influencia especificamente a constituição dos benefícios sociais ligados à seguridade social e ao trabalho, como o BPC, pois se trata de um benefício administrado com recursos da Previdência Social e talvez, por essa questão, seja reconhecido por muitos beneficiários como uma espécie de “aposentadoria ou pensão”.

4.1 O Benefício de Prestação Continuada – *BPC*

O Benefício de Prestação Continuada (BPC) é a garantia de um salário mínimo mensal às pessoas com deficiências e aos idosos que comprovem não possuir meios para prover a própria manutenção, nem de tê-la provida por sua família. A Lei Orgânica da Assistência Social dispõe sobre os objetivos desse setor no país, entre eles, a proteção à família, à

maternidade, à infância, à adolescência e à velhice, o amparo a crianças e adolescentes carentes, a promoção da integração ao mercado de trabalho, a habilitação e reabilitação das pessoas com deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária.

O referido benefício também faz parte da Política Nacional de Assistência Social (PNAS) que determina a plena atenção à pessoa com deficiência e ao idoso beneficiário do BPC e exige que os gestores da assistência social mantenham ação integrada às demais ações das políticas setoriais nacionais, estaduais, municipais e do Distrito Federal, principalmente no campo da saúde, segurança alimentar, habitação e educação. É preciso destacar ainda que, para fins de reconhecimento do direito ao benefício, considera-se a pessoa cuja deficiência a incapacita para a vida independente e para o trabalho. Incapacidade, nesse contexto, é entendida como um fenômeno multidimensional que abrange limitação do desempenho de atividade e restrição de participação, com redução efetiva e acentuada da capacidade de inclusão social correspondente à interação entre a pessoa com deficiência e seu ambiente físico e social. A família, para ser considerada incapaz de prover a manutenção da pessoa com deficiência, precisa ser reconhecida como aquela cuja renda mensal bruta familiar dividida pelo número de seus integrantes é inferior a um quarto do salário mínimo vigente.

Para fins de reconhecimento do direito ao BPC a crianças e adolescentes menores de 16 anos, deve ser avaliada a existência da deficiência e o seu impacto na limitação do desempenho de atividade e restrição da participação social compatível com a idade, sendo dispensável proceder à avaliação da incapacidade para o trabalho.

A operacionalização do benefício é de responsabilidade do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) o qual determina que a avaliação da deficiência e do grau de incapacidade será composta de avaliação médica e social. A avaliação médica da deficiência e do grau de incapacidade considerará as deficiências nas funções e estruturas do corpo, enquanto a avaliação social, os fatores ambientais, sociais e pessoais. Ambas levarão em conta a limitação do desempenho de atividades e a restrição da participação social, segundo suas especificidades.

Um Decreto do governo de 2007, como comentado anteriormente, já apresentava alguns avanços no entendimento quanto ao desenvolvimento das capacidades cognitivas, motoras ou educacionais. Considerava, também, que a realização de atividades não remuneradas de habilitação e reabilitação, dentre outras, não constituíam motivo de suspensão

ou cessação do benefício da pessoa com deficiência. E, ainda, a cessação do Benefício de Prestação Continuada concedido à pessoa com deficiência, inclusive em razão do seu ingresso no mercado de trabalho, não impediria nova concessão desse benefício, desde que permanecessem atendidos os requisitos inicialmente exigidos, o que é reforçado e esclarecido pela publicação da Lei conhecida como BPC Trabalho.

Tem sido observado, no entanto, que para a maioria das famílias a perda do benefício representa um risco muito grande em termos de perdas econômicas, a ponto de não aceitarem o encaminhamento de seus filhos para trabalhos efetivos, permitindo, apenas, em alguns casos, os estágios oferecidos nas escolas municipais dentro do chamado Programa de Trabalho Educativo, que se caracteriza por estágios temporários em órgãos públicos do próprio município.

Atualmente a gestão do BPC é realizada pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) por intermédio da Secretaria Nacional de Assistência Social (SNAS), responsável pela implementação, coordenação, regulação, financiamento, monitoramento e avaliação do Benefício, enquanto sua operacionalização fica a cargo do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).

Aproximadamente 4 milhões de beneficiários recebem o BPC em todo o Brasil, sendo 2,2 milhões de pessoas com deficiência e 1,8 milhões de idosos, números constatados a partir dos dados de setembro de 2014 do Programa de acesso às informações do Governo Federal. Quanto aos valores em termos de investimentos financeiros, no ano de 2013, foram em média de R\$31,4 bilhões de recursos públicos para pagá-lo.

Um dos questionamentos que faço, nesse estudo, é sobre os efeitos do BPC nas práticas de escolarização dos jovens beneficiários, considerando que muitos estão fora da escola, mesmo em idade escolar. Um desses efeitos é o exercício da perícia médica que pode ser visto como um movimento fundamental na compreensão do processo de incapacitação a que são submetidos os jovens beneficiários. Essa perícia se apresenta como uma espécie de ritual necessário, no qual muitas crianças e jovens tornam-se “incapacitados para vida autônoma e para o trabalho” e, de certa forma, conforme a leitura de algumas famílias, também incapacitados para aprender.

Segundo Robert Castel (1978), a perícia é um ato que representa a auto superação da competência técnica, e acrescenta o autor:

Na base de seus conhecimentos e de suas práticas o especialista é chamado a decidir entre opções que engajam valores fundamentais da existência. A delegação de poder faz parte da própria definição de perícia. Através de um raciocínio de estilo técnico e científico, toma-se uma decisão, que diz respeito a um terceiro e que irá doravante selar seu destino. [...] Mandato, outorgado a especialistas competentes atribuindo-lhes o monopólio das avaliações significantes, provocando, como consequência, a burocratização, o desencantamento do mundo, e a expropriação, do comum dos homens, de qualquer autonomia de decisão. (CASTEL, 1978, p.143)

De forma provocativa, chamo esse processo de um ritual necessário, pois toda a perícia médica segue alguns padrões pré-estabelecidos e cumpre funções ritualísticas no preenchimento de formulários e emissão de laudos técnicos. Em “A ordem do discurso”, Foucault (2004), ao comentar os sistemas complexos de restrição, afirma:

A forma mais superficial e mais visível desses sistemas de restrição é constituída pelo que se pode agrupar sob o nome ritual. O ritual define a qualificação que devem possuir os indivíduos que falam (e que, no jogo de um diálogo, da interrogação, da recitação, devem ocupar determinada posição e formular determinado tipo de enunciados); define os gestos, os comportamentos, as circunstâncias, e todo o conjunto de signos que devem acompanhar o discurso: fixa, enfim, a eficácia suposta ou imposta das palavras, seu efeito sobre aqueles aos quais se dirigem, os limites de seu valor de coerção. FOUCAULT (2004, p. 38-39)

No que tange à perícia médica para concessão de benefícios, a ritualística tem seguido elementos tidos como fundamentais na orientação aos médicos-peritos. Para conceder um benefício de afastamento temporário ao trabalho, por exemplo, devem observar os seguintes detalhes: identificação, nome, data de nascimento, estado civil, idade, sexo, cor, naturalidade, nacionalidade, RG/CTPS; registro correto da profissão com a função exercida (atual e passada), profissão, tempo na profissão, situação funcional; data do afastamento do trabalho (DAT), causa do afastamento do trabalho; descrição sumária da doença ou do acidente, uso de medicamentos etc. E ainda, benefícios anteriores? Recursos? Ações judiciais? Descrição das lesões de forma: precisa, objetiva, morfológica e funcional. A perícia deverá se fundamentar, ainda, nas alegações, nas comprovações e no exame pericial. Após a ritualística inicial, um momento torna-se culminante, isto é, a emissão do laudo pericial que deverá ser legível, autêntico, objetivo e coerente.

O panfleto explicativo sobre a perícia médica, publicado pelo Ministério da Previdência Social, utiliza a seguinte definição:

A perícia médica é o setor do INSS que avalia segurados ou dependentes para fins de constatação de incapacidade para o trabalho, que é um dos requisitos para reconhecer o direito aos seguintes benefícios: auxílio-doença ou aposentadoria por invalidez [...] e auxílio acidente [...]. Avalia ainda a invalidez dos dependentes para fins de concessão de salário-família [...] ou pensão por morte e auxílio-reclusão [...]. O perito médico do INSS é responsável pela avaliação da incapacidade para o trabalho, que pode basear-se também em pareceres especializados e exames complementares aos quais o segurado já tenha se submetido. Por isso, sempre que comparecer à perícia, o segurado deve apresentar os exames e outros documentos médicos. (s.d.)

O mesmo documento orientador acrescenta ainda que:

O perito médico se baseia na legislação vigente para analisar os exames e apresentar a conclusão da avaliação. As decisões possíveis são: _ O segurado é considerado incapaz para o trabalho e tem decisão pericial favorável para receber o auxílio-doença (incapacidade temporária para o trabalho) ou aposentadoria por invalidez (incapacidade permanente) nos casos mais graves, se atendidos os demais requisitos para a concessão do benefício. O segurado é considerado capaz para realizar outro tipo de trabalho diferente do seu e será encaminhado para a reabilitação profissional. O segurado é considerado capaz de realizar a atividade que vem desenvolvendo e o parecer é contrário à concessão do benefício. (s.d.)

No Manual de Perícia Médica da Previdência Social, a atividade médico-pericial do INSS tem por finalidade precípua a emissão de parecer técnico conclusivo na avaliação da capacidade laborativa¹⁰ em face de situações previstas em lei, bem como a análise do requerimento dos benefícios das aposentadorias especiais.

Convém esclarecer que o BPC não se enquadra em um tipo de aposentadoria, nem no critério de incapacidade laboral já apresentado, trata-se, pois, de um benefício que inclui a pessoa com deficiência em um programa de proteção social.

Na Avaliação Médico-Pericial realizada para Classificação de Deficiência e a avaliação do nível de incapacidade para a vida independente e para o trabalho, são levadas em conta: situação familiar, localização da moradia, idade e grau de escolaridade; necessidade de auxílio para atividades de vida diária; necessidade de cuidados frequentes de médicos, enfermeiros ou de terceiros; história da doença/deficiência; níveis de dificuldades nas áreas de: visão, audição, fala, aparelho locomotor, funções orgânicas e outras; existência e níveis de

¹⁰ Capacidade laborativa é a expressão usada para avaliar se o cidadão está apto ou não para o trabalho.

deficiência mental; existência e níveis de síndromes e quadros psiquiátricos; situação social e nível de vulnerabilidade (informação obtida a partir da avaliação social).

No artigo *Deficiência e Perícia Médica: os contornos do corpo*, Wederson Rufino Santos, Débora Diniz e Natalia Pereira (2009) apresentam uma análise a partir de uma pesquisa empírica com 58 pessoas que buscaram ter acesso BPC, mostrando como o discurso biomédico avalia o corpo deficiente para fins de inclusão no sistema de proteção social no Brasil. Os autores fazem as seguintes considerações na apresentação do artigo:

Para ter acesso ao BPC, a pessoa com deficiência se submete a uma perícia do corpo realizada por peritos médicos do Instituto Nacional do Seguro Social a fim de atestar sua incapacidade para o trabalho e a condição incapacitante. A partir dos casos que tiveram acesso ao benefício e daqueles recusados, o artigo explora as tênues fronteiras entre o saber biomédico e as concepções morais sobre o corpo normal e produtivo.

Os dados encontrados pelos autores a partir de entrevistas semiestruturadas com três médicos peritos e pessoas com deficiência que buscavam o BPC permitiram algumas constatações que venho usando como subsídios para discussões abordadas nesse capítulo. Entre elas, destaco a seguinte:

Habitar um corpo deficiente é condição para ter acesso ao benefício. Mas não basta a autodeclaração sobre a experiência da restrição de funcionalidade ou sobre a vida na pobreza, é preciso o veredito da perícia social e médica para garantir a elegibilidade ao BPC. E essa não é uma classificação simples, mesmo para o discurso biomédico que se crê mais objetivo que o discurso social: em 12 anos de funcionamento do BPC, já foram utilizados cinco conceitos biomédicos de deficiência[...]. À medida que se altera o conceito, modifica-se o perfil do corpo elegível ao benefício e a idéia de quem é deficiente para a proteção social. (SANTOS, DINIZ E PEREIRA, 2009, P.18)

Os conceitos de deficiência mencionados pelos autores são melhor esclarecidos no documento intitulado *Avaliação das pessoas com deficiência para acesso ao benefício de prestação continuada da assistência social: um novo instrumento*, baseado na Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde, publicado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, juntamente com o Ministério da Previdência Social, no ano de 2007.

A pessoa portadora de deficiência para concessão do BPC, segundo o Manual de Perícia Médica do INSS, é aquela incapacitada para a vida independente e para o trabalho em

razão de anomalias ou lesões irreversíveis de natureza hereditária, congênitas ou adquiridas que impeçam o desempenho da vida diária.

Ainda de acordo com Santos, Diniz e Pereira (2009), a necessidade da perícia para fins de concessão do BPC é um exemplo de como o Estado faz uso do saber biomédico para definir suas prioridades de intervenção. A perícia médica legitima a distribuição do benefício, funcionando como um discurso objetivo sobre a deficiência.

O ritual da perícia pode se aproximar da descrição de Foucault em *O Nascimento da Clínica*, na tradução de Roberto Machado (2008), quando descreve a aproximação médico e paciente:

A experiência clínica – esta abertura, [...] do indivíduo concreto à linguagem da racionalidade, este acontecimento capital da relação do homem consigo mesmo e da linguagem com as coisas – foi logo tomada como um confronto simples, sem conceito, entre um olhar e um rosto, entre um golpe de vista e um corpo mudo, espécie de contato anterior a todo o discurso e livre dos embaraços da linguagem, pelo qual dois indivíduos vivos estão “enjaulados” em uma situação comum, mas não recíproca. [...] (FOUCAULT, 2008, p. XI)

O espaço dessa experiência, aqui traduzida como o encontro médico/paciente no momento da perícia, é um espaço de decisões; nele será produzida uma sentença a partir do olhar clínico que opera sobre o ser da doença, uma redução nominalista efetuada por esse olhar clínico, como refere Foucault (2008, p. 131).

Compostas de letras, as doenças não têm outra realidade além da ordem de sua composição. Suas variedades remetem, em uma análise, a esses poucos indivíduos simples, e tudo o que se pode construir com eles acima deles não é nada mais do que nome. E nome em duplo sentido: no sentido em que usam os nominalistas quando criticam a realidade substancial dos seres abstratos e gerais; e em outro sentido, mais próximo de uma filosofia da linguagem, desde que a forma de composição do ser da doença é de tipo lingüístico. Com relação ao ser individual e concreto, a doença nada mais é do que um nome; em relação aos elementos isolados de que está constituída, tem a arquitetura rigorosa de uma designação verbal.

Entretanto, é importante salientar que, na tentativa de aprimorar as formas de perícia, no ano de 2011, o governo federal instituiu uma Portaria que estabeleceu critérios, procedimentos e instrumentos para a avaliação social e médico-pericial da deficiência e do grau de incapacidade das pessoas com deficiência, requerentes do Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social.

A partir dessa Portaria, a avaliação da deficiência e do grau de incapacidade passou a ser constituída por três componentes: fatores ambientais, atividades e participação, funções e estruturas do corpo. Os instrumentos a serem utilizados para avaliação da deficiência e verificação do grau de incapacidade ficaram diferenciados para pessoas com deficiência com 16 anos ou mais e pessoas com deficiência, crianças e adolescentes menores de 16 anos. Isso teve a finalidade de qualificar a deficiência, as barreiras e dificuldades encontradas na interação com seu meio, de forma que, em relação à assistência social, fossem considerados, na avaliação social, os fatores relativos aos componentes: fatores ambientais, atividades e participação na parte social. Esses componentes precisam levar em conta: o domínio que a pessoa tem na vida doméstica; as relações e interações interpessoais que ela apresenta nas áreas principais da vida e na vida comunitária, social e cívica. Esclareço que as áreas principais da vida para a portaria referem-se à realização das tarefas e ações necessárias para participar das atividades de educação e transações econômicas.

Por outro lado, na avaliação médico-pericial, fica considerado e qualificado o componente “Funções do Corpo” por meio dos domínios: funções mentais; funções sensoriais da visão; funções sensoriais da audição; funções da voz e da fala; funções do sistema cardiovascular; funções do sistema hematológico; funções do sistema imunológico; funções do sistema respiratório; funções do sistema digestivo; funções do sistema metabólico e endócrino; funções geniturinárias; funções neuromusculoesqueléticas e relacionadas ao movimento e funções da pele, propostos pela Classificação Internacional de Funcionalidade (CIF).

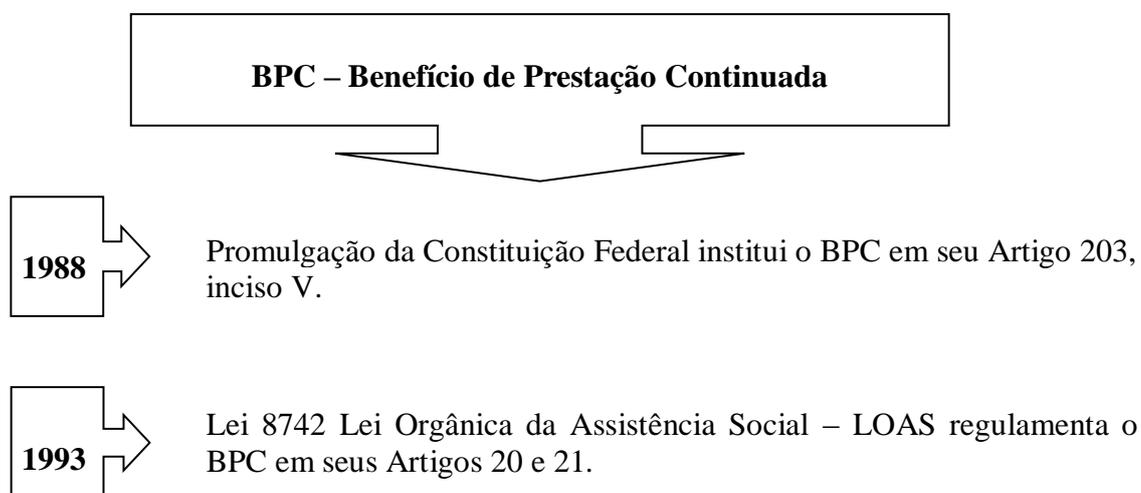
No caso das pessoas com Deficiência Intelectual (DI), as avaliações das funções mentais são fundamentais por envolverem funções da consciência e da orientação, funções intelectuais, nas quais há várias funções mentais integradas como as cognitivas e seu desenvolvimento ao longo da vida; elas também verificam o retardo intelectual, o retardo mental e a demência; envolvem, ainda, as funções psicossociais globais, funções psicomotoras, funções da emoção, funções cognitivas superiores (pensamento abstrato, tomada de decisão, planejamento e execução, flexibilidade mental). Nessa avaliação, estão também incluídas funções do pensamento e funções mentais da linguagem.

Saliento que há, na ficha de avaliação, uma parte chamada “ATIVIDADES E PARTICIPAÇÃO - PARTE MÉDICA”, onde se encontra um item específico para avaliação da aprendizagem e aplicação de conhecimento.

Para efeitos de concessão do BPC, considera-se impedimento de longo prazo aquele que incapacita a pessoa com deficiência para a vida independente e para o trabalho pelo prazo mínimo de dois anos. Os casos em que não seja possível prever a duração dos impedimentos, mas existam chances, pela história natural da doença/agravo e/ou pelos fatores ambientais e pessoais, de que se estendam por longo prazo, os requerentes deverão ser obrigatoriamente submetidos a novas avaliações, social e médico-pericial, decorrido o prazo de dois anos, se concedido o benefício.

Para a efetivação da concessão, o assistente social e o médico-perito ficam responsáveis pela aplicação dos instrumentos de avaliação da deficiência e do grau de incapacidade, devendo observar o contido nos documentos “Conceitos e Critérios das Avaliações Social e Médico-Pericial” e “Tabela Conclusiva de Qualificadores” que se encontram nos anexos da portaria que tem como qualificadores: 0 - nenhuma deficiência; 1 - deficiência leve; 2 - deficiência moderada; 3 - deficiência grave; 4 - deficiência completa.

Para compreender a dinâmica traçada para implementação do BPC e seus desdobramentos, apresento agora, de forma resumida, a adaptação de um esquema produzido pela equipe técnica do Ministério do Desenvolvimento Social que permite perceber alguns movimentos que tentam adequar a legislação vigente até o ano de 2012.



- 1994** → Decreto 1330 – Primeiro decreto que dispõe sobre o Benefício de Prestação Continuada, conforme previsto no artigo 20 da LOAS “O benefício de prestação continuada é a garantia de 1 (um) salário mínimo mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso com 70 (setenta) anos ou mais e que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção e nem de tê-la provida por sua família.”
- 1995** → Decreto 1744 revoga o decreto 1330/94 e regulamenta a implantação do BPC.
- 1996** → Em 1 de janeiro é implantada a concessão do BPC.
- 1998** → Lei 9720 altera disposições sobre a operacionalização do BPC
- 2003** → Lei 10741 Estatuto do Idoso altera a idade de concessão do benefício para pessoa idosa, reduzindo para a partir dos 65 anos e excluindo do cálculo de renda mensal *per capita* familiar o BPC já concedido a beneficiário idoso para concessão a outro idoso da mesma família. Realizada a IV Conferência Nacional de Assistência Social que deliberou pela implantação do SUAS.
- 2004** → É criado o MDS com a competência de coordenação geral, financiamento, monitoramento e avaliação do BPC. No âmbito da Secretaria Nacional Assistência Social, é criado o departamento de benefícios assistenciais, responsável pela gestão do BPC, com duas coordenações gerais: regulação e ações intersetoriais e gestão de benefícios. Aprovada a política Nacional de Assistência Social (PNAS) pela Resolução 145, de acordo com o PNAS o BPC integra o conjunto de ações do SUAS constituindo-se em transferência de renda da proteção social básica.
- 2005** → Realizada a V Conferência Nacional de Assistência Social que promove a oficina “A nova gestão dos Benefícios de Prestação Continuada”. Publicada Portaria MDS/MPS nº01 que institui o grupo de trabalho interministerial cujo objetivo é desenvolver estudos e pesquisas sobre os instrumentos de avaliação das pessoas com deficiência para acesso ao BPC.

2006 →

Implantação da Portaria MDS/MPS nº01 no que dispõe sobre a descentralização de recursos do orçamento do Fundo Nacional da Assistência Social para despesas de operacionalização e pagamento do BPC e da Renda Mensal Vitalícia (RMV). Realizada uma campanha nacional de divulgação do BPC. Em 31 de agosto Encontro Nacional dos coordenadores da revisão do BPC, com previsão de encontros regionais posteriores no mesmo ano.

Decreto Nº6214 aperfeiçoa a regulamentação do BPC, normatizando vários aspectos da gestão do benefício e institui o novo modelo de avaliação da pessoa com deficiência para acesso ao BPC. Publicação da Portaria Normativa Interministerial MDS/MEC/MS/SEDH Nº18 é criado o Programa BPC na Escola.

2008 →

Decreto Nº6564 altera o regulamento do BPC. Editadas as Portarias Normativas Interministeriais MDS/MEC/MS/SEDH Nº01 e Nº02 que tratam dos procedimentos e instrumentos para adesão ao Programa BPC na Escola. Instituído o Grupo de Trabalho: GT/MDS/INSS para elaborar proposta de instrução normativa para os procedimentos referentes à operacionalização do BPC.

2009 →

Portaria MDS Nº 44 estabelece instruções sobre o BPC visando orientar gestores da assistência social quanto às ações de atenção e de acompanhamento dos beneficiários do BPC e de suas famílias tendo em vista a Norma Operacional Básica do SUAS de 2005. Lançada Portaria Interministerial MDS/MEC/MS/SEDH Nº409 que institui grupo gestor interministerial para a implementação e monitoramento do Programa BPC na escola. Portaria conjunta MDS/INSS Nº 01 deste ano, institui instrumentos para avaliação da deficiência e do grau de incapacidade de pessoas com deficiência, requerentes do BPC. Em 1 de janeiro de 2009, é implantada nova modalidade de avaliação da deficiência e incapacidade das pessoas com deficiência requerentes do BPC, constituída por avaliação médico-pericial e avaliação social. Resolução Comissão Intergestores Tripartite, CIT 07, aprova o protocolo de gestão integrada dos serviços, benefícios e transferências de renda no âmbito do SUAS, que estabelece procedimentos para gestão integrada. Em 24 de novembro, é assinado acordo de cooperação entre MDS e Federação nacional das associações para valorização de pessoas com deficiência (FENAVAPE) - Projeto Piloto BPC Trabalho.

2010 →

Lei Nº 12212 inclui o beneficiário do BPC como público da tarifa social de energia. Decreto Nº7079 aprova a nova estrutura do MDS, ampliando o número de coordenações do Departamento de Benefícios Assistenciais de duas para quatro coordenações gerais: regulação e

ações intersetoriais, gestão de benefícios, revisão e controle de benefícios e acompanhamento de benefícios. Publicada Portaria conjunta MDS/MPS/INSS N° 01 institui o comitê de gerenciamento integrado do BPC com a finalidade de acompanhar os procedimentos de reconhecimento do direito ao benefício. Portaria N° 706 dispõe sobre o cadastramento dos beneficiários do BPC e de suas famílias no cadastro único.

2011

Leis N°12435 de 6 de julho e N°12470 de 31 agosto alteram a LOAS e determinam que as pessoas com deficiência, beneficiários do BPC, que entrarem no mercado de trabalho, terão o pagamento do benefício suspenso em caráter especial. Garante aos beneficiários com idade a partir de 14 anos podem ser contratados como aprendiz sem perder o benefício. O aprendiz poderá acumular pagamento do BPC com o salário pago pela empresa por até 2 anos. Publicada portaria conjunta, MDS/INSS N° 01 deste ano que estabelece os critérios, procedimentos e instrumentos para avaliação social e medica pericial da deficiência e do grau de incapacidade das pessoas com deficiência. Altera os instrumentos técnicos de avaliação de 2009.

2012

Portaria Interministerial N°02 de 2 de agosto institui o Programa BPC Trabalho.

Na trajetória descrita, pode observar que, embora tenha sido assegurado na Constituição de 1988, o BPC foi regulamentado somente em dezembro de 1993, com a edição da Lei n. 8.742, que definiu seus critérios de elegibilidade. Passou, contudo, a ser efetivamente operacionalizado somente em 1996. O fato de o BPC ser gerido pelo Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e operacionalizado pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), autarquia federal vinculada à Previdência Social, pode justificar as muitas portarias e instruções normativas no sentido de aprimorar a gestão e compactuá-la com as políticas públicas.

Convém salientar que, na análise do conjunto das legislações desde sua regulamentação, o BPC é objeto de muitas discussões e passou por diversas alterações em seus critérios, sendo ainda alvo de muitos questionamentos por não abranger parcela

significativa de deficientes e idosos pobres. Um dos pontos mais controversos, apontado nas muitas discussões, é a renda adotada, estipulada no valor de um quarto do salário mínimo por pessoa. Esse critério tem sido questionado desde a edição da lei, já que a adoção de um limite de renda tão exígua acaba por impossibilitar que importante parcela da população privada de recursos tenha direito ao benefício. Até o momento, contudo, o critério de renda permanece inalterado.

4.2 O programa Benefício de Prestação Continuada na escola – *BPC escola*

Para aprofundar as discussões sobre o BPC, em 24 de abril de 2007 foi publicada uma Portaria Normativa Interministerial sob o Nº18, que integrou o Ministério da Educação, o Ministério de Desenvolvimento Social e de Combate à fome, o Ministério da Saúde e a Secretaria Especial dos direitos humanos.

Essa portaria apresentou como justificativa o fato de as pessoas com deficiência gozarem dos direitos humanos em igualdade de condições com as demais. Dentre esses direitos está a educação, parte integrante dos direitos econômicos, sociais e culturais, sendo, por isso, um direito de todos. É, portanto, dever dos estados e da família que o ensino lhes seja também ministrado, com base no princípio da igualdade de condições para acesso e permanência na escola. A portaria informou ainda que grande parte da população brasileira com deficiência encontrava-se em condições de pobreza, levada à situação de exclusão econômica e social, tendo, por isso, restringido seu acesso à educação, ao emprego e à política de saúde. Por esse motivo, crianças, adolescentes e jovens com deficiência beneficiários do BPC encontravam-se fora da escola, quando o objetivo do benefício é melhorar a qualidade de vida deles, tendo em vista os direitos da cidadania.

Tal portaria defendia que a deficiência não é um atributo da pessoa e que as limitações físicas, sensoriais, intelectuais e múltiplas estão associadas a barreiras de ordem ética, econômica, social, ambiental, entre outras. Por isso, enfatizava a necessidade de: promover o acesso, a participação e a aprendizagem na escola a crianças, adolescentes e jovens com deficiência beneficiários do BPC; oportunizar às pessoas com deficiência beneficiárias do BPC sua inserção nas políticas públicas para o fortalecimento da sua autonomia, independência, inclusão educacional e social; articular os programas, projetos e

serviços de educação, assistência social e saúde por intermédio de ações intersetoriais que promovam o acesso e a permanência das pessoas com deficiência beneficiárias do BPC, com prioridade para aquelas na faixa etária de zero a dezoito anos.

A partir das justificativas anteriormente referidas, a Portaria Interministerial 18 propôs a criação de um Programa de Acompanhamento e Monitoramento do Acesso e Permanência na Escola das Pessoas com Deficiência beneficiárias do BPC. O Programa ficou conhecido como BPC na Escola e iniciou por meio do pareamento anual de dados entre o Censo Escolar INEP/MEC e o Banco de dados do BPC/MDS.

Esse programa foi desenvolvido por meio da adesão de estados, municípios e Distrito Federal, com a instituição de grupos de gestores locais e implementado em âmbito nacional de forma compartilhada entre os Ministérios do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e o da Saúde e a Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República. Considerando o período de 2007 a 2009, aderiram ao Programa 2623 municípios, os 26 estados e o Distrito Federal. Para tal, foram realizadas 217.995 mil visitas domiciliares para aplicação de instrumento de identificação das barreiras no acesso e permanência na escola dos beneficiários do BPC.

O questionário utilizado como instrumento de investigação era composto por 119 questões distribuídas em nove partes. As questões tratavam de: informações gerais; tipos de deficiência; acesso a escola, trabalho, produtos e tecnologias assistivas; apoio e relacionamento; acesso a políticas públicas, moradia e ambiente. Tinha ainda um espaço para justificativas, caso o responsável não respondesse ao questionário.

O BPC na escola foi estruturado a partir de quatro eixos principais que visavam: identificar, anualmente, entre os beneficiários do BPC até 18 anos aqueles que estão na escola e os que estão fora dela; identificar as principais barreiras para o acesso e permanência na escola das pessoas com deficiência beneficiárias do BPC; realizar estudos e desenvolver estratégias conjuntas para superação dessas barreiras; realizar o acompanhamento sistemático de ações e programas dos entes federados que aderirem ao programa. Nessa ação, há a intenção de anualmente realizar o pareamento de dados dos beneficiários do BPC com a matrícula no Censo Escolar, identificando os índices de acesso e exclusão escolar.

Para apresentar os números produzidos pela pesquisa proposta pelo Programa BPC na escola, utilizo os referenciais teóricos desenvolvidos por Traversini e Bello (2011), Lockmann (2011) e Rose (1999). Esses referenciais irão subsidiar o saber estatístico como uma tecnologia de governo a qual me ajudará a mostrar que os dados produzidos a partir do questionário proposto pelo *Programa BPC na escola* estão nele apoiados. Com isso, pretendo provar que muitos desses dados têm escapado às políticas de inclusão, para quem a presença na escola é parte integrante dos direitos econômicos, sociais e culturais de todos os cidadãos. Os dados em questão revelam, no entanto, que uma parte significativa dos beneficiários do BPC encontra-se fora da escola, sendo que o objetivo principal de tal benefício preconiza a melhoria da qualidade de vida dos jovens beneficiários através da sua inserção nas políticas públicas, do fortalecimento de sua autonomia e independência, e da inclusão educacional.

É importante referir que houve um redirecionamento da pesquisa devido a uma modificação na dinâmica do projeto a partir do momento em que tive acesso aos dados de que, no Brasil, em 2010, dos quase 500 mil jovens e crianças em idade escolar, que recebem o BPC, aproximadamente 206 mil estão fora da escola. Números esses que representam quase 50% dos beneficiários na faixa de até 18 anos, como pode ser visto no quadro abaixo.

Tabela 1 – Beneficiários do BPC na escola e fora da escola por faixa etária 2010

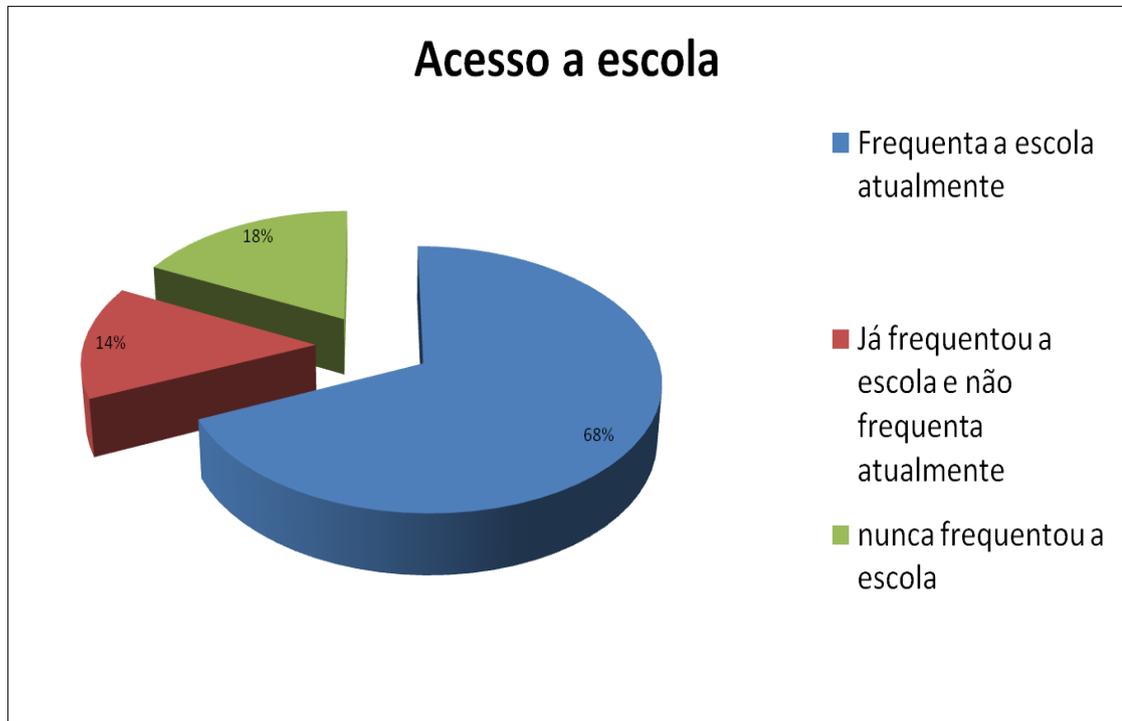
FAIXA ETÁRIA	NA ESCOLA	%	FORA DA ESCOLA	%
0-5 anos	91.422	53,09	80.774	46,91
6-14 anos	132.176	57,58	97.387	42,42
15-18 anos	5.419	16,16	28.120	83,84
Total	229.017	52,61	206.281	47,39

Se formos considerar a realidade do Rio Grande do Sul, no mesmo período e com a mesma faixa etária, 0 a 18 anos, eram 22.470 crianças e jovens com BPC, sendo que destes 9.108, o equivalente a 40,53%, estavam fora da escola. Aproximando um pouco mais o foco da minha pesquisa, em Porto Alegre, 66,54 % beneficiários do programa encontravam-se fora

da escola, o equivalente a 2.349 crianças e jovens em idade escolar. Saliento que dados mais atualizados quanto à adesão do BPC Escola foram gradativamente se modificando conforme cada município aderiu, no entanto, como Porto Alegre não renovou sua adesão, os últimos dados oficiais ainda são de 2010.

Os índices que me impulsionam a pensar sobre o que esses números têm a falar levam-me a perceber que existe uma realidade produzida e visibilizada pelas próprias políticas de governo, para ouvi-los, no entanto, é preciso determinar quais filtros conduziram e conduzirão minha conduta diante desse saber estatístico. Para tal reflexão, busco subsídios em Traversini e Bello (2011, p.857) quando apontam para o saber estatístico como “uma tecnologia de governamento, como um meio que, em determinada época, a autoridade estatal começou a usá-la para moldar, instrumentalizar e normalizar a conduta dos seus indivíduos”. Dessa forma, dados como os explicitados até então, juntamente com a legislação vigente quanto ao período de escolarização obrigatória e as intenções do programa BPC na escola, vêm a demonstrar que, embora todos os brasileiros em idade escolar deveriam estar estudando, muitos ainda não o fazem. Em certa medida, aquela obrigatoriedade reflete a racionalidade governamental que pretende incidir sobre a conduta dos indivíduos beneficiários do BPC para fazê-los viver, prosperar e, com aprofundamento das ações governamentais para esses jovens beneficiários, também produzir.

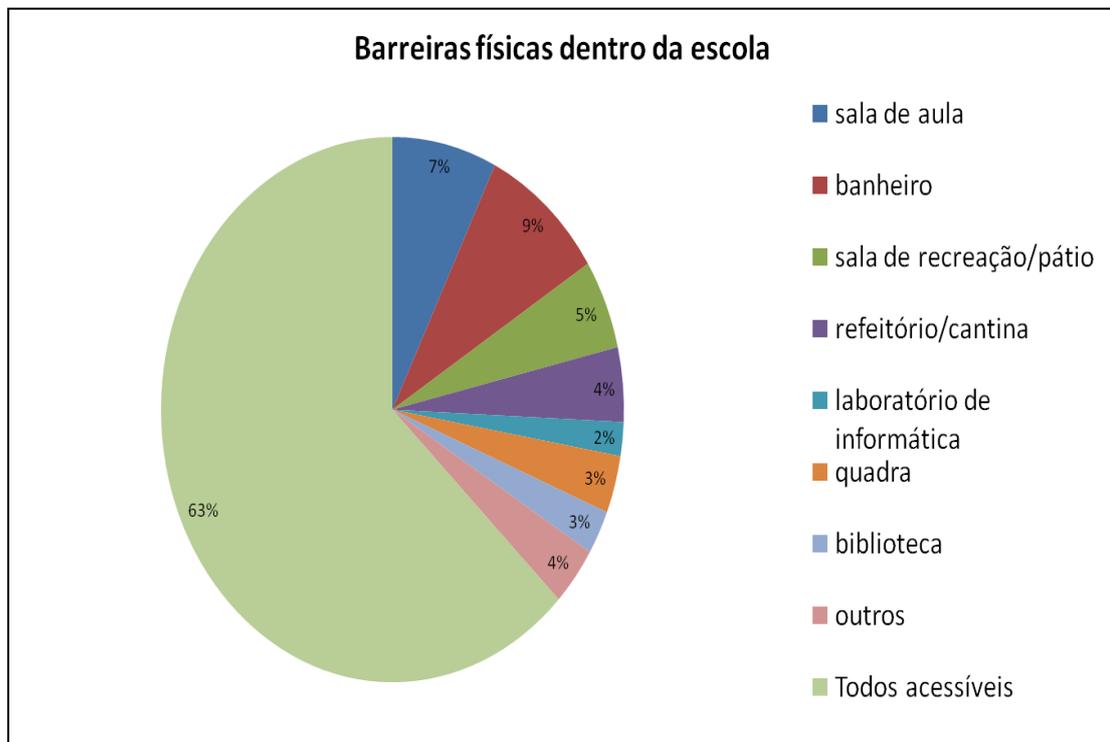
Entretanto, a mesma autoridade estatal, responsável pelo governo da população beneficiária de um programa social no Brasil, ao colocar a escola e as dimensões do processo de escolarização como um dos objetivos do benefício para melhorar a qualidade de vida e promover os direitos da cidadania dessa população, precisa observar que a análise dos dados produzidos no *Questionário para identificação das barreiras para o acesso e permanência na escola das pessoas com deficiência beneficiárias do BPC* revela que as práticas sociais previstas como investimento no benefício ainda não estão promovendo os direitos à cidadania planejados para essa população.

Figura 2 – Acesso à Escola dos Beneficiários do BPC – Ano 2008

Alguns dados dos 190.664 questionários aplicados em 2.623 municípios brasileiros no ano de 2008 merecem também ser destacados. Entre eles estão aqueles que apontam os motivos pelos quais essas crianças e jovens, foco desse estudo, não estão indo à escola. A **Tabela 1** mostra que o maior percentual apresentado foi o de beneficiários que frequentam escola regular, em classes comuns, no entanto revela, também, que existem alguns que nunca a frequentaram.

Outra informação importante foi que, embora 63% das respostas apontassem como sendo acessíveis os espaços escolares, um número significativo delas destacou as barreiras físicas dentro da própria escola como falta de acessibilidade.

Figura 3 – Barreiras Físicas apontadas pelas famílias – Ano 2008

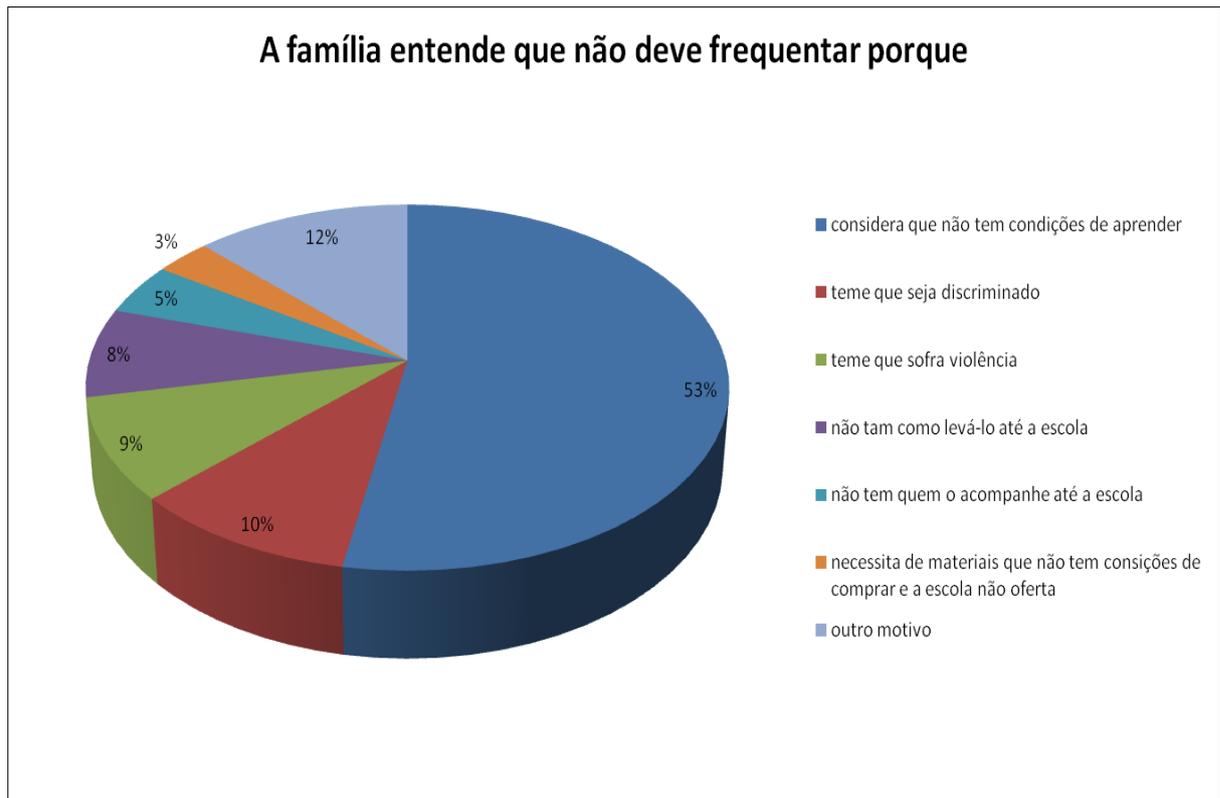


Ainda em relação aos dados quanto ao acesso à escola, muitas famílias alegaram que, juntamente com o receio de que seus filhos fossem lá discriminados, a crença de que não teriam condições para aprender (**figura 4**) representava um dos grandes motivos de não buscarem uma escola, algumas se posicionaram até mesmo contrárias à tentativa de tal experiência. Outro aspecto alegado foi o de não ter quem acompanhasse o beneficiário até a escola.

Dados relativos a não ter como levar os filhos até a escola ou a não ter quem os levasse são importantes de serem destacados por dois motivos: primeiro, a falta de acessibilidade arquitetônica, ou seja, as barreiras físicas de impedimento; segundo, a falta de investimento no desenvolvimento da autonomia de alguns dos jovens em questão. Quanto a essa última situação, no cotidiano escolar em que estou inserido, tenho observado que algumas alternativas podem ser desenvolvidas, como investir no convencimento das famílias que um jovem que demonstre, de certa forma, condições de efetuar um deslocamento autônomo necessita ser preparado para tal, mesmo que inicialmente tenha que ser monitorado. O que é possível perceber é que, quando há um investimento na autonomia desses jovens, muitos deles que não frequentavam a escola por não ter quem os

levasse passaram a frequentá-la assiduamente, após tal investimento. Entretanto, é preciso referir, também, que há casos de jovens que, por transtornos mentais graves ou mobilidade muito reduzida, não conseguem sair de casa, mesmo acompanhados.

Figura 4 – Motivos pelos quais filhos com BPC não frequentam a escola – Ano 2008



Retomando aspectos relativos ao governo dessa população, configurada nos números que apontam para uma relativa falha do governo em beneficiá-la para promovê-la, associo-me a Lockmann (2011, p.114-115) quando afirma que:

Para que a Governamentalidade possa funcionar a produção de conhecimento estatístico se torna fundamental. É necessário, primeiramente, construir um conjunto de conhecimentos técnicos sobre esse sujeito coletivo para, posteriormente, criar estratégias de governo que possam intervir, de forma adequada, regulando e gerenciando os riscos a que cada grupo está submetido. Ou seja, trata-se de desenvolver um processo de inteligibilidade sobre a população brasileira para, posteriormente, poder operar sobre ela por meio de políticas ou programas específicos.

Ao se referir ao processo de inteligibilidade da população, a qual utiliza como uma das ferramentas para movimentar os dados de seu estudo, Lockmann (2011) afirma se valer deste como um movimento que se apresenta relacionado à produção de saber estatístico sobre âmbitos diversos da vida da população, tornando seus traços calculáveis, dizíveis e inteligíveis, o que de certa forma se aproxima de um tipo de estatística mais descritiva, que parece tomar boa parte da minha conversa inicial com os números.

Da mesma forma, Nikolas Rose (1998) argumenta que a invenção de programas de governo dependia de - e exigia - uma avalanche de números impressos que transformavam a população calculável em inscrições que eram duráveis. Ainda segundo Rose (1998), o termo dado às práticas de inscrições era “estatística”.

Do século XVII em diante, passando pelos séculos XVIII e XIX, a estatística – a ciência do estado – começou a transcrever os atributos da população de uma forma tal que se tornava possível que eles entrassem nos cálculos dos governantes. As pessoas na terra, suas idades, seus locais e formas de habitação, seu emprego, seus nascimentos e mortes – tudo isso era anotado e transcrito. Essas informações eram transformadas em números e reunidas em pontos centrais; uma população ingovernável adquiria uma forma que podia ser utilizada em argumentos políticos e em decisões administrativas. (p.37)

O programa BPC na escola foi uma nítida resposta do governo a uma realidade que vinha se configurando, que era a dos poucos beneficiários que estavam na escola. A partir de disso, ações imediatas foram propostas, as quais apresento a seguir como possibilidades e potencialidades dessa política de inclusão, o BPC. Entre elas, encontram-se as mudanças das regras propostas pelo governo federal no sentido de garantir que os beneficiários do BPC possam ingressar no mercado de trabalho e se capacitar profissionalmente. Realidade essa que muda radicalmente a dimensão incapacitante que carrega a concessão de tal benefício, fato que provocou uma discussão a respeito da cultura familiar, pois, mesmo com tais alternativas, poucas famílias estão dispostas a correr o risco da perda do benefício.

Dessa forma, o próprio governo, ao tomar o *Programa BPC na escola* e os resultados da pesquisa como um alerta sobre aqueles que estavam fora da escola, desencadeou uma série de programas e ações para colocá-los para dentro dela, o que, de certa forma, revela estratégias de governamentalidade da população beneficiária do BPC. É importante que sejam destacadas pesquisas, tabelas, gráficos, táticas e estatísticas, realizados para que ninguém escape à captura e ao controle.

O questionário relativo ao Programa BPC na Escola, como já comentado, buscava coletar os seguintes dados: *Informações gerais*, tais como nome, data nascimento, sexo, estado civil, cor/raça, dados mais gerais, como documentos de identificação, e dados mais específicos de políticas do governo, como número do BPC, Número de Inscrição do Trabalhador (NIT), que se refere a uma identificação do “trabalhador” perante a previdência social. No caso dos beneficiários do BPC, como o órgão administrador desse sistema de concessão é o INSS, apesar de não se caracterizar como “um trabalhador”, recebem a codificação para controle dos recursos, talvez por este motivo o benefício é popularmente conhecido como uma “aposentadoria”. *Tipo de deficiência*, nesse item são listadas as deficiências com suas respectivas caracterizações: deficiência múltipla, cegueira, baixa visão, surdez, surdo-cegueira, deficiência física, deficiência mental/intelectual, transtornos globais do desenvolvimento, síndrome de Down, doenças crônicas/degenerativas. *Acesso à escola*, nesse item as escolas são divididas em: filantrópicas, escola comum de ensino regular, classe especial em escola comum e escola especial.

No que tange ao número de pessoas com algum tipo de deficiência em Porto Alegre, no Censo do ano de 2010, foi constatado que existiam 336.420 nessa situação, equivalente a aproximadamente um quarto da população, ou seja, 23,87%. Essas pessoas estavam distribuídas da seguinte forma: o maior número era das que tinham deficiência visual; em seguida vinham as com deficiência motora; no terceiro maior percentual estavam as que apresentavam deficiência auditiva; 23.581 pessoas, com deficiência mental/intelectual. Pode-se inicialmente inferir que, mesmo não sendo em maior número na cidade, pessoas com DI entre os que recebem BPC, ainda são os que menos frequentam a escola. Importante referir que a realidade de Porto Alegre, em termos de dados, encontra-se prejudicada, pois os últimos com relação ao BPC Escola datam do ano de 2008, uma vez que não foi a totalidade de beneficiários que responderam aos questionários, já o censo de 2010 registrou mais de 11 mil pessoas recebendo o BPC. Na realidade do estado, pelo extrato de adesão ao programa no ano de 2013, 165 municípios aderiram a ele no Rio Grande do Sul.

4.3 **O programa de benefício de prestação continuada trabalho - BPC trabalho**

O uso de ferramentas conceituais que conduzem à visibilidade de movimentos da in/exclusão já mencionados pode ser visto a partir do acesso aos diferentes documentos que apresentam diferentes discursos no sentido de justificar a criação dos programas, projetos, campanhas e legislações, publicados na tentativa de superar as realidades contraditoriamente produzidas pelos mesmos.

É importante destacar que, em uma análise dos documentos publicados especificamente para dar conta da exclusão produzida pelas políticas programadas para incluir, com destaque para aquelas de proteção social, compensatórias, de caráter continuado para pessoas com deficiência como o BPC, pode ser constatado, por exemplo, na minuta que descreve o Projeto BPC Trabalho, em Porto Alegre, coordenado pela Fundação de Assistência Social e Cidadania, a FASC¹¹, o seguinte:

O presente projeto visa apresentar o desenvolvimento de ações de promoção ao trabalho no município de Porto Alegre, junto aos beneficiários do Benefício de Prestação Continuada (BPC), na faixa etária de 16 a 45 anos. [...] a proposta do projeto BPC – TRABALHO visa contribuir para a superação de processos excludentes vividos pelas PCD'S, bem como para o fortalecimento de vínculos de pertencimento social destes sujeitos. O projeto apresenta um foco fomentador de ações práticas na defesa da inclusão, de fortalecimento da autonomia e da emancipação desta população, tendo como eixo de ações a capacitação profissional e o ingresso no mundo do trabalho. Para tanto, é preciso considerar o perfil e necessidades desta população. Abordagens inclusivas, que considerem o nível de escolaridade e dinâmica da deficiência são fundamentais. Segundo dados do MDS (2011) atualmente 48,18% total de 1.844.521 beneficiários com deficiência, ou seja, 888.725 poderiam ser alvo de ações que potencializassem seu ingresso no mundo do trabalho. Deste universo destaca-se cerca de dois terços que não são alfabetizados e a significativa prevalência de deficiência intelectual, próxima de um quinto.

No referido projeto, observa-se um discurso pautado na superação da exclusão sofrida pelas pessoas com deficiência, na promoção de ações práticas na defesa da inclusão e no fortalecimento da autonomia e da emancipação dessa população, tendo como eixos a capacitação profissional e a inserção no mercado de trabalho. Discurso esse que produz contradições quando aproximado da legislação que criou o próprio BPC, tanto que, para

¹¹ FASC é um órgão da Prefeitura de Porto Alegre, responsável pela coordenação e execução de programas e serviços que promovem direitos e a inclusão dos cidadãos que estão em situação de risco e vulnerabilidade social. Trata-se de uma fundação de direito público, vinculada diretamente ao prefeito do município.

sua concessão, considera que a pessoa com deficiência está incapacitada para vida independente e para o trabalho. Trata-se, portanto, de um discurso que materializa uma prática de in/exclusão, como afirma Maura Corcini Lopes (2007, p.11).

Inclusão e exclusão estão articuladas dentro de uma mesma matriz epistemológica, política, cultural e ideológica. Todo o espaço determinado por uma determinada ordem é delimitado e governado pela norma. Norma esta que classifica, compara, avalia, inclui e exclui. Toda lei mantém aqueles que denominamos excluídos fora de seu controle, pois não cabe a ela pensar o excluído, mas cabe prever o incluído.

Dessa forma, na previsibilidade de quem seriam os incluídos no benefício, produziu-se a própria exclusão, pois, na leitura de um grande número da população com deficiência e de seus familiares, parece que estar incapacitado é estar fora do mercado produtivo e da escola, mas é, ao mesmo tempo, estar dentro do conjunto de práticas pensadas para o governo de todos, por isso os incluídos no BPC parecem estar sendo governados pela mesma incapacidade que os imobiliza e beneficia. Em vista disso, é preciso que os mesmos programas que são pensados para que ninguém fique de fora, passem a incentivá-los a fazer parte, buscando, mesmo minimamente, com que produzam. Para tanto, tais afirmações podem ser exemplificadas pela ação conjunta dos membros constituídos pelo Sistema Único de Assistência Social (SUAS) para concretização do projeto piloto, acima especificado, *Projeto Piloto BPC Trabalho*, de busca e qualificação dos beneficiários do BPC.

Porto Alegre é uma das dez cidades escolhidas para execução desse projeto que traduz a materialidade do cálculo político para encontrar todos que estão fora do sistema produtivo de trabalho e escolarização, contando com a participação dos CREAS - Centro Referência Especializado de Assistência Social e do CRAS - Centro de Referência em Assistência Social que constituem ações do SUAS.

O projeto do *BPC trabalho* tem como público-alvo as PCD'S, beneficiárias do BPC, que manifestarem o desejo de serem incluídas no mercado de trabalho. Esse movimento, portanto, pode ser definido como um movimento que aponta possibilidades na própria legislação através das leis nº 12.435, de 6 de julho de 2011, e nº 12470, de agosto de 2011. Elas alteram a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), introduzindo a modalidade de suspensão do BPC e a garantia da sua continuidade em caso de extinção do vínculo

trabalhista do PCD beneficiário. Esse projeto investe nas potencialidades dos beneficiários e amplia sua possibilidade de inserção no mercado de trabalho.

4.4 **O programa de trabalho educativo nas Escolas Municipais de Porto Alegre - PTE e o Programa Jovem Aprendiz do Governo Federal**

Na composição dos caminhos analíticos durante o projeto de pesquisa, aponte para duas vias distintas, mas que se cruzavam: o caminho inicial, ainda presente, das políticas de inclusão que terminam por excluir e das atuais políticas que já apresentam algumas possibilidades para enfrentar tal situação; e as potencialidades das invenções da escola para enfrentar e quebrar o diagnóstico de incapacidade para aqueles que, em tais circunstâncias, nela estão.

Já agora é importante dizer que, ao descrever possibilidades, tomo-as como uma oportunidade, como um recurso com o poder de ocorrer. As potencialidades são descritas como indicativas do que pode, do que é potente, com capacidade de desenvolvimento e ocorrência. Assim sendo, posso relacionar o indicativo do que um jovem aprendiz deficiente pode fazer ao fato de ele vir a ser bem-sucedido.

Nos movimentos das potencialidades, é possível mostrar as invenções da escola que renegam os efeitos de verdade das práticas de medicalização relativas aos beneficiários do programa, como, por exemplo, o *Programa de Trabalho Educativo* (PTE), que vem produzido práticas pedagógicas potentes para autonomia e capacitação dos alunos em questão.

O PTE constitui-se em uma alternativa encontrada num primeiro momento pelas escolas especiais, sendo, posteriormente, expandida gradativamente para alunos com necessidades especiais da rede municipal, frequentadores da Sala de Integração e Recursos (SIR) e do Centro Municipal Educação de Trabalhadores Paulo Freire (CEMET). O programa foi pensado no sentido de oferecer aos alunos com deficiência intelectual novas possibilidades de aprendizagem e de vida, entre as quais as proporcionadas pelas estratégias de aprendizagem que utilizam a relação direta com o mundo do trabalho.

O PTE, na rede municipal de ensino de Porto Alegre, existe desde 1994. Em 1996, foi formalizado a partir do Decreto Municipal 11.484, em uma parceria entre as Secretarias Municipais de Educação e Administração a fim de promover e administrar as experiências de trabalho nas próprias Secretarias Municipais. Inicialmente apresentava um prazo específico de vigência, tendo sido renovado de forma permanente a partir de 1998 quando foram estipuladas 16 vagas de trabalho para desenvolvimento da experiência. Essas vagas foram lotadas na Secretaria do Governo Municipal (SGM), Secretaria do Meio Ambiente (SMAM), Gabinete do Prefeito (GP), Departamento Municipal de Limpeza Urbana (DMLU), Centro Administrativo Regional (CAR), Secretaria Municipal da Fazenda (SMF), Secretaria Municipal de Obras e Viação (SMOV) e Secretaria Municipal da Cultura (SMC) e Fundação de Ação Social e Comunitária (FASC). No ano de 1999, foi iniciada uma parceria técnica com a Câmara Municipal de Vereadores e abertas mais quatro vagas para essa modalidade de trabalho educativo.

O grupo do PTE, do qual fazem parte alguns jovens do III Ciclo, reúne-se quinzenalmente e conta atualmente com uma média de 16 jovens, sendo que 10 deles já realizaram alguma experiência de trabalho através do estágio.

As experiências exitosas construídas com esse programa demonstraram a capacidade e potencialidade para o trabalho de muitos alunos com deficiência intelectual. Entretanto, o “laudo de incapacidade”, que muitos deles possuem, impede em muitos casos essa experiência de trabalho. Não há um impedimento legal, pois este já foi reformulado pela Lei 12.470, que considera a condição de aprendiz dos alunos e a possibilidade de os mesmos retomarem seu direito ao benefício sem realização de perícia médica ou reavaliação da deficiência, em caso de perda da condição de trabalhador. Socialmente a situação parece muito mais complexa nos casos em que a família precisa aceitar o encaminhamento do filho para o trabalho formal, optando pela aceitação da capacidade do filho para o trabalho e a consequente cessação do BPC.

A tendência a não aceitar as oportunidades do trabalho remunerado para o filho, apesar de muitas vezes o próprio adolescente se posicionar favorável a tal experiência, configura-se como uma das temáticas da presente pesquisa. Esse posicionamento das famílias reforça a permanência do jovem na posição de incapacidade, mesmo que ele tenha vivenciado sua capacidade para o trabalho e muitas vezes também para vida autônoma. É preciso referir em

relação a isso que tem sido observado nas experiências com o PTE que muitos jovens aprendem a se deslocar sozinhos pela cidade, a reconhecer dinheiro e também seu direito a ter conta bancária, contracheque e administrar seu próprio salário.

Considero esta uma questão que necessita ser aprofundada, pois tais posições de algumas famílias têm produzido jovens incapazes, não apenas para o trabalho, como também para vida autônoma. Isso expõe uma profunda contradição entre os objetivos das próprias escolas quanto à educação através do trabalho e a realidade vivenciada por esses jovens a quem é negada a chance de crescimento pessoal, de se tornarem cidadãos autônomos e produtivos.

Essa é a visão da professora Carolina Miranda, há três anos investindo nos cursos de formação de jovens do PTE na zona norte da cidade, relatada em uma entrevista:

“ [...] as experiências que tive foram muito ricas, tanto profissionalmente, por circular em diversos meios que se propõe à inclusão e conhecer experiências inclusivas diferentes, como por ver, dia a dia, os alunos ganhando autonomia e independência. O PTE é capaz de transformar a vida de jovens com deficiência, fazendo realmente diferença em seus futuros. Poder ver como os diferentes espaços escolares e laborais manipulam seus conhecimentos e experiências, buscando formas criativas de encontrar soluções para as dificuldades decorrentes das diversas condições das pessoas nesses meios é muito interessante e desafiador. Porém, a cada nova experiência de inclusão no mercado de trabalho acredito mais que, quanto mais simples e humanizadora é a estratégia, mais chances tem de dar resultados positivos, quando tratamos de inclusão no mundo do trabalho.” (Diário de Campo – encontro do dia 17/07/2014)

A referida professora defende, na mesma entrevista, que a experiência do PTE pode ser para muitos jovens uma etapa de preparação para a entrada no mercado de trabalho, oportunidade que muito depende da postura da família.

“O processo e etapas do trabalho que os alunos passam no PTE ajuda na antecipação, entendimento e elaboração do momento em que o BPC poderá ser substituído pelo emprego formal. Quando a família adere a todo o processo, buscando junto à escola, empresa e PTE o desenvolvimento da autonomia do jovem com deficiência, essa aceitação acontece naturalmente. Na minha experiência, essa aceitação não acontece em muito poucos casos, e esses estão quase sempre ligados à dificuldade da família em acreditar nas potencialidades dos seus filhos e permanecer na postura superprotetora e infantilizadora, que não abre espaço para o crescimento da autonomia.” (Diário de Campo encontro do dia 17/07/2014)

Outro programa que merece ser destacado é o Jovem Aprendiz que se configura em importante alternativa para que jovens com deficiência possam acessar o mercado de trabalho. Trata-se de um programa instituído inicialmente através da Medida Provisória nº 251, que altera, em seu artigo 18, os artigos 428 e 433 da Consolidação das leis do Trabalho (CLT). Ela eleva a idade-limite de adolescentes aprendizes de 18 para 24 anos e não estabelece limite de faixa etária para aprendizes com deficiência, dado este incluído pela lei 11.180 de 2005. Para fins do contrato de aprendizagem, a comprovação da escolaridade de aprendiz portador de deficiência mental deve considerar, sobretudo, as habilidades e competências relacionadas à profissionalização.

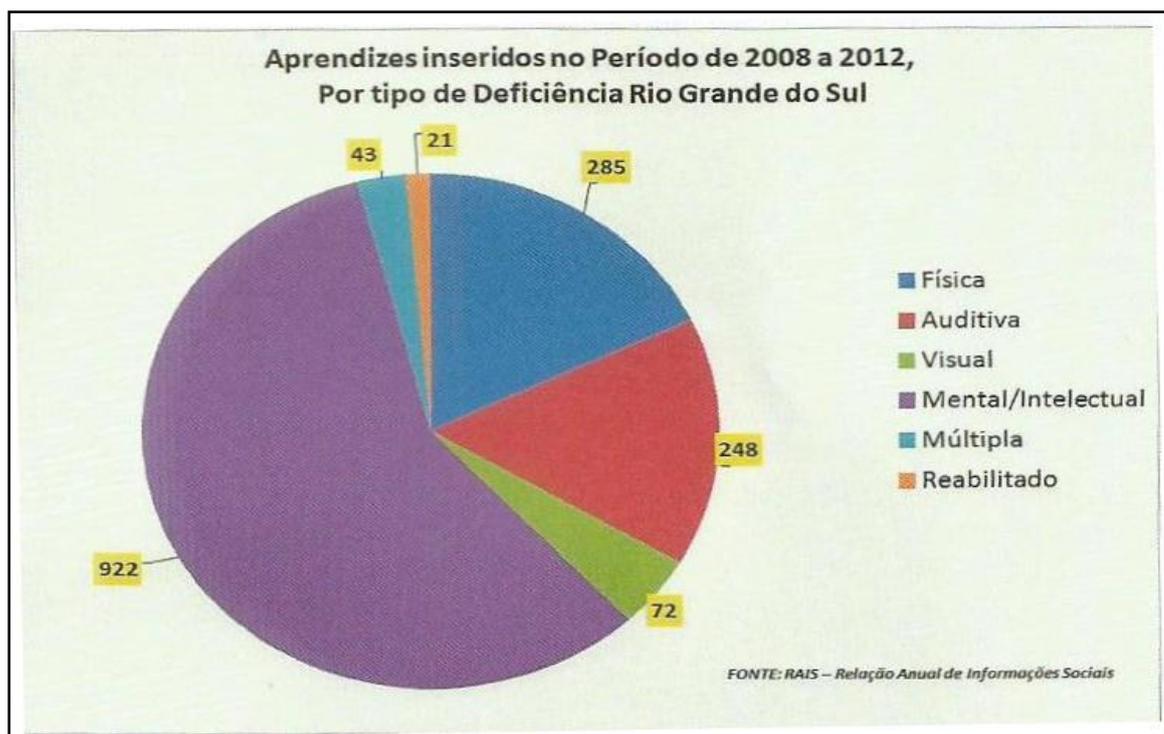
O jovem aprendiz é contratado por empresas de médio e grande porte que são obrigadas a ter uma cota de 5% a 15% em seu quadro de funcionários. Essas funções deverão prever sua formação profissional como aprendizes e, durante o período inicial de contratação, eles recebem formação técnico-profissional compatível com seu desenvolvimento na empresa que o contratou e em uma instituição formadora.

As principais instituições qualificadas para ministrar cursos de aprendizagem são as seguintes: Serviços Nacionais de Aprendizagem: Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI); Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC); Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR); Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte (SENAT); Serviço Nacional de Cooperativismo (SESCOOP); e ainda o Centro de Integração Empresa–Escola-CIEE Ou Escolas Técnicas de Educação e Entidades sem Fins Lucrativos, que tenham por objetivo a assistência ao adolescente e a educação profissional. Em Porto Alegre as instituições que tem desenvolvido os cursos são as conhecidas como Sistema S, SENAI e SENAC.

O estado do Rio Grande do Sul, através do Ministério do Trabalho e Emprego, numa iniciativa vinculada ao compromisso pela inclusão das pessoas com deficiência, decreto 6215/2007 e da Agenda nacional do trabalho, lançou em novembro de 2008 o Projeto piloto de incentivo à aprendizagem de pessoas com deficiência. O boletim informativo publicado como registro dos cinco anos de existência do projeto destaca:

Em 28.02.2009, em Seminário que contou com a presença de mais de 600 pessoas foi lançado no Rio Grande do Sul o Projeto Piloto de Incentivo à Aprendizagem de Pessoas com Deficiência. Logo após, foi constituído o Comitê Pró Inclusão que congrega associações não governamentais e órgãos públicos vinculados à educação, ao trabalho e à promoção social. Esse fórum promoveu o encontro de 3 diversos atores sociais envolvidos com a inclusão e tem permitido a superação de muitos obstáculos e qualificado os processos de inclusão no trabalho. Tais iniciativas propiciaram significativo incremento na formação profissional das pessoas com deficiência. No ano de 2008 havia apenas 63 aprendizes com deficiência, já em 2012 tínhamos 714, o que indica um crescimento de 1.133%. [...] O Projeto Piloto propiciou o acesso de 1591 pessoas com deficiência nos programas de aprendizagem, no período de 2009 a 2012. [...] o RS foi responsável por 14,55% dos aprendizes com deficiência contratados no Brasil. (Superintendência Regional do Trabalho no Rio Grande do Sul, 2014).

Figura 5 – Aprendizes inseridos no mercado trabalho por deficiência de 2008 a 2012



No que tange ao público-alvo da pesquisa, convém salientar que os jovens aprendizes seriam aqueles que deram um passo a mais do os jovens do PTE, pois a partir da situação de aprendizes têm a perspectiva de serem efetivados na empresa onde realizam sua aprendizagem. Observando-se o percentual de 2008 a 2012, os jovens aprendizes com deficiência intelectual são a maioria.

O Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC) foi criado pelo Governo Federal, em 2011, com o objetivo de expandir, interiorizar e democratizar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica no país, além de contribuir para a melhoria da qualidade do Ensino Médio público. O Pronatec busca ampliar as oportunidades educacionais e de formação profissional qualificada aos jovens, trabalhadores e beneficiários de programas de transferência de renda. Registro tais informações a título de complementação, pois, na realidade das PCDs, apesar de também serem considerados prioritários para o programa, os jovens participantes da pesquisa ainda não acessam tal programa por seu caráter técnico. Apesar desse caráter técnico exigido pelos cursos, houve em 2012 uma experiência de realização de um curso de fotografia para alunos de duas Escolas Municipais Especiais, em parceria com o Instituto Federal de Educação de Porto Alegre.

5 A PRODUÇÃO DOS DADOS

Desde o início desse estudo e mesmo durante a experiência do mestrado em que realizei a pesquisa no meu local de trabalho, perguntava-me sobre o comprometimento que poderia ter minha presença cotidiana há mais de quinze anos nesse campo de investigação, a Escola Municipal Especial de Ensino Fundamental Professor Elyseu Paglioli.

Busquei referenciais teóricos que pudessem sustentar os sentimentos que empiricamente me mostravam a necessidade de imparcialidade em relação às respostas dos jovens aos meus questionamentos e às minhas hipóteses. Talvez se não conhecesse a história de vida de cada um deles, como conheço, as cenas que descrevo não teceriam uma espécie de tecido com uma trama compartilhada, firme, alegre e colorida na composição dos dados da pesquisa.

A partir disso, concentrei minhas energias de escrita para sustentar práticas de pesquisa, mesmo imerso no cotidiano pesquisado, o que exigiu um olhar de imparcialidade mais intenso e um exercício de reflexividade no sentido de reconhecer que o pesquisador:

[...] é parte do campo de observação. O pesquisador aparece inevitavelmente situado, movido por interesses, paixões, capacidades, papéis institucionais que não podem ser esquecidos nem vistos como impedimento ao conhecimento, mas sim considerados como elementos constitutivos do campo que torna possível a reflexão e a pesquisa [...] A atenção ao envolvimento do pesquisador na relação com aqueles que observa e a consciência do caráter de construção social do conhecimento produzido sobre cada aspecto da realidade leva à constatação da existência de uma circularidade entre a pesquisa e seus produtos, na medida em que estes são sempre englobados na realidade e utilizados como instrumentos para dar sentido e para construir a realidade. Assim o pesquisador é chamado a responder pelos seus produtos e assumir a responsabilidade das suas intenções e dos resultados de sua pesquisa. (MELUCCI, 2005, p. 9)

O campo de pesquisa não se restringiu apenas à escola investigada como materialidade de um espaço, ela funcionou como propulsora de muitas outras construções, entre elas meu lugar de Orientador Educacional, com meus conhecimentos parciais sobre a vida de cada jovem, resultado de um olhar nos interesses da pesquisa.

A escola em que realizei a pesquisa foi a primeira Escola Municipal Especial da rede de Porto Alegre. Fundada em 1988, a escola Elyseu, como é conhecida no bairro Cristal, foi inicialmente pensada para atender alunos com deficiência mental, como eram identificados na

época, que se encontravam em grande número no cadastro de lista de espera para atendimento.

Nessa mesma época, houve vários movimentos da comunidade do bairro que não desejava uma escola para deficientes no local escolhido, a esquina das ruas Jataí com Butuí. Temiam os moradores que os imóveis do entorno pudessem ser desvalorizados com a construção de um espaço para deficientes no bairro. Tal fato causou muitas manifestações favoráveis e contrárias, mas a união dos pais em busca de escola para os filhos em tal situação conseguiu a permanência da escola.

A implantação de vários projetos com vagas abertas para comunidade fez com que, aos poucos, a escola se inserisse no bairro e fosse respeitada como espaço educacional para pessoas com deficiência e espaço de interação e aprendizagem para crianças e jovens sem deficiência que passaram a integrar os projetos de complementos curriculares. Atualmente a escola Elyseu atende uma média de 180 alunos de zero a 21 anos, divididos nos três Ciclos de Formação na Educação Precoce e na Psicopedagogia Inicial.

Na rede municipal de ensino de Porto Alegre, as escolas especiais de ensino fundamental¹² acolhem estudantes que demandam apoios intensos e contínuos, pois apresentam dificuldades muito acentuadas, tanto em termos de aquisições básicas cotidianas, quanto no processo ensino-aprendizagem, necessitando de acessibilidade comunicacional, metodológica e instrumental. As escolas especiais também investem na inclusão desses estudantes em escolas comuns, sendo consideradas como um recurso para dar continuidade ao acesso, sucesso e permanência nas classes comuns para alunos pequenos.

A enturmação dos estudantes nas escolas especiais é organizada de acordo com a idade, não a partir de critérios de níveis de aprendizagem e desenvolvimento ou de deficiências apresentadas. Por isso, ficam assim estruturadas: Ciclo de Formação I - estudantes de 6 a 9 anos; II Ciclo de Formação - estudantes de 9 a 15 anos; III Ciclo de Formação - estudantes de 15 a 21 anos.

¹²As Escolas Especiais da Rede Municipal de Porto Alegre organizam-se conforme Resolução nº 013 de 05 de dezembro de 2013, do Conselho Municipal de Educação Dispõe sobre as Diretrizes para a Educação Especial no Sistema Municipal de Ensino, na perspectiva da Educação Inclusiva. Disponível: http://lproweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/smed/usu_doc/013.2013.pdf

5.1 Os sujeitos da pesquisa

Os participantes da pesquisa foram escolhidos a partir de sua participação no grupo de PTE – Programa de Trabalho Educativo - que funciona com encontros quinzenais, para jovens entre 15 e 21 anos, do III Ciclo de Formação da escola. Eles são indicados pelos professores regentes ou equipe pedagógica de acordo com apresentação de algumas características, entre elas revelar potencial, mesmo que ainda frágil, para o trabalho.

Para a composição do grupo de pesquisa, realizei um levantamento sobre quais jovens do grupo de PTE já haviam participado de alguma experiência de trabalho educativo e recebido o BPC, ou tiveram seu pedido negado. O critério adotado de estar em estágio de trabalho educativo deveu-se ao fato de que tais jovens estariam vivenciando experiências de trabalho e poderiam ser observados quanto à sua desenvoltura como trabalhador, além de receberem um salário relativo a esse estágio. Assim, eles poderiam comparar sua situação entre ser trabalhador ou apenas beneficiário do BPC.

Tendo presentes os princípios metodológicos referendados e reconhecendo suas limitações, apresento os dados de pesquisa acompanhados de comentários e registros tanto gráficos, quanto imagéticos. Trago ao leitor uma oportunidade de, a partir das reflexões efetuadas, compreender o caráter significativo que a pesquisa em questão assume, tanto para o pesquisador, quanto para os pesquisados. Estes se envolveram com energia e empolgação nos encontros proporcionados e, ao seu final, deixaram a avaliação de que gostariam de continuar com nossas “conversas sobre trabalho”.

Para debruçar-me sobre os dados produzidos durante esses encontros, inspirado em aportes teóricos e metodológicos que apontam para dinâmica grupal como ferramenta, destaco alguns itens, tais como: os critérios acima referidos para escolha do grupo investigado; a tentativa de mapear momentos de diálogo interativo entre os jovens em que suas posições sobre determinados temas ficaram mais evidentes; o relato de aspectos relativos à ambientação dos encontros; o relato das informações adicionais produzidas através da análise das fichas de entrevista/questionário e dos dados das pastas dos alunos, nos quais constam cópia dos relatórios escolares e outros apontamentos, como reuniões com as famílias.

Assim, passo a apresentar o grupo, intercalando essa apresentação com informações que julgo importantes para que o leitor possa acompanhar a caminhada que trilhei.

Foram constituídos dois grupos: um no turno da manhã, com sete jovens; outro no turno da tarde, com seis. O grupo da manhã foi composto por seis rapazes e uma moça, com idades entre 17 e 21 anos. Nele, quatro dos rapazes tiveram participação mais efetiva, enquanto que os outros, por diferentes motivos, participaram de forma mais restrita.

Os jovens que não acompanharam todos os momentos do grupo foram: **C.** - um jovem que, embora não estivesse realizando ainda experiência de trabalho educativo, demonstrou interesse de integrar o grupo devido à presença de uma menina pela qual demonstrava uma relação afetiva de proximidade; **L.** - jovem que participou de um encontro apenas para contar como foi sua experiência de perda do estágio; **A.** - aluno que se evadiu da escola; **FA.** - aluno que se afastou por problemas de saúde.

Já o grupo da tarde era formado por três rapazes e três moças, também com idades entre 17 e 21 anos.

A primeira reunião com os jovens do PTE ocorreu no dia 24 de abril de 2014, momento em que conheci a dinâmica de funcionamento daquele grupo e apresentei a proposta da pesquisa. Os demais encontros ocorreram durante o mês de novembro do mesmo ano.

Apresento abaixo, como forma de facilitar a compreensão das informações, um quadro resumido com identificação e caracterização dos sujeitos da pesquisa:

Tabela 2 – Quadro Resumo identificação e caracterização do grupo de pesquisa

Identificação	Idade	Aspectos familiares, socioeconômicos e funcionamento social
A	17 anos ♂	Jovem que apresentava uma dificuldade de socialização muito grande na escola. Pais idosos e humildes que pareciam não acreditar muito na escolarização do filho. Ele veio para a escola por determinação do Conselho Tutelar e Ministério Público. Era o mais novo no grupo de oito filhos. No ano de 2010, a mãe recebia bolsa PETI - Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – devido ao fato de o menino ter sido visto vendendo bergamotas na sinaleira em horário em que deveria estar na escola. Muito sociável e autônomo na rua, mas não lhe interessavam as questões escolares. Preparado para questões de sobrevivência. Ajudava o pai idoso na execução de trabalhos para o sustento da família, inicialmente com uma carroça que fazia carretos. Com a proibição do uso da tração animal, venderam o cavalo e compraram uma kombi usada. O sonho de A era juntar dinheiro para comprar uma carteira de motorista. O aluno teve uma crise em 2010. Precisou ser internado por desorganização mental e agressão em uma briga com o irmão. Apesar das tentativas da escola, o aluno evadiu-se em 2014.
AL	20 anos ♀	Jovem institucionalizada em um Abrigo Residencial desde os 2 anos de idade. Demonstra muita insegurança com seu futuro, pois pela sua idade não deveria mais estar no abrigo, mas devido a sua deficiência ainda lá permanece. Foi retirada da família ainda pequena, pois a mãe era doente mental e moradora de rua e rejeitou os filhos. Tem outras irmãs também abrigadas. Muito imatura e infantil em algumas situações. Conquistou recentemente a possibilidade de deslocar-se sozinha para a escola. Fez vários estágios de PTE.
D	21 anos ♂	Jovem filho de família de pai, mãe e irmão menor. Mora em casa própria. A mãe trabalha como doméstica, e o pai como autônomo, eletricista e pedreiro. Pais preocupados com o futuro do aluno, mas muito protetores. Em relação a uma oportunidade de trabalho ocorrida, não permitiram devido ao horário, pois o aluno retornaria ao anoitecer para casa, mesmo sendo em um local próximo. Em 2014, o aluno saiu da escola por completar 21 anos. Sabia deslocar-se sozinho pela cidade. Na época, iniciou um namoro com uma colega de escola, monitorado pela família. Tomaram a iniciativa de ficarem noivos. Visitam-se em suas casas, passeiam pela cidade, iniciando relações como casal com autorização das famílias. Aluno com possibilidade comunicação restrita, mas se faz entender. Realizou vários estágios de PTE.
FA	19 anos ♂	O aluno tem mais dois irmãos com deficiência, também alunos da escola, vindos do interior ainda pequenos. A mãe, separada do pai, cuida sozinha dos três filhos. Muito protetora e dedicada aos filhos, acompanhava-os diariamente à escola. Gradativamente após entrada de F. no PTE começou a liberar os três filhos para virem sozinhos para escola. A única

		renda da família é o BPC. Ultimamente a bolsa estágio do PTE também auxilia financeiramente à família. Moram em uma área de risco, foram beneficiados com aluguel social e aguardam o bônus moradia da prefeitura. Aluno muito introspectivo, não fala com estranhos, pouco fala até mesmo com conhecidos. Cala-se mesmo quando questionado, ficando nervoso se insistem para que fale. Não revela muito do que já sabe. Se expressa bem através do desenho, revelando neles movimentos e sentimentos.
F	20 anos ♂	Aluno com família estruturada com pai, mãe e um irmão menor. Tem irmãos mais velhos que não moram mais com a família. Relata retorno da irmã devido à separação do cunhado. Moram próximo de primos. Tem moradia bem estruturada. Utilizou seus recursos de estágio para construir o próprio quarto. Apresenta-se sempre muito cuidadoso com a aparência física. Tem características sindrômicas, de síndrome não especificada, com atraso no desenvolvimento físico e intelectual, com voz nasalada, face disforme e baixa estatura. Desloca-se sozinho pela cidade e na vinda para a escola. É muito comunicativo e fala compulsivamente. No início do primeiro estágio atrapalhou-se com sua nova autonomia, sendo atrevido com a chefia e teve seu estágio interrompido. Na segunda tentativa, por outro lado, foi exemplar e mais maduro nas suas atitudes. As questões escolares, no entanto, não lhe interessam. É conhecido na vila onde mora onde tem muitos amigos. Recentemente fez a Carteira de Trabalho para ingressar em um curso como Jovem Aprendiz
G	18 anos ♂	Aluno com família composta apenas pela mãe, o irmão e a avó que mora próximo. A mãe tem um namorado que não mora junto. O jovem tem pouco contato com o pai, mas faz muitas referências a ele. Moram em um apartamento próprio. A família está estruturada nos aspectos básicos de sobrevivência, pois a mãe e avó trabalham. Apresenta-se muito bem vestido na escola, principalmente após início do estágio. Vai com sapato e calça social. Conquistou com a entrada no PTE a possibilidade de deslocamento autônomo. Circula pela cidade e conhece muitas linhas de ônibus. É comunicativo e falante. É ansioso nos seus planejamentos, precisa falar muitas vezes o que tem que fazer e repete episódios perguntando muito as mesmas coisas, características talvez de seus traços esquizoides.
J	19 anos ♂	Jovem morador de rua, quando pequeno perdeu os pais usuários de crack e portadores do vírus da AIDS. Foi abordado pelo Programa Ação Rua que encontrou uma avó alcoolista que já tinha sido obrigada a assumir inicialmente um seu irmão, portador do vírus da AIDS, e teve de assumi-lo. Tinha uma estrutura residencial muito humilde, pois a avó dividia o pátio com um lixão. Tinha precárias condições de higiene. Foi orientado na escola a como realizar sua higiene pessoal e algumas vezes tomou banho na mesma. A avó permanece alcoolista, mas com uma relação de confiança muito boa com a escola. Após uma visita, domiciliar obteve-se autorização para que o aluno se deslocasse para escola sozinho, pois não tinha quem o levasse. A partir desse fato, o menino adquiriu uma autonomia de deslocamento, teve sua carteira de passe gratuito encaminhada pela escola, o que facilitou muito seu crescimento autônomo.

K	19 anos ♀	Aluna filha de uma família numerosa, com o pai como responsável. O pai está separado da mãe há bastante tempo, mas preferiu ficar com todos os filhos. Atualmente moram com ele três filhas já com dois netos, K e um irmão que retorna de uma relação desfeita. Moram em local humilde e de risco, somente o pai trabalha e atualmente K realiza estágio remunerado. Apesar de o BPC aparecer no nome da mãe como responsável quem o administra o pai. Muito sociável, desloca-se pela cidade com autonomia. Visita a mãe aos finais de semana. Insegura em algumas situações, ainda fica nervosa com situações novas, mas tem uma comunicação fluente. É questionadora e curiosa. Está iniciando um namoro com um colega de escola que é seu vizinho. Com muito medo do que poderia acontecer, a mãe do menino buscou ajuda na escola. Não apresenta características muito severas da DI, apenas certa dificuldade de aprendizagem e problemas devido à baixa visão. Está alfabetizada e toma muitas iniciativas, demonstrando maturidade em algumas questões. No início do estágio do PTE, atrapalhou-se com os deslocamentos e horários. Diz em entrevista “ter medo às vezes, tem medo de ir pro centro e se perder”.
M	19 anos ♀	A aluna tem uma família estruturada com pai, mãe e mais três irmãos. O pai trabalha como vigilante, e a mãe dedica-se aos cuidados dos filhos, três meninas e um menino menor. A mãe tem aparência humilde, mas os filhos são bem cuidados esteticamente. Problemas articulatórios prejudicam a comunicação da aluna. Apesar deles, M é muito comunicativa e firme nas suas posições. Apresenta fantasias mirabolantes que a acabam prejudicando. Não é autorizada a deslocar-se sozinha, não participa de passeios com a escola, pois o pai não autoriza. Parece que o pai mantém um patriarcado extremante protetor sobre as filhas, não autorizando estágio como o PTE.
T	18 anos ♂	Aluno filho de família numerosa e desestruturada, administrada pela mãe. Relata envolvimento com tráfico, e tem um irmão com várias passagens pela prisão. Mãe muito instável e protetora. Devido a problemas com irmão menor em outra escola, parece ter liberado um pouco mais T que se aproveitou do motivo do estágio para reivindicar sua liberdade de deslocamento por toda a cidade. Não apresenta características de deficiência intelectual, embora tenha dificuldades de aprendizagem e transtornos comportamentais severos. Muito sociável, respeitado pelo status do irmão, circula e é cuidado em toda vila. Sabe os lugares onde não pode circular, mas, pela cultura do tráfico, desenvolveu fantasias e autonomia não muito positivas. Já adquiriu a linguagem e a cultura de rua. Necessitou uso reforçado de medicação, pois a mãe não estava conseguindo controlá-lo nas saídas noturnas. Perdeu a vaga de estágio por comportamento inadequado.
V	20 anos ♀	Aluna filha de família pouco numerosa, administrada pela mãe. Moram em casa humilde e aguardam bônus moradia. A única renda familiar é o BPC. Tem uma irmã gêmea aparentemente tratada como “normal”. Ainda muito imatura, adquiriu recentemente a possibilidade de se deslocar sozinha para a escola. Tem muita dificuldade de aprendizagem. Iniciando sua primeira experiência de estágio.

5.2 As escolhas teórico–metodológicas e as ferramentas de pesquisa

Quanto à metodologia, pensava inicialmente em tratar o grupo de jovens como um *grupo de discussão* ou ainda um *grupo de conversa*, no entanto os princípios de um *grupo de diálogo* possibilitaram estabelecer uma maior aproximação com o funcionamento do grupo que se formou na pesquisa, no qual os jovens realizavam uma conversa diferente, um completando a ideia do outro. Assim, como afirmam Salva e Stecanela (2006),

O princípio é que o «outro» tem partes da resposta e, por isso, procura pontos em comum na conversa, descobrindo novas possibilidades e formas de pensar. Portanto, esse diálogo, que não é a soma das opiniões individuais, apresenta-se simultaneamente como método de investigação e processo educativo ampliado. Para dialogar, é preciso escutar, silenciar, suportar o silêncio do outro, escutar o que o jovem diz quando aparentemente nada diz. É preciso «estar aberto para». Uma relação dialógica acontece a partir de uma abertura, de um desnudar-se diante do outro, de aceitar-se como ser em permanente formação, em permanente aprendizado (p. 166)

A partir disso, passei a me aproximar de pesquisas como a de Titton (2010), que utilizou o *grupo de diálogo* como metodologia. A autora faz uma interessante explanação sobre algumas das possibilidades na pesquisa com grupos, entre elas *grupo de discussão*, *grupo focal*, *grupo de conversa* e *grupo de diálogo*, o que muito auxiliou a minha escolha metodológica e a operacionalização dos encontros.

Para sinalizar alguns estudos, aponto para Weller (2006) quando esclarece que:

Os grupos de discussão passaram a ser utilizados na pesquisa social empírica pelos integrantes da Escola de Frankfurt a partir dos anos 50 do século passado, especificamente em um estudo realizado em 1950-51 e coordenado por Friedrich Pollok, no qual foram realizados grupos de discussão com 1.800 pessoas de diferentes classes sociais (Pollok, 1955; Loos; Schäffer, 2001). Porém, foi somente no final da década de 1970 que esse procedimento recebeu um tratamento ou pano de fundo teórico-metodológico – ancorado no interacionismo simbólico, na fenomenologia social e na etnometodologia –, caracterizando-se, dessa forma, como um método e não apenas como uma técnica de pesquisa de opiniões. Segundo Bohnsack (1999), para que os grupos de discussão adquiram a propriedade de método, é necessário que os processos interativos, discursivos e coletivos que estão por detrás das

opiniões, das representações e dos significados elaborados pelos sujeitos sejam metodologicamente reconhecidos e analisados à luz de um modelo teórico ou, em outras palavras, quando interpretados com base em categorias metateórica relacionadas a uma determinada tradição teórica e histórica. (p.244 e 245)

Quanto ao grupo focal,

São basicamente entrevistas em grupo, cujo objetivo principal reside na interação do grupo, e não no mero intercâmbio de perguntas entre o pesquisador e os integrantes do grupo [...] o grupo focal pode ser visto não apenas como uma metodologia qualitativa de pesquisa, mas como uma mediação capaz de incentivar a produção de sentido em situações de recepção coletiva e evidenciar processos políticos de questionamento de representações, formação e sustentação de identidades, reconhecimento, legitimidade e inserção das questões levantadas por grupos marginalizados na esfera pública [...] pretendemos vincular o grupo focal a uma certa concepção da política enquanto atividade cotidiana de construção coletiva dos significados e sentidos sociais que regem as relações entre sujeitos que, reflexivamente, trocam pontos de vista de modo a buscar entender o outro, a própria condição e seu lugar no mundo. (MARQUES; ROCHA, 2006, p.39 e 40).

Por outro lado, os *grupos de conversa ou conversação*, como também são conhecidos, derivados dos grupos de discussão, têm sido aplicados em algumas pesquisas. Como afirma Titton (2010), adotam a expressão conversação no lugar de discussão para enfatizar o processo livre e democrático que deve se estabelecer no debate de ideias entre os participantes.

Considerando os subsídios que auxiliaram minhas escolhas, apontaria ainda uma importante derivação do *grupo focal* e de *discussão*, que são as *rodas de conversa* que se aproximam da operacionalização dos *grupos de diálogo*. Segundo Melo e Cruz (2014), a *roda de conversa* é uma possibilidade metodológica para uma comunicação dinâmica e produtiva entre alunos adolescentes e professores, a técnica apresenta-se como um rico instrumento para ser utilizado como prática metodológica de aproximação entre os sujeitos no cotidiano pedagógico.

[...] mais que uma técnica de pesquisa, as Rodas de Conversa abriram espaço para que os sujeitos [...] estabelecessem um espaço de diálogo e interação, ampliando suas percepções sobre si e sobre o outro no cotidiano escolar. [...] Essa definição não só dimensiona as possibilidades interativas da Roda de Conversa como expressa uma característica de criar um espaço de diálogo e de escuta das diferentes 'vozes' que ali se manifestam, constituindo-se num instrumento de compreensão de processos de construção de uma dada realidade por um grupo específico. (MELO e CRUZ, 2014. P 31 e 32).

Diante da riqueza de subsídios a que tive acesso, resolvi fazer uso de um dos princípios da linha na qual me inscrevo, os Estudos Culturais, e me aventurar a unir princípios compatíveis às possibilidades que o trabalho com grupos permite para configurar uma forma de operacionalização dos meus grupos a partir de princípios do grupo de discussão, os quais trazem uma interessante organização do material a ser analisado. Nessa organização, procurei visibilizar os critérios de escolha do grupo, mapear momentos de diálogo interativo entre os jovens em que suas posições sobre determinados temas ficaram mais evidentes, além de relatar aspectos do ambiente dos encontros.

Inicialmente pensava em formar um grupo de discussão, como já comentei, o próprio grupo, porém, foi tomando formas em que a discussão não fluía. Apareciam comentários paralelos, histórias de vida, a posição dos pais sobre a questão do trabalho e muitos outros comentários. Mesmo que minha postura tenha sido pensada para questionar, fazer perguntas percebi que o grupo funcionava de forma diferente. A partir daí, acessando teorias de grupo, percebi que os princípios do chamado grupo de diálogo eram os que mais se aproximavam do que vinha acontecendo. Muitos foram os silêncios, e passei a valorizá-los ainda mais.

Os subsídios apontados pela metodologia que utiliza as rodas de conversa me inspiraram a valorizar os momentos interativos do grupo, reconhecendo aqueles de informalidade e descontração, bem como os ruídos e as posturas diante dos temas propostos. Durante alguns instantes, o grupo mostrava-se muito barulhento e dispersivo, mas, na análise dos registros de gravação, pude observar que as conversas paralelas também passaram a se constituir temas, como: futuro, casamento, família, sexo, ter filhos, uma casa, não distantes das propostas sobre expectativas de trabalho e benefício de prestação continuada.

Considerando que o grupo era composto por jovens com DI, eu sabia que tinha de respeitar a dinâmica das discussões, sabia que minha presença como mediador era necessária, mas não assumi a dinâmica do grupo focal, pois não tinha ao meu dispor o tempo necessário para execução dessa metodologia e, muito menos, a estrutura necessária para gravação e participação de outro mediador, como aponta tal metodologia. Sendo assim, aproximei-me da possibilidade de construir uma relação dialógica entre os jovens na qual pudessem estabelecer relações por proximidade ou disputa, compartilhassem ideias influenciadas por um outro ou não, questionassem minhas propostas ou as respostas dos colegas sobre determinados temas. Essa última situação ocorreu no momento em que uma menina do grupo disse que recebiam o

benefício por que eram “louquinhos”, o que desencadeou uma interessante discussão sobre o motivo de receberem o BPC, a qual descrevo mais a diante.

A pluralidade de ideias possíveis com o chamado *grupo de diálogo*, com todas as influências de outras dinâmicas, foi a forma que encontrei para melhor organizar o grupo e tratar o material produzido.

O *grupo de diálogo* é uma forma de conversação que permite a cada membro do grupo melhorar sua forma de interlocução ouvindo o outro, observando e compartilhando experiências, produzindo ideias, ampliando, através do diálogo, sua visão sobre as situações problematizadas.

Do ponto de vista etimológico, o termo “diálogo” resulta da fusão das palavras gregas *diá* e *logos*. *Diá* significa “por meio de, através de”. *Logos* foi traduzido para o latim *ratio* (razão), mas tem vários outros significados, como “palavra”, “expressão”, “fala”, “verbo”. Dessa maneira, o diálogo é uma forma de fazer circular sentidos e significados. Como afirma Mariotti (2001), em um grupo que dialoga, as palavras circulam entre as pessoas, passam através delas sem que sejam necessárias concordâncias, discordâncias, análises ou juízos de valor. As palavras - e o que elas significam - são observadas tal como se apresentam à experiência imediata dos participantes. Como ocorreu no grupo, algumas colocações ficaram suspensas, penduradas para serem aprofundadas, sem conclusões que as formatasse, como defende o autor ao citar Bohm.

[...] durante o diálogo os pressupostos devem ficar suspensos à nossa frente, como se estivessem pendurados num fio invisível — como roupas num varal. Isso quer dizer que antes de proceder à sua suspensão é preciso identificá-los e expô-los, não apenas a nós próprios mas também aos nossos interlocutores. É como colocá-los no centro do círculo que dialoga, apresentá-los e tentar compreendê-los (não analisá-los, questioná-los nem explicá-los) (MARIOTTI, 2001, P.7)

Para resumir alguns aspectos dos encontros realizados, apresento o quadro abaixo com os seguintes dados: uma caracterização geral dos componentes do grupo, os encontros realizados com os focos desenvolvidos em cada um e o total deles, considerando como geral o primeiro.

GRUPO	CARACTERIZAÇÃO	ENCONTROS COM O GRUPO DE PESQUISA				
Turno da Manhã	Grupo formado por quatro jovens e uma jovem que participaram de todos os encontros e dois alunos que apenas responderam à entrevista individual. Idades entre 18 e 21 anos. Grupo com componentes demonstrando certa imaturidade, necessitando se deslocar para assuntos diversos, inclusive os ligados à sexualidade e namoro, até compreenderem o foco do trabalho. A maioria com diagnóstico de deficiência intelectual, sendo que um dos jovens apresenta traços esquizoides.	24 de abril				
		Apresentação da proposta de pesquisa para os dois grupos. Participo como observador em atividade coordenada pelas professoras do PTE (Ivone e Ana Claudia) - Um encontro				
		04 novembro	17 novembro	Dois		
	Apresentação do quadro de Tarsila do Amaral <i>Os Operários</i> e proposta de uma releitura do mesmo.	Explicação da dinâmica - apresentação de uma caixa com perguntas sobre o tema pesquisado, O BPC - posicionamento dos jovens sobre o mesmo. As perguntas eram: <ul style="list-style-type: none"> • O que é o BPC, o benefício? • O que sua família pensa sobre você trabalhar? • O que quer fazer quando terminar o estágio - O PTE? • Se pudessem escolher entre o BPC ou a carteira assinada, o que escolheriam? • Quais os motivos que levam um beneficiário a parar de receber o benefício? • Por que as pessoas recebem este benefício? 				
Turno da Tarde	Grupo formado por três rapazes e três alunas entre 18 e 21 anos. Grupo mais agitado e disperso, mas com maior maturidade nos posicionamentos quanto às questões propostas. Muita diversificação das experiências de vida, tendo uma jovem abrigada, um jovem com experiência de ter morado na rua e outro com muito conhecimento quanto ao tráfico e as leis que regem sua comunidade. Tendo também duas jovens mais ingênuas com pouca experiência de autonomia. A maioria do grupo com diagnóstico de deficiência intelectual e um jovem com problemas sérios de conduta dentro e fora da escola.	05 novembro	18 novembro	25 novembro	Três	
		Apresentação da proposta de trabalho e como serão identificados quando eu escrever o que disserem sobre o quadro de Tarsila do Amaral “Os Operários”. Falo sobre a troca de horário para que o aluno T. possa participar, pois o mesmo está saindo mais cedo e ele tem uma história interessante sobre o trabalho para contar. Proponho ouvi-los sobre o estágio que estavam fazendo e sobre o PTE.	As perguntas para este grupo foram: <ul style="list-style-type: none"> • O que pensam sobre a possibilidade de trabalhar? • O que pretendem fazer depois do estágio? • O que acontece quando um aluno assina a carteira? • Qual a diferença de pensão para benefício? • Por que o governo inventou o benefício? • O que ocorreu quando foram tentar receber o benefício e não conseguiram? 	A proposta deste encontro foi: Ver um vídeo da experiência de uma empresa de Sapucaia do Sul, RS, sobre o trabalho de pessoas com deficiência, com comentários meus e do grupo.		
Tabela 3 – Quadro resumo dos encontros realizados com o grupo de jovens					TOTAL DE ENCONTROS	Seis

Os jovens que participaram do grupo da pesquisa eram na maioria beneficiários do BPC, mas que não se colocavam como incapazes, pelo contrário diziam, muitas vezes, “saber trabalhar”. Entretanto, tomavam como sua a verdade que lhes era imposta: “carteira assinada não pode”. Assim, seus sonhos de formalidade e as expectativas com relação ao mercado de trabalho formal eram fragilizados, pois, quando falavam sobre o assunto, justificavam da mesma maneira: “com carteira assinada a família não aceita”.

A episteme¹³ que se configura na condução desses jovens é produzida a partir de políticas que são pensadas para assisti-los, protegê-los, criar-lhes oportunidades. No entanto, a mesma acaba por produzir tutela, tanto por parte da lei, quanto por parte das famílias.

Para dar continuidade às análises feitas, retomo nesse momento meu problema de pesquisa assim enunciado: “Quais os efeitos da política de Benefício de Prestação Continuada, o BPC, e seus desdobramentos como BPC Escola, BPC Trabalho nos processos de escolarização, trabalho e produção de autonomia de jovens com deficiência intelectual na contemporaneidade?” Passo a apresentar o conjunto de dados produzidos no intento de respondê-lo.

Início apresentando alguns dos diálogos ocorridos nos grupos.

V. *“Não posso trabalhar porque a mãe recebe o dinheiro”. (Diário de campo - Grupo da Tarde - 05 de novembro)*

É importante constatar que, na maioria das vezes, os jovens não assumem aquele dinheiro como seu. Tal fato pude constatar na entrevista realizada com eles para complementar seus dados quando perguntei o que faziam com o dinheiro do benefício. Constatei que, na sua maioria, os jovens não têm autonomia na administração do recurso recebido. O mesmo funciona como um benefício para a subsistência da família de toda a família, como pode ser observado nas seguintes afirmações:

¹³ Episteme designa um conjunto de condições, de princípios, de enunciados e regras que regem sua distribuição, que funcionam como condições de possibilidade para que algo seja pensado numa determinada época. (Veiga-Neto, 2005, p.115)

A. *“Acho que recebo, só a mãe cuida do benefício, tudo fica com a mãe, ela que tem o cartão.” – (Diário de Campo - Instrumento entrevista)*

K. *“Sim, recebo, quem cuida é o pai.” – (Diário de Campo - Instrumento entrevista)*

Durante o encontro, circulava a crença de que o benefício era para a família e não para cada um deles, a ponto de acharem que não tinha sentido pensar nisso:

K. *“Por que vou pensar em benefício? Não sou eu que cuido, não vejo nem a cor do dinheiro.” (Diário de Campo - Grupo do turno da manhã dia 17 de novembro)*

A entrada dos jovens, através do PTE nos estágios de trabalho remunerado, desencadeia processos muito interessantes na mudança de seu comportamento porque eles começam a se embrenhar com mais intensidade no mercado de consumo. Alguns passam a ostentar dois ou três celulares, caixas de som portátil, bonés, tênis e outros objetos que antes não tinham condições de possuir. Da mesma forma, intensificam-se alguns conflitos familiares quando passam a compreender o “valor do dinheiro” e a exigir da família mais do que o seu salário como estagiário pode comprar.

Situação vivenciada pela família de um dos jovens do grupo que, ao iniciar seu primeiro estágio, ao passar por um imóvel à venda próximo à escola, anotou o número e ligou para imobiliária dizendo que queria comprá-lo; ou ainda quando ele solicitou ao pai um celular mais sofisticado, roupas e tênis de “marca”, que é como se referem aos tênis da moda.

“[...] não aguento mais F., acho que terei que interná-lo, briga o tempo inteiro, só quer saber de coisas boas e caras, diz que o salário é dele (referindo-se ao BPC)” – (Diário de campo Pai de F).

Saliento que esse jovem realizou dois estágios de trabalho, nos quais se destacou, e estava aguardando uma nova oportunidade. Utilizou todo o dinheiro para construir um quarto

próprio. Ele era muito falante, tinha alguns interesses além de suas posses, mas, quando questionado nas reuniões do grupo quanto ao seu futuro, dizia:

“[...] é muito melhor só ficar em casa”. – (Diário de Campo - F durante o grupo em 05 de novembro)

F. é o mesmo jovem que insistia em dizer que era aposentado e dedicava todo seu salário como estagiário para qualificar seu quarto, que tinha uma TV de “parede”, como se referia à televisão de Led de 24 polegadas que havia adquirido recentemente, e um vídeo game de última geração. Sua conquista mais difícil foi conseguir colocar uma porta com chave no quarto, pois os pais tinham receio de que pudesse acontecer alguma coisa com ele lá sozinho e não pudessem entrar. Essa conquista representou um passo importante para F. pois, a partir de então, sentiu-se dono de seu próprio espaço. A dedicação do jovem ao seu quarto e a ideia fixa da aposentadoria levaram-me a pensar em uma das configurações da possível origem da palavra aposentadoria que, segundo alguns registros, significaria o pouso oferecido a alguém que necessitasse descansar após uma jornada. Oferecia-se “pouso” nos aposentos.

É importante comentar que, no século XVI, circulava a palavra "apousentar" no sentido de fazer alguém pousar e repousar. O hóspede podia pousar no "apouento" de uma casa amiga. Aquele que peregrina por muitos anos tem direito a pousar um dia. A palavra "pousar" remete ao latim *pausare*, "parar", "descansar".¹⁴

De forma curiosa, F. faz de seu quarto, como muitos jovens, seu refúgio. O que chama atenção especificamente nele é o fato de se sentir “aposentado”, preso à sua coleção de carrinhos e dinheirinhos, como chama os papéis que fica cortando por uma noite inteira quando, segundo ele, não consegue dormir. Situação extremamente difícil de entender quando

¹⁴Também se encontra uma outra explicação para o uso da palavra aposentadoria que teve início por ocasião da chegada da família real portuguesa ao Brasil. Fugindo das tropas de Napoleão, que estavam a apenas dois dias de Lisboa, a família real partiu rumo à sua maior colônia, o Brasil. Assim, em março de 1808, junto com Sua Majestade, mais de dez mil pessoas aportaram de uma só vez no Rio de Janeiro. E como abrigar tantos nobres e protegidos que haviam deixado para trás o luxo com o qual estavam acostumados, alguns sem portar nem mesmo bagagem? As famílias residentes no Brasil que morassem em melhores habitações eram obrigadas a desocupar a casa ou seus aposentos, permitindo que os recém-chegados fizessem uso inclusive dos móveis, pratarias, roupas de cama e criados. Assim as propriedades ganhavam à porta as iniciais P. R., que significavam Príncipe Real. Ali os recém-chegados ficavam "aposentados".

se sabe que esse mesmo jovem desenvolveu três estágios de trabalho educativo de forma exemplar e que fala atualmente sobre quando sair da escola.

“[...] vou procurar meu amigo que consegue trabalho sem muita papelada e recebe tudo em dinheiro”. – (Diário de Campo - F durante conversa informal)

F. refere-se a uma situação em que, segundo ele, poderia trabalhar sem carteira assinada, logo sem perder o benefício que ganha do governo.

Por outro lado, um exemplo de outra realidade vivida por esses jovens é o ritual pericial já comentado. Esse tema teve destaque nos grupos de pesquisa quando os questionei sobre como tinha sido o momento de avaliação para receber o benefício. De forma muito natural, T. respondeu:

“[...] é só se fazer de louquinho.” – (Diário de Campo - T durante o grupo em 18/11/2014)

Essa afirmação foi motivo de risos e brincadeiras entre os jovens, e T. argumentou:

“[...] se ganha um tiro no pescoço e não morre, vai lá e ganha um dinheiro, o benefício é de doente [...].” – (Diário de Campo – T durante o grupo tarde em 18/11/2014)

A partir da afirmação de T., iniciou-se uma discussão sobre quem é doente ou não no grupo.

“[...] eu não sou doente.” – (Diário de Campo – T durante o grupo em 18/11/2014).

“Recebe o benefício porque é doente de louca.” – (Diário de Campo V. durante o grupo em 18/11/2014).

Ao ser questionada sobre a questão da loucura, M. afirma que não era seu caso pois:

“[...] quem recebe não sou eu, é minha mãe.” – (Diário de Campo M. durante o grupo em 18/11/2014).

Essa justificativa coloca em evidência mais uma vez o fato de que os jovens em questão não assumem como seu o benefício, mesmo que seja para justificar sua sanidade. Por outro lado, V. assume seu lugar como “doente de loucura” e, ao ser questionada por que o governo inventou esse benefício, afirma:

“[...] por causa da escola.” – (Diário de Campo V durante o grupo em 18/11/2014).

A afirmação de V. refere-se à escola especial que muitas vezes é culturalmente confundida como lugar da doença ou da loucura.

Reiteradamente T. justifica o recebimento do BPC pelo fato de se “fingir de louquinho” e ainda acrescenta o lugar social de sua moradia como mais uma justificativa

“[...] tu que é o cara da favela tem cara de louco”. – (Diário de Campo T durante o grupo em 18/11/2014)

T. reafirma ainda sua condição social e justifica os critérios para receber os diferentes benefícios, o BPC e a Bolsa Família ao afirmar:

“[...] Não pode trabalhar para receber (referindo-se ao BPC). Bolsa família pode (trabalhar) se não vai à escola é que corta a bolsa [...]”. – (Diário de Campo T. durante o grupo em 18/11/2014)

As afirmações do grupo quanto à doença, à simulação da loucura e o entendimento dos critérios para ser considerado beneficiário podem ser caracterizadas de forma semelhante ao que Castel (2013) reconheceu como etapas de estruturação do social-assistencial. Apesar de o autor ter se referido em seus estudos à realidade europeia do século XVI, quando T., jovem do grupo de pesquisa, conta sua “simulação da loucura” no momento da perícia médica, é possível comparar tal situação ao que esse autor chamou de “simulação da

invalidez”, ou seja, como uma estratégia do beneficiário para se adequar o melhor possível ao modelo ideal do atendimento assistencial.

A exibição de doenças, de feridas ou de enfermidades simuladas é, através de séculos, um tema recorrente [...] Falsos cegos, falsos estropiados, falsos feridos que, assim que chega a noite, largam suas muletas e seus acessórios para o rega-bofe [...] a obstinação em simular a inaptidão para o trabalho, quando não é efetiva, prova a importância decisiva dessa categorização para se ter acesso aos auxílios. Fingindo [...] o simulador chega a penetrar na esfera de assistência, onde não teria lugar se fosse são de corpo e de espírito. [...] no caso, ao valor eminente conferido ao trabalho: devem ter dó de mim porque estou visivelmente incapacitado para realizar qualquer trabalho [...]. (p. 87 e 88).

O jovem em questão contou sua história de simulação no grupo a qual foi vista como uma brincadeira adolescente. Sorrindo, relatou que fez “cara de louco” na frente do médico na perícia. É importante comentar que ele circula de forma autônoma pela cidade e por diferentes situações quando não está na escola. Também merece ser destacado que os critérios para receber o “salário” são bem conhecidos por todos os beneficiários e suas famílias que sabem que, quanto mais deficiente o possível beneficiário for, mais fácil ficará de convencer o perito.

Em paralelo ao grupo, selecionei algumas questões para serem utilizadas em uma espécie de questionário/entrevista que realizei com o jovem em um horário agendado com ele, durante período escolar, com prévia combinação com o professor regente. As perguntas foram divididas em três partes: a primeira ficou reservada a dados gerais sobre o jovem, um quadro para registrar a composição familiar e itens destacados a partir de focos que poderiam auxiliar na composição das possíveis respostas às questões de pesquisa, tais como: sonhos e expectativas para vida; experiências de trabalho; o que planejava com relação ao trabalho em sua vida; se fazia estágio, como gastava o dinheiro; se recebia BPC, como gastava o dinheiro; quais documentos já possuía (Carteira de Identidade, título de eleitor, CPF, carteira de passe gratuito, conta bancária) e qual achava mais importante; se deslocava-se de ônibus sozinho; o que fazia no final de semana. A segunda parte do instrumento reservei para o que chamei de informações complementares, como: diagnóstico ou hipóteses diagnósticas. A terceira auxiliou na análise das pastas dos alunos com uma lente já determinada quanto a temáticas que se transformaram em eixos no auxílio às análises, quais sejam trabalho, autonomia e família.

A partir das primeiras organizações dos dados, iniciei a elaboração de quadros que ajudaram a traçar linhas, mesmo que difusas no início, sobre o material coletado. Confeccionei os seguintes quadros:

Quadro de análise das legislações: destaquei as principais leis que dispõem sobre a concessão do BPC e seus desdobramentos. São elas: a LOAS - Lei Orgânica da Assistência Social, a portaria interministerial que institui o BPC Escola e a lei que institui o BPC Trabalho. Nesse quadro, busco explorar trechos da lei selecionados após uma leitura prévia. Após destacá-los, iniciei uma observação sobre que estratégias discursivas sustentavam as afirmações e determinações de cada uma, registrando também alguns comentários que julgava necessários.

Quadro do resumo dos questionários: neste destaquei o nome do jovem, sua idade, as hipóteses diagnósticas ou diagnósticos definidos, aspectos familiares e socioeconômicos, funcionamento social, escolarização, motivos para receber BPC, comentários sobre trabalho e outras questões que surgiram durante registro final.

Quadro do resumo dos encontros com o grupo: nesse quadro dividi por encontros e fiz uma transcrição de trechos das gravações deles, como apresento na próxima seção. Foram seis encontros com os grupos, sendo três com cada um deles, denominados grupo da manhã e grupo da tarde.

Quadro com os três eixos - família, trabalho e autonomia: nele resumi, para cada eixo, excertos das leis, falas durante os encontros dos grupos, o material das pastas dos alunos e dos questionários.

No contexto vivido durante a pesquisa, observei algumas cenas fora do grupo, nos corredores, na frente da escola, na hora do recreio, as quais fui registrando no Diário de Campo e que passaram a compor um importante material de análise, destacadas em uma Subseção. Da análise dos dados organizados nos referidos quadros, é que pude construir o último capítulo desta Tese que, em analogia à assinatura da CTPS - Carteira de Trabalho, chamo de “Fechar o Contrato”, momento de muitas reflexões, tanto para os jovens quanto para suas famílias.

5.2.1 Síntese dos Questionários

Os referidos questionários foram realizados com seis jovens com quem consegui completar o planejamento que era realizar, em um primeiro momento, um encontro individual no qual as questões me conduziam, mas não imobilizavam, pois tentava seguir o fluxo da conversa. Julgo importante salientar que não foi um momento fácil e sinceramente não esperava que fosse. Os jovens enfrentam limitações principalmente na área de organização da lógica do seu pensamento, e as respostas precisavam ser ouvidas com atenção para se compreender o significado da resposta. Outro momento planejado foi aquele em que me dediquei à pasta de cada um dos entrevistados, dando destaque aos eixos: família, trabalho e autonomia, que apresento na próxima subseção. Saliento que, por falta de viabilidade, três jovens não foram entrevistados, mas tiveram os dados de suas pastas escolares analisados.

Dos questionários respondidos e da análise inicial da ficha de registro, observei que a maioria dos jovens tem referência na mãe como provedora da família, são mulheres protagonistas do sustento de um grupo familiar que não aparece como muito numeroso. Na maioria dessas famílias, o BPC é a única remuneração. Com exceção de uma jovem que mora em uma instituição de proteção, os demais são na sua maioria moradores da Vila Cruzeiro e Grande Cruzeiro.

Essa área da cidade vive um momento polêmico de deslocamento das famílias para outras áreas devido à duplicação da Avenida Tronco para melhorias no bairro, ou ainda por estarem nas chamadas áreas de risco. Dos seis jovens que entrevistei, três estão nessa situação.

A descrição dos jovens sobre suas residências aponta para uma realidade de casas pequenas e humildes, com uma organização básica de sobrevivência. Relatam a necessidade de dividir espaços do quarto ou da própria cama com algum outro irmão. Quanto ao deslocamento autônomo, de todos os entrevistados, apenas uma jovem não se desloca sozinha de ônibus devido à insegurança do pai.

Na maioria são jovens com um funcionamento social restrito. Eles têm condições para ampliar sua rede de amizades e lazer, por exemplo, mas ainda não dispõem de muita liberdade para explorar atividades mais voltadas ao lazer, ficando quase que somente com a escola e o

estágio de trabalho. Em uma análise, que inicialmente era superficial, observei dois extremos significativos no grupo: de um lado, a jovem que não vai sozinha para a escola e não se desloca sozinha pela cidade; de outro, um menino que tem uma vivência social muito ampla, ligada às regras do tráfico e ao controle nas comunidades que frequenta. Esse jovem circula pela cidade em diferentes horários do dia ou da noite, já foi observado em companhias não muito positivas para alguém de sua idade, refiro-me a adultos usuários de crack e outras drogas ilícitas presentes nos grupos dos arredores da escola.

Um dado constante na fala de todos os jovens são seus incômodos com relação a aprendizagem e escolarização. Entre todos eles, exatamente o menino que tem uma intensa vivência de rua é o que não conseguiu se alfabetizar ou decifrar algumas expressões. Ele faz intenso uso do telefone, simulando algumas vezes conversas em que se utiliza de códigos para desestabilizar os professores ou colegas, tais como, “estou com o ferro”, referindo-se à possibilidade de estar armado; “leva o bagulho”, é uma referência a drogas; ou ainda que tenha que levar um “pacote”, que quer dizer o transporte de quantias de dinheiro. Apesar disso, enfrenta uma dificuldade muito grande para alfabetização formal.

Ainda observei que, pelas respostas às perguntas quanto ao trabalho e expectativas de futuro, a maioria revela a vontade de trabalhar, ter dinheiro para comprar suas coisas. Destaco como uma das respostas para essa temática a de uma jovem que demonstrou pela postura ser este um tema mobilizador de sentimentos e expectativas para maioria dos jovens:

“Um monte de sonho. Eu quero que tudo mude [...]” – K (Diário de Campo resposta ao questionário)

Através da análise das respostas e das posturas durante os questionamentos, observei que a maioria deles sente vontade de mudar alguma coisa em suas vidas, mas alguns não sabem muito bem o quê. Demonstram um interesse maior na compra de objetos, principalmente vestuário no qual aos poucos se começa a observar certas mudanças de estilos significativas e preocupações estéticas.

5.2.2 Fragmentos das Pastas dos Alunos

Antes de iniciar os encontros com os grupos de diálogo, dediquei um tempo para a leitura das pastas ou prontuários¹⁵ dos alunos selecionados para a investigação, com lentes focadas nas temáticas de autonomia, trabalho e família. Temáticas estas que haviam se destacado à medida que se aprofundavam as discussões nos grupos, e eu organizava o material empírico.

A análise de alguns documentos arquivados nessas pastas, como relatórios, atas de registros, cópia de algum registro realizado na agenda do aluno pela família, receituários médicos, relatórios de aprendizagem, somados ao resgate do que se poderia chamar de vida escolar dos alunos do grupo pesquisado, revelaram dados muito significativos que viriam a colaborar para que o leitor se envolvesse com trajetórias escolares muito diversas. Para exemplificar, destaquei uma síntese da trajetória de dois alunos, **G** e **A**. Saliento, no entanto, que, no conjunto de dados da pesquisa, constam todos aqueles da análise das pastas de dez alunos.

Quanto ao aluno **G.**, é possível, a partir dos registros, observar o quanto o trabalho e a entrada no grupo de PTE exigiram dele uma mudança de postura que acarretou um amadurecimento de suas relações sociais e familiares e oportunizou a construção de outro espaço para o jovem dentro da dinâmica familiar e do próprio grupo escolar. No questionário, demonstrou ter um bom conhecimento prático para sua vida cotidiana: sabe sua idade; seu endereço; o nome com detalhes de todas as linhas de ônibus que passam pela sua casa e os respectivos itinerários; e refere detalhadamente a composição de sua família. Relata os motivos para ter saído de uma escola comum e ter vindo para a escola especial, e, ainda, como era tratado pelos colegas, o que pode ser observado nos registros de avaliação de ingresso de 2006 e no relato da professora da Sala de Recursos, abaixo descrito:

¹⁵ Devido a uma forte influência da medicalização na escolarização do público-alvo da educação especial, alguns professores, quando se referem às pastas dos alunos, algumas vezes as denominam naturalmente de prontuários

O aluno não brinca, tem dificuldade para estar em grupo [...] frequentou em 2005 a turma A26 e, nesse período, demonstrou algumas dificuldades [...] ficava por horas alheio ao que acontecia na aula ou, em muitos momentos, gritava, repetia muitas vezes a mesma frase, quase sempre sem sentido [...] em 2006, na turma A32 não houve uma mudança significativa no aspecto da aprendizagem [...] nessa turma precisei trabalhar com os colegas o respeito às dificuldades do G. Em algumas questões, apresentou regressão [...] (Diário de Campo – pasta aluno).

O aluno, quando questionado quanto aos seus planos e expectativa de vida, revela com

“Não aprontar, ter respeito com os outros, lanchar, ir para casa de noite. Não ser assaltado na rua. Comprar roupa, não fazer palhaçada, nem falar nome [...]” (Diário de Campo G – pasta aluno).

clareza seu desejo de trabalhar e o que deve fazer para que isso se concretize.

Na ficha de encaminhamento para o antigo Núcleo de Assistência para criança e adolescente, ligado à Secretaria Municipal de Saúde, no ano de 2006, está registrado:

Imaturidade comportamental, muitos anos com experiências de fracasso escolar e dificuldades de relacionamento com colegas. Nenhum acompanhamento terapêutico. (Diário de Campo –pasta aluno)

Em avaliação da professora de Educação Física em 2008, aparece:

Está cooperando mais, mas tem faltado muito às aulas e continua dizendo palavrões [...]Diário de Campo –pasta aluno)

Ainda no ano de 2008, em reunião com a família, esta é questionada pelo número de faltas do aluno, ocasião em que a mãe se informa sobre como encaminhar o BPC. Na avaliação do professor regente, alguns avanços começam a ser apontados.

Aluno afetuoso e comunicativo, relaciona-se bem com o grupo de colegas [...] durante o ano demonstrou grande interesse em aprender, mas em muitos momentos não consegue se concentrar nas atividades propostas [...] vem oscilando, dias em que está calmo e concentrado nas atividades, e outros em que está agitado e dispersa facilmente [...] Destaco também que o aluno tem um bom potencial pedagógico a ser explorado na área da escrita já que demonstra interesse, mas é importante que a família insista no acompanhamento clínico. (Diário de Campo –pasta aluno)

No ano de 2009, a família é chamada para que a professora relate a exigência de um atendimento clínico devido aos comportamentos apresentados pelo aluno em sala de aula. Em reunião posterior, a mãe relata a consulta realizada com um neurologista, e o início de medicação. No entanto, no ano de 2010, a avó do menino busca ajuda na escola, pois ele estava novamente sem médico e tinha receita da medicação para apenas três meses. No relatório de aprendizagem consta que:

É muito afetivo [...] o que o tornou uma liderança positiva na turma [...] realiza as propostas com satisfação, apesar de não demonstrar todo o conhecimento que possui [...](Diário de Campo – Leitura pasta aluno)

No relatório de aprendizagem de 2011, já é possível perceber que uma mudança significativa de comportamento passa a acontecer ao demonstrar iniciativa para os trabalhos.

[...] vem demonstrando iniciativa ao pensar e elaborar seus trabalhos com autonomia e determinação. Mostrou-se envolvido com as propostas, tendo participação efetiva, com contribuição de suas ideias [...] participou do complemento de fotografia [...] a leitura ainda não é tão rápida, mas ele tem boa compreensão [...] quanto à escrita avançou muito nos últimos meses [...] ainda não está totalmente alfabético, mas já tem conhecimento de muitas sílabas complexas [...]Diário de Campo – Leitura pasta aluno)

Isso se confirma em 2012 e se torna mais efetivo em 2013, conforme os relatórios de

Atingiu totalmente os objetivos propostos [...] evoluiu muito [...] esteve focado no trabalho, conseguiu concentrar-se mais nas tarefas, manter as combinações [...] tem preocupação com a ortografia, faz frases inteligentes e criativas [...] Começou o ano de 2013 com uma expectativa bem grande de se tornar adulto, sua grande meta é começar a trabalhar e, para isso, tenta corresponder ao que acha que os adultos esperam dele [...]. (Diário de Campo – Leitura pasta aluno)

Concretizando a trajetória descrita, constam ainda relatos de planejamento de um pré-estágio na biblioteca da própria escola, auxiliando na catalogação de livros. Outra oportunidade que se concretizou foi sua inserção em um Curso para Jovens Aprendizes que ocorreu no CEGEB - Centro de Comunidade George Black, próximo a sua residência, organizado pelo Centro Referência em Assistência Social – CRAS, do bairro Glória. No relatório de 2013 consta:

Esperamos que as oportunidades de trabalho sejam suficientes para trazer mais experiências de vida para ele e com isso possa amadurecer e se sentir mais adulto [...] quanto às aprendizagens formais [...] escreve palavras e frases com mais fluidez. (Diário de Campo –pasta aluno)

Em uma reunião, a psicóloga, coordenadora do CRAS que acompanha a turma do Pró-jovem onde G. estava inserido, alerta para a necessidade de acompanhamento da mãe para prepará-la para o momento em que o benefício não mais será concedido ao filho. A profissional buscou no CRAS as informações sobre como recorrer à negativa de BPC para o rapaz.

[...] há necessidade de que a mãe esteja em acompanhamento para também preparar-se para o momento em que o menino iniciar o trabalho [...] e não recorrer mais ao benefício. (Diário de Campo)

No questionário realizado com o próprio jovem, ele comenta sobre o BPC.

“Parei de receber, o perito disse que não ia dar mais dinheiro, o meu pai parou de trabalhar e não vai dar mais dinheiro também. Não sei o que o perito disse, só disse que não ia ganhar mais.” Diário de Campo G – pasta aluno)

Considerando ainda dados que constam nos registros sobre o aluno, configura-se com muita importância a questão sobre a negativa do BPC, pois, em uma das conversas com a mãe, ela relata:

“Ganhou mais um CID [...]” Diário de Campo mãe de G – pasta aluno)

G é um jovem com diagnóstico inicial de retardo mental moderado e transtorno esquizotípico, diagnosticado por um psiquiatra no ano de 2009. O novo CID, segundo a mãe,

seria referente à esquizofrenia, tal situação coincide com a tentativa da família de recorrer judicialmente ao direito do benefício anteriormente negado. A inserção desse novo código representaria a possibilidade de revelar determinadas incapacidades do rapaz, as quais novamente são negadas. **G** não “funciona” como uma pessoa com esquizofrenia e, se apresenta traços da doença, demonstrou em sua trajetória aprender a conviver com as limitações que não o impediram de permanecer e avançar na aprendizagem, autonomia e convívio social. Percebe-se, a partir dos registros que acompanham a história escolar dele, que conquistar um lugar no grupo de trabalho educativo e demonstrar que poderia adquirir uma postura de adulto e trabalhador foram balizadores na sua estruturação psíquica diferente da diagnosticada.

No caso do aluno **A**, analisando o material de sua pasta escolar, chamou atenção a necessidade de intervenção da lei para trazê-lo para o exercício da escolarização. Ele tinha passado por uma vida escolar ainda muito novo, aos 11 anos já tinha sido expedido um mandato judicial para frequência em escola especial, pois negava-se a frequentar a escola comum, onde estava matriculado. No documento judicial que encaminha o menino para escola especial, consta que:

Trata-se de um menino que apresenta comportamento agressivo e agitado que induz a um diagnóstico de problema mental, além do cognitivo já constatado [...] mãe relata que o menino ficou um ano sem escola, ajuda o pai a cuidar da égua, vai na CEASA, tem poucos amigos, é muito quieto, tímido. Com 5 anos convulsionou, e a mãe começou a perceber que ele era diferente dos outros filhos, era agitado, não parava para comer, e seu animal de estimação era um galo, que o menino levava para sua cama (Intimação Judicial e Relatório Escolar 2009)

Na ficha escolar do aluno, encontra-se relato de uma trajetória de infrequência e abandono, segundo a família pelos problemas de “nervos” que o mesmo apresenta; tornava-se muito agressivo com os colegas e com pouca tolerância aos regramentos escolares. Avaliado pela Sala de Recursos, é encaminhado para escola especial devido aos comportamentos extremos que apresenta diante do grupo e da própria aprendizagem.

[...]situações de conflitos com o grupo mobilizavam o aluno, provocando uma baixa estima, levando-o a tomar atitudes nem sempre adequadas, como no dia em que urinou nas paredes da escola tentando agredir os colegas [...]apresenta baixo nível de concentração, dificuldade de retenção e percepção. A escrita do nome é irregular, em alguns momentos não reconhece o próprio nome, em outros coloca todas as letras corretamente, suspeita-se de uma dislexia, disgrafia ou uma inibição cognitiva [...] (Diário de Campo leitura pasta do aluno A - relato enviado pela sala de recursos em 2008).

Ao iniciar seu processo na escola especial, é percebido um jovem muito ligado à família, observador, educado, mas também muito arredio às questões de aprendizagem. Consta em sua pasta um bilhete endereçado à professora de referência da época, onde se percebe um pedido de ajuda:

[...] eu gostaria que a senhora pudesse realmente chamar atenção de A. na sala de aula quando for preciso e cobrasse dele os temas, pois ele tem muita dificuldade principalmente no alfabeto, ele não consegue falar o alfabeto ordenadamente e chuta muitas letras [...] ele tem 13 anos já com certeza nesta idade já era para ter aprendido muito mais. Por favor, ele precisa muito da senhora. Sei que muitas vezes ele já deve ter talvez desapontado a senhora, mas ele é boa pessoa. (Diário de Campo leitura pasta do aluno - Bilhete da irmã do aluno A endereçado à professora em 2010)

No decorrer de sua trajetória, A demonstrou ser a “boa pessoa” que a irmã tentava descrever para professora, evoluiu gradativamente nas aprendizagens, nas relações interpessoais e nos seus projetos de vida, sempre direcionando suas conquistas às necessidades que trazia de desenvolver atividades em que pudesse ganhar dinheiro e ajudar sua família. Apesar de receber o BPC na época, era um menino que relatava momentos de muito trabalho, auxiliando o pai em atividades para melhorar o sustento da família, preocupação que ele trazia em diferentes momentos na escola. No ano de 2013, consta em registro, seu gradual desinteresse pelo trabalho escolar, o que se concretizou no próximo ano com a evasão da escola.

5.2.3 Cenas em Destaque: as experiências de trabalho e a produção de estilos juvenis

Em paralelo ao trabalho com os grupos e interessado na história de cada um dos participantes e nas suas relações cotidianas até então vivenciadas, registrei as cenas abaixo apresentadas como configurações que transbordaram do próprio grupo, visibilizando pensamentos, posturas, estilos de alguns dos jovens pesquisados.

A inserção na experiência de trabalho com todas as suas nuances parece ser um meio propulsor de atitudes que aproximam os jovens com deficiência dos estilos juvenis dos ditos “normais”. Parecem se aproximar de uma normalidade normatizada¹⁶ através da inserção em estilos culturais que lhes apresentam outros modos de ser jovem, o que pode ser constatado em algumas cenas para tal selecionadas.

Cena Um

Acompanhado por duas colegas, pela primeira professora do aluno na escola e pela professora que acompanha seu estágio educativo, realizamos uma visita à casa de KE, um jovem que completou 21 anos, não fez parte do grupo de pesquisa, pois estava frequentando pouco a escola, no entanto decidi manter a cena vivenciada em sua casa. KE, quando pequeno, havia tentado o BPC, mas, segundo a mãe, o médico havia dito que não tinha direito. Trata-se de um menino com traços mosaicos da Síndrome de Down, com algumas dificuldades intelectuais que lhe dificultaram as aprendizagens básicas de leitura e escrita, números e operações matemáticas. Aluno tratado pela mãe de forma amorosa e, segundo a qual, tem problemas, mas “pode muita coisa”.

Chegamos a uma casa humilde, muito limpa e organizada. Pude observar muitos enfeites nos armários e na geladeira. Nos aguardavam com um bolo “Nega Maluca” pois era aniversário do KE. Nossa curiosidade era conhecer o seu famoso quarto sobre o qual a mãe dizia que ele chaveava e levava a chave no pescoço para o trabalho na SMAM - setor de praças. De acordo com sua chefia, tratava-se de um dos melhores estagiários que enviamos. O quarto de K era organizado, com uma cama de casal box, uma mesa de apoio no canto com uma cadeira, um guarda roupa e, seu maior orgulho, a geladeira que comprou com seu salário como estagiário. Para ele, ter suas coisas, principalmente refrigerantes para receber os amigos, outros dois estagiários também alunos da escola, era uma grande conquista). Atrás da porta do quarto tem uma coleção de bonés que ocupa toda o espaço. Em outra ocasião, ao encontrar a mãe na Unidade de Saúde do bairro, ela comentou que estava preocupada com KE, pois ele estava se achando muito “macho” depois que começara a trabalhar, mais exigente e “chato com suas coisas”. Preocupados com o futuro do jovem, que praticamente cresceu dentro da escola, realizamos várias conversas com o mesmo, pois ele se negava a retornar para a escola após início do estágio. Observou-se uma nítida mudança no seu comportamento, estava mais seguro, porém com pouco humor e tolerância com os colegas com maior prejuízo intelectual. Observava-se que sua atenção estava voltada para as relações com adultos do seu local de trabalho que tinham uma cultura muito próxima àquela

¹⁶ Refiro-me aqui aos estudos de Foucault quanto à sociedade de normalização onde se cruzam a norma da disciplina e a norma da regulação. Aqui refere-se aos atos e condutas dos indivíduos a um domínio que é ao mesmo tempo, um campo de comparação, de diferenciação e de regras a seguir. Conforme CASTRO (2009, p. 310)

que vivia em sua rua, voltada à sobrevivência e com pouca valorização do estudo. No início do estágio, não queria nem entrar na escola, e sua professora e eu, como orientador educacional, tentamos incentivar seu retorno, flexibilizando os horários, mas nem assim ele retornou. Dizia que não tinha mais cabeça para escola e que tal insistência o estava deixando nervoso. Foi necessário informar-lhe que, para dar continuidade ao estágio e para renovação de seu contrato, necessitava estar vinculado à escola. Observamos que, aos finais de tarde, ele passava na escola para esperar os amigos, também do PTE, para irem juntos para casa. Acertei com ele que, nestes horários, teríamos algumas conversas, visando planejar seu futuro profissional. Seu plano era ter um trabalho informal, sem carteira assinada ou garantias trabalhistas, pois “tinha a cabeça fraca e precisava que alguém dissesse o que fazer no trabalho e com papéis não saberia trabalhar” e ainda que “trabalho com escola não dá muito certo”, referindo-se ao curso de Jovem Aprendiz. Expliquei sobre as vantagens da carteira de trabalho, pois ele não tinha BPC, logo poderia trabalhar. Convém salientar que, em uma primeira tentativa do KE no estágio do PTE em um setor administrativo, não deu certo, por esse motivo ele tinha uma posição bem clara que não queria “trabalhar com papéis”. Nesse setor, o chefe orientou-o também quanto ao fato de que não poderia usar bonés e “correntões” no pescoço, e isso o deixou muito chateado, pois justificava que este era seu jeito e que não queria mudar. Diante de fatos como esses que demonstravam sua insatisfação, foi providenciada a troca de setor.

Cena Dois

“F foi para o paredão”- esta era a tônica do discurso que rolava entre os jovens na escola. F contou-me a cena. Segundo ele, estava em um bar ajudando um amigo. Após organizarem os engradados de bebidas, foram tomar um “refri”. Os “homens” (policiais militares) passaram encarando. O amigo retrucou dizendo: “Não dá bola, eles são mesmo assim”. Logo, a mesma viatura retornou e mandou todo mundo para o paredão, cena que, segundo os jovens, tem se tornado natural nos becos da Cruzeiro e Grande Cruzeiro. O amigo, para protegê-lo, falou: “Não, este não pode ir para o paredão, ele é deficiente, é especial, aposentado” Os policiais se convenceram e não o colocaram no paredão, mas ele me relatou a dor de cabeça e de estômago que o susto ocasionou. A partir do fato de ser considerado aposentado, perguntei se ele nunca tinha pensado em trabalhar de carteira assinada. Disse que não podia para não perder o benefício, expliquei-lhe que existia uma forma sim, permitida pelo BPC Trabalho. Pararia de receber por um tempo o BPC e depois, se parasse de trabalhar, continuaria a recebê-lo novamente. Argumentou que talvez a mãe não fosse gostar da ideia, pois precisava do benefício para ajudar em casa. Para F, o fato de receber o benefício significa realmente uma aposentadoria, e isso o impede de trabalhar. No entanto, surgiu a oportunidade de assumir uma vaga no curso Jovem Aprendiz de auxiliar administrativo, função que F já exerceu. Por alguns dias ficou agressivo e confuso quando soube que necessitava fazer a carteira de trabalho, pois a modalidade de Jovem Aprendiz exige que a carteira seja assinada. O desconforto F estava na necessidade de fazer e assinar a carteira de trabalho, o que ele, e também para sua família, acreditava ser um grande risco. Após esclarecimentos realizados à família e ao F. pelas professoras do PTE, tanto a família quanto ele aceitaram a proposta, sendo que F agora é um dos poucos jovens que, após o processo de PTE, seguem suas experiências de trabalho com o programa Jovem aprendiz.

Cena Três

MA chegou à escola com diagnóstico inicial de Transtorno de Asperger, inteligência preservada, fixação em alguns conhecimentos específicos, plenamente alfabetizado, mas com atitudes ainda muito antissociais, como dizer palavrão, gritar muito quando incomodado, bater com força na cabeça com as mãos. A mãe, após um tempo, comentou sua intenção de iniciar um processo de interdição judicial do jovem, pensando em seu futuro. A professora dele chamou a mãe e mostrou-lhe as evoluções do aluno na escola, informando que talvez a falta de desafios maiores fosse o que o tenha deixado desmotivado. Afirmando que, pelo potencial que apresentava, não seria a interdição o melhor caminho para o aluno. Para suplementar seu currículo, a escola solicitou a orientação da Sala de Integração e Recursos - SIR Altas Habilidades/Super Dotação. Foi constatado que não se tratava de um caso de Altas Habilidades/Super Dotação, mas de um adolescente com bom potencial cognitivo a ser desenvolvido, mesmo com todas suas limitações sociais. Foi sugerido inscrevê-lo em um curso de logística no SENAI zona norte. Dizia a mãe orgulhosa que, de todos os primos da família, **MA** que era tido como o mais diferente; seria o primeiro a ter uma carteira assinada, pois, como não possuía o BPC, poderia assumir um curso como Jovem Aprendiz, com perspectiva de contratação futura sem o receio de perda do benefício. Essa possibilidade fez com que a mãe começasse a treinar o aluno para se deslocar sozinho para o curso. Ela relatou que, de início, monitorava o filho pelo celular e que, em um dia, ele havia visitado cinco shoppings diferentes da cidade. Houve uma situação em que **MA** teve uma crise durante o horário de aula no SENAC, batendo muito forte na cabeça e dando gritos muito altos. Contou depois, na escola, que fizera aquilo para verem como era quando se desorganizava. Esclarecida a situação com empenho da mãe e apoio da escola, continuou frequentando o curso. Situações como esta já levaram a mãe a questionar se continuaria insistindo na experiência do curso. A experiência não foi a diante por insegurança dela e por falta de manejo dos técnicos com as crises do jovem, o que o tornou mais desorganizado ainda. Passou, então, a aproveitar seu “passaporte para felicidade”, forma com que a mãe chama a carteira de passe gratuito que ele possui, passando a circular exageradamente por toda cidade.

No caso de **MA**, fica evidente o quanto a educação profissional oferecida por organizações dentro dos programas de aprendizagem vem sendo desafiada. Situações como a descrita, evidenciam a necessidade de se pensar nas peculiaridades que envolvem essa proposta, especialmente em relação à formação dos professores dos cursos profissionalizantes.

Cena Quatro

M.I - adolescente com 18 anos, repetidos fracassos escolares e fragilidades emocionais muito sérias, não fez parte do grupo por eu ter avaliado que não conseguiria se manter nele e não fazer parte do PTE. Quando o questionei se ele iria trabalhar, prontamente me disse que não poderia, pois é aposentado, recebe pensão, referindo-se ao BPC. Para continuar a conversa, perguntei-lhe por que recebia essa pensão, ele respondeu que era porque ele era doente. Questionei, e ele insistiu “que era doente, tomava remédio para

cabeça”. Relato essa cena, pois mesmo M.I não estando imerso no universo do trabalho educativo, encontra-se totalmente imerso e pertencente à cultura do não trabalho e da aposentadoria por ser “doente”.

Cena Cinco

J é nosso aluno desde 2004, proveniente de uma família de moradores de rua. Foi acolhido pela equipe de acolhimento do projeto Ação Rua, em uma Praça da Vila Cruzeiro. Sua história de vida começa a ser reescrita não mais na presença dos pais, usuários de crack e doentes por decorrência do HIV, mas com a avó alcoolista que, na época, havia aderido a um programa social na tentativa de assumir um tratamento contra o abuso de bebidas alcoólicas. No ano de 2007, o Serviço de Orientação Educacional da escola realizou uma visita domiciliar que tinha o objetivo de obter uma autorização para que o menino se deslocasse sozinho para a escola, pois se havia constatado que suas faltas periódicas eram em função de não ter quem o levasse para a escola. J foi um dos casos em que se conseguiu reverter tal situação, pois ele passou a ir para a escola sozinho. O menino vinha de uma experiência de poucos sucessos na vida escolar e com muita dificuldade foi embrenhando-se no mundo letrado, iniciando a leitura de pequenas frases, dificultada pelo prejuízo fonoarticulatório que apresentava, mas com significativos avanços na escrita. No momento de sua inserção no PTE, observou-se que o mesmo não possuía BPC, possivelmente pelo fato de não ter atingido os requisitos mínimos de renda per capita de menos de ¼ do salário mínimo, por seu irmão, portador do vírus do HIV, receber um benefício e a avó, uma espécie de pensão. Na constituição familiar, eram apenas os dois irmãos e a avó em casa. Sua entrada no grupo do PTE foi com o objetivo de ter uma preparação para o mundo do trabalho. Esse aluno apresentava poucas condições de higiene, possivelmente por ter sido morador de rua e também pelas precárias condições de sua residência. É preciso referir que a avó alugava parte de seu terreno para um depósito de reciclagem. Com a experiência no PTE, o aluno passou a aprender a cuidar de sua higiene na própria escola. Na preparação da documentação para o estágio, observou-se que sua carteira de identidade continuava como “não alfabetizado”. As professoras do PTE providenciaram uma nova identidade onde constava sua assinatura, identidade que ele porta hoje com muito orgulho. Tal fato pode ser registrado como desencadeador não apenas de um novo documento de identidade, mas também como a inserção desse jovem em um mundo em que ele ainda não se enxergava e que, a partir de então, passou a compreender, tomando para si o desafio de decifrar o mundo letrado. Começou, então, a mostrar uma leitura cada vez mais fluida. Isso mudou seu status perante os colegas, inclusive no estágio educativo. Atualmente está treinando basquete no ginásio municipal da cidade, sonhando em ser um grande jogador, não só por sua altura, mas também pela grandiosidade dos sonhos de quem agora se permite sonhar muito mais do que antes. A primeira experiência de trabalho de J, não deu certo. Ter estado sem um controle imediato fez com que se atrapalhasse e realizasse dois furtos no setor. Perdeu o estágio e passou por um momento muito difícil até que lhe foi dada uma nova chance, com compromisso dele de não repetir tal postura em um espaço mais controlado. Até o momento, está muito bem, tendo que ser orientado apenas nas questões da higiene. Atualmente é reconhecido por sua chefia como um estagiário “exemplar”. Tem como colegas outros jovens de sua idade e como eles tem buscado seus referenciais em “ídolos” para composição de seu

estilo jovem. Em uma dessas tentativas, raspou as sobrancelhas em vários pedaços, como faz o MC Bin Laden. Ao chegar ao trabalho, foi motivo de ironia por parte dos colegas, o que o deixou muito constrangido, a ponto de querer se esconder com o boné. Merece ser comentado que os colegas de trabalho lhe disseram que nem tudo que seus ídolos fazem, eles podem fazer também, o que de certa forma teve um efeito produtivo, pois J decidiu que não pintaria mais o cabelo como antes havia pensado em fazer.

Vejo se descortinar em minha frente um jeito de ser jovem, caracterizado pela adoção de um estilo juvenil naturalizado entre os jovens ditos normais e presumidamente provocado pelas experiências de trabalho. Refiro-me a jovens que descobrem sua presença no mundo através dessas experiências. Ao mesmo tempo, são os mesmos jovens que, por apresentarem uma deficiência, proporcionam à família um benefício social que dá conta de boa parte ou de todas as despesas familiares. São jovens com capacidade produtiva, mas com algumas deficiências devido a suas limitações, decorrentes da DI e de posturas imaturas. Jovens que vivenciam nas experiências com o PTE a oportunidade de serem reconhecidos como capazes e produtivos.

Através de tarefas orientadas, esses mesmos jovens assumem para si o status de trabalhador, com a chegada do primeiro contracheque, com o crachá, com a abertura da conta bancária, com o primeiro salário, com a presença de um chefe, com o deslocamento autônomo. Essas novidades, que passaram a compor a sua rotina, produzem um outro jeito de ser jovem; há uma mudança significativa em suas posturas, mostram-se mais amadurecidos, com comportamentos menos infantilizados.

Por outro lado, passam a demonstrar, em alguns casos, um certo desinteresse pelas atividades escolares e a adotar atitudes de independência e rebeldia, nem sempre condizentes com as normas básicas da instituição. Respondem mal quando são interpelados por algum motivo, exigem explicações mais complexas para coisas antes não questionadas, como ouvir música alta no celular, utilizar fones de ouvido e outros aparelhos eletrônicos durante as aulas. Alguns começam a exigir uma maior autonomia diante da família que parece, algumas vezes, um desacato ou uma manifestação de revolta. Muitos apresentam uma nova postura em poucos meses, o que em anos de escola não havia sido conseguido, mesmo que algumas das novas atitudes nem sempre tenham uma conotação positiva.

Quanto a esse aparente desinteresse pela escola, parece ser um fenômeno do nosso tempo quando a juventude não vê ali um espaço de vivência da condição juvenil atual, com sua cultura, suas demandas e necessidades, próprias como afirma Dayrell (2007).

[...] Trata-se de compreender suas práticas e símbolos como a manifestação de um novo modo de ser jovem, expressão das mutações ocorridas nos processos de socialização, que coloca em questão o sistema educativo, suas ofertas e as posturas pedagógicas que lhes informam. Propomos, assim, uma mudança do eixo da reflexão, passando das instituições educativas para os sujeitos jovens, onde é a escola que tem de ser repensada para responder aos desafios que a juventude nos coloca. Quando o ser humano passa a se colocar novas interrogações, a pedagogia e a escola também têm de se interrogar de forma diferente. Nesse sentido, cabe questionar em que medida a escola “faz” a juventude, privilegiando a reflexão sobre as tensões e ambigüidades vivenciadas pelo jovem, ao se constituir como aluno num cotidiano escolar que não leva em conta a sua condição juvenil.

Os estilos juvenis produzidos pelos alunos do PTE são nitidamente perceptíveis e desafiadores também para Escola Especial nas suas relações com a produção da juventude de alunos com Deficiência Intelectual.

As mudanças de estilos podem ser observadas nas roupas, nos adereços, nas correntes, em bonés, em símbolos variados, como os góticos, como o pentagrama, uma espécie de cruz gótica inspirada no Cristianismo, crucifixos grandes, símbolos de caveiras, hexagrama, conhecido como escudo de Davi, além de diferentes representações da folha da maconha, as quais os outros “guris” usam na vila onde moram ou que vêm no centro da cidade.

Importante salientar que muitos dos símbolos utilizados pela juventude na periferia são influenciados por um discurso do poder e da ostentação, muito divulgados nas músicas que ouvem. Como afirma Juliana Ribeiro de Vargas (2015), é possível pensar que as músicas alinhadas com o *Funk* ostentação visibilizam a ideia de autores, como Bauman (2005), de que, na contemporaneidade, o mundo configura-se como um palco de performances, no qual somos consumidores de bens de consumo, de bens culturais e até mesmo de relacionamentos.

Como afirma Dayrell (2007, p.1109):

Todavia, com todos os limites dados pelo lugar social que ocupam, não podemos esquecer o aparente óbvio: eles são jovens, amam, sofrem, divertem-se, pensam a respeito das suas condições e de suas experiências de vida, posicionam-se diante dela, possuem desejos e propostas de melhorias de vida. Na trajetória de vida desses jovens, a dimensão simbólica e expressiva tem sido cada vez mais utilizada como forma de comunicação e de um

posicionamento diante de si mesmos e da sociedade. A música, a dança, o vídeo, o corpo e seu visual, dentre outras formas de expressão, têm sido os mediadores que articulam jovens que se agregam para trocar ideias, para ouvir um “som”, dançar, dentre outras diferentes formas de lazer.

Também merece ser referida, como uma novidade, a compra de refrigerantes em litro que passam a ser consumidos pelos jovens deficientes no bico da garrafa, na esquina da escola ou caminhando em pequenos grupos, como vêm outros fazerem. Aqueles que iniciam o estágio buscam logo aproximação com outros jovens do PTE possivelmente em busca de serem reconhecidos por esse novo status. Assumem o que poderia ser chamado de uma malandragem diferenciada, começando a realizar trocas e a comercializar objetos, na busca de “fazer mais dinheiro”, como dizem. O dinheiro passa também a ter outro valor.

Importante referir, também, que essa condição produzida por esses jovens para se fazerem compreender e suas inserções em um mundo de conflitos com um novo lugar que pretendem ocupar não é privilégio apenas dos jovens do PTE, mas de toda a juventude que busca encontrar seu lugar social.

Inicialmente, é importante situar o lugar social desses jovens, o que vai determinar, em parte, os limites e as possibilidades com os quais constroem uma determinada condição juvenil. Podemos constatar que a vivência da juventude nas camadas populares é dura e difícil: os jovens enfrentam desafios consideráveis. Ao lado da sua condição como jovens, alia-se a da pobreza, numa dupla condição que interfere diretamente na trajetória de vida e nas possibilidades e sentidos que assumem a vivência juvenil. Um grande desafio cotidiano é a garantia da própria sobrevivência, numa tensão constante entre a busca de gratificação imediata e um possível projeto de futuro. (DAYRELL, 2007, P.1107-1108)

No próximo capítulo, apresento os dados analisados, agora organizados a partir da reunião de todo material produzido e da reaproximação dos mesmos, com os eixos: família, autonomia e trabalho.

6 FECHANDO O CONTRATO: AS ANÁLISES DOS DADOS – PRODUZINDO UMA TESE

Sobre a mesa, papéis, diferentes papéis, grandes e pequenos, todos como suportes para o texto. Presas a eles, palavras, muitas palavras resultantes de quadros, fichas, rascunhos, Diário de Campo, anotações rascunhadas, trechos soltos. Nesse conjunto de materiais, vejo se configurar, mais uma vez, os três grandes eixos da pesquisa: família, autonomia e trabalho.

Como já mencionado, a apresentação dos dados em forma de quadros respondeu à necessidade de organizá-los de forma que eu pudesse aproximar informações e tentasse cruzar linhas de conexão entre eles.

6.1. Os sujeitos assistidos e tutelados: família, autonomia e trabalho - As Anotações Gerais

O sistema de seguridade social realiza uma dupla chantagem, primeiro obrigando os indivíduos a se sujeitarem para passarem a estar ‘cobertos’ pelo sistema, e, por outro lado, podendo fazer com que eles passem a estar desamparados, ou seja, para fora das garantias, seja por uma decisão administrativa, seja por uma mudança nos regulamentos e nos procedimentos burocráticos, seja por uma arbitragem médica ou por uma decisão judicial. Foucault alerta que, neste caso, trata-se de uma dupla dependência: “observa-se, com efeito, uma dependência por integração e uma dependência por marginalização ou por exclusão” (Foucault, 1994, vol. IV: 396). Foucault não estaria falando, nesta passagem, de uma inclusão excludente? (BRANCO, 2013, p. 86 e 87)

A Carteira de Trabalho reserva algumas páginas para informações sobre o trabalhador, espaço esse chamado de “Anotações Gerais”, onde constam promoções, gratificações e outros avanços na vida funcional. Na presente seção, tais anotações referem-se a muitas das constatações possíveis de serem feitas nessa tese.

Percebo que, pelo PTE e pelas decorrentes experiências de trabalho, muitos jovens são subjetivados através do acesso às relações de trabalho e de consumo, construindo nessas

relações formas de resistência a incapacitação e falta de autonomia com as quais foram diagnosticados. Até a experiência com o PTE e o contato com colegas que dele participam, os jovens aqui estudados parecem não se importar muito com o fato de serem beneficiados com o BPC. Tratam tal benefício como algo que não lhes pertence, embora saibam que ele se refere ao recebimento de uma quantia em dinheiro que a família recebe por sua causa. No entanto, receber tal benefício por serem deficientes, “dependentes do estado e da família”, não lhes parece muito agradável.

A experiência do trabalho lhes possibilita a construção de relações para além da escola e da família, sabem, porém, que essa experiência é apenas um estágio, portanto transitória. Mesmo assim, a necessidade de providenciar documentos que não pensavam em ter, como título de eleitor, CPF, conta bancária e outros, cria para eles formas de existência como cidadãos ao serem inseridos em relações econômicas antes não experimentadas. Passam a ser consumidores em potencial, pois muitas famílias parecem admitir que o dinheiro do estágio do PTE é apenas do jovem, que pode fazer uso integral dele. Então, eles passam a adquirir tênis, roupas e adereços da moda, aparelhos eletrônicos, correntes, fazem tatuagens, o que antes não faziam e pareciam conformados como isso. A prova da transformação nas suas atitudes está no momento em que se esgotam todas as oportunidades de estágio. Os pais e os próprios jovens se deparam com uma nova realidade: os pais, pelas exigências de consumo que passam a ser feitas pelos jovens; estes, pelo fato de novamente não terem mais seu próprio dinheiro. Em paralelo a essas situações, se encontram as bruscas mudanças de comportamento de alguns deles, as quais algumas famílias encaram como experiências negativas a partir do PTE, já que buscam a escola para relatar o quão os filhos se tornaram mais exigentes, arrogantes e questionadores.

Para alguns jovens, porém, o término dos estágios representa um momento de tristeza e desmotivação para as questões escolares. Verbalizam não querer mais estudar e passam a inventar formas de expressar suas insatisfações, seja com seus fones de ouvido e suas músicas “descoladas”, os famosos “proibidões”¹⁷, nos celulares e nas caixas de som que carregam, seja

¹⁷ “Proibidão” é um estilo de funk carioca, surgido durante a década de 1990, nas favelas do Rio de Janeiro. Comercializados de forma clandestina, os funks proibidões tratam da realidade das comunidades onde ocorre o tráfico de drogas. No caso em questão, trata-se da Vila Cruzeiro em Porto Alegre. Essas músicas são distribuídas entre os jovens através de seus aparelhos eletrônicos e facilmente acessadas em sites na internet. Exemplo de um

pela circulação constante, perguntando se alguém precisa de sua ajuda. Parecem buscar intensamente se sentirem úteis, realizando alguma atividade prática, em geral fora da sala de aula.

Para os jovens, o trabalho parece assumir uma centralidade no sentido de vê-lo funcionando como um dos eixos principais de suas vidas. Tal centralidade pode ser vista no grau de importância que atribuem a ele nos seus planos futuros.

“[...] o trabalho que vier está bom. Trabalhar de babá, com criança bem calminha, não como os daqui do colégio (referindo-se as crianças da escola Especial) K – (Diário de campo – Grupo do dia 17/11/2014)

“[...] é bom ter um trabalho, ter um salário e pagar conta. G - (Diário de campo – Grupo do dia 17/11/2014)

“Trabalhar, comprar uma casa, ter uma família.” J – (Diário de campo – Grupo do dia 18/11/2014)

Também os professores que acompanham o crescimento desses jovens veem o papel central do trabalho.

A experiência de inserção no mundo do trabalho contribuiu para o crescimento pessoal [...] este estágio foi muito importante para o amadurecimento do aluno e nas suas relações familiares e escolares [...] – (Diário de Campo leitura pasta de aluno - relatório de aprendizagem 2008).

Segundo Blanche W. Giordano (2000), ao se discutir sobre o trabalho, outra dimensão a considerar seria sua dimensão normativa, assumida quando considerados os padrões socialmente estabelecidos para um trabalhador. Quanto a esse aspecto, percebi na dinâmica do trabalho do PTE uma preocupação grande, tanto por parte das professoras coordenadoras do programa, quanto por parte dos alunos estagiários. Em reunião do grupo do dia 24 de abril de 2014, os alunos realizaram uma dinâmica, utilizando algumas palavras e debatendo sua importância. Essas palavras foram: educação, respeito, higiene e gentileza para realização de

um bom estágio. Nesse mesmo dia, realizaram uma conversa sobre a primeira entrevista no trabalho, momento que o jovem **G** iria vivenciar:

- *“Professora: [...] quem já passou pela entrevista conta como foi.*
- **G.:** *Tem que dizer o nome, ver roupa para vestir, estar bem arrumado, ouvir as perguntas [...] estou tranquilo, vou com a calça verde, a camisa azul, sapato, a mãe já vai deixar arrumada.”* (Diário de Campo – Grupo do PTE em 24/04/2014)

Da mesma forma os jovens no grupo de diálogo conversam sobre a postura de um trabalhador.

- *“G. [...] tenho que mudar as criancices, para se controlar mais no serviço, no serviço tem (que ter) postura. Ao que responde K:*
- *Não acredito que tu fazia criancices no serviço! Tem que mudar, nunca vi no serviço chegar batendo palmas, empurrando os colegas. Eu chego, dou oi para todo mundo primeiro, depois fico sentada esperando os colegas chegarem.”* (Diário de Campo - Grupo do PTE em 24/04/2014)

Sobre o tema, assim se pronunciou outro aluno:

F *“Tudo que o chefe manda fazer, eu faço [...] sou bom em atender telefone e dar informações.”* (Diário de campo – Grupo em 25/11/2014).

Em entrevista específica, concedida por e-mail, a professora Carolina Miranda assim se refere a sua experiência com as famílias em relação ao BPC:

“Na maioria das famílias que acompanho, a preocupação e receio está sempre presente. Porém, quando a família compartilha do desenvolvimento e realização do jovem no mercado de trabalho, a decisão de abrir mão do BPC torna-se possível. Tenho visto que as famílias, muitas vezes, optam por abrir mão do BPC por um salário menor já que muitos jovens não têm condições de trabalhar mais do que 6hs diárias. Nesses casos, as famílias se realizam junto ao jovem pela alegria que esse transparece em poder ser útil, produtivo e fazer parte de um ambiente onde possa sempre aprender e se relacionar. A possibilidade de ver os filhos sem uma atividade, somente em casa, isolados e

não trabalhando, assusta a maioria das famílias tanto quanto não ter mais o BPC. Nesse sentido, quando a família tem esse receio, de ver o jovem concluir a escola e não ter uma outra atividade produtiva que a substitua, demonstram uma postura cooperativa nesse processo de inclusão no mundo do trabalho.” (Diário de Campo professora Carolina – Entrevista por e-mail em 23/07/2014)

A partir de meus estudos, percebo que há uma necessidade latente de que o BPC não se vincule apenas à incapacidade, mas também à avaliação das condições produtivas dos jovens com deficiência. Creio ser necessário problematizar as diferentes formas de inserção no trabalho para essa população. Um exemplo disso pode ser a garantia de as empresas criarem vagas mais acessíveis a todos os tipos de deficiência através da construção das adaptações necessárias a esse tipo de trabalhador, reconhecendo, com isso, outras formas de produtividade que vão além da lógica de mercado.

As famílias necessitam saber que o BPC não foi pensado para ser uma remuneração vitalícia, e sim transitória, não devendo, por isso, ser encarado como um salário, pois não é fruto de um trabalho, é somente uma concessão que pode ter caráter temporário.

Foi possível constatar, também, que o fluxo de apoio existente no PTE poderia ser aproveitado para a experiência em programas como o Programa Jovem Aprendiz: profissionais de apoio na adaptação dos aprendizes ao trabalho, com encontros quinzenais; encontro de jovens que enfrentam a mesma realidade; viagens de estudo; atividades de lazer nas quais os jovens pudessem realizar trocas de experiência dentro um clima descontraído, com respeito às suas culturas e limitações.

Percebi que, na Rede Municipal e especificamente na Escola onde se realizou o estudo, há necessidade de se refletir sobre as ações de sensibilização para o trabalho desenvolvidas pelo PTE. Estas poderiam iniciar mais cedo na vida dos jovens e não apenas no III Ciclo, proporcionando a eles, e principalmente às suas famílias, experiências positivas sobre as possibilidades de trabalho que possam desnaturalizar o laudo da incapacidade.

Constatei que as ações do programa BPC Trabalho, que buscaram corrigir algumas realidades existentes entre os jovens com deficiências e suas famílias, necessitam ser amplamente divulgadas. Constatei, inclusive, a necessidade de problematizar a presença das tutelas em benefícios sociais para pessoas com deficiência, pois as ações de inclusão e

proteção a essa população acabam por assisti-las, mas também tutelá-las de uma forma irreversível.

É importante referir que a leitura do texto de Karla Saraiva (2009), *Diário de uma pesquisa off-Road*, e a forma como procedeu a análise e problematização de seus materiais de pesquisa foram inspiradores para a organização dos diferentes dados produzidos nessa investigação. Decidi, então, organizar esses dados a partir da legislação sobre o BPC e seus desdobramentos, dos registros sobre os encontros com os grupos, dos registros de leitura dos materiais das pastas dos alunos e dos questionários por eles respondidos, com vistas aos três eixos: família, trabalho e autonomia.

Esses eixos foram se configurando durante toda a pesquisa e transcrevo nesse capítulo constatações produzidas.

6.1.1 Entre prover a própria manutenção ou tê-la provida: proteção social, riscos e vulnerabilidade.

A configuração dos meios de assistência social dos programas analisados na pesquisa está consubstanciada em princípios de manutenção da vida digna às famílias em situação de vulnerabilidade ou risco social e pessoal. Para o caso das pessoas com deficiência, é importante destacar o fato destas serem incapazes de se manter ou a família ser incapaz de mantê-las, considerando que aqui pode ser evidenciado não o poder repressor na lei, mas seu potencial produtivo de influência no modo de vida dessas famílias.

Essas situações podem ser evidenciadas em trechos da lei: [...] Considera-se incapaz de prover a manutenção da pessoa com deficiência [...] a família cuja renda mensal per capita seja inferior a um quarto do salário mínimo. (Lei 12435/2011). Em outro trecho, a mesma lei fala sobre o CRAS.

O CRAS é a unidade pública municipal, de base territorial, localizada em áreas com maiores índices de vulnerabilidade e risco social, destinada à articulação dos serviços socioassistenciais no seu território de abrangência e à prestação de serviços, programas e projetos socioassistenciais de proteção básica as famílias. (Lei 12435/2011- referindo-se ao Centro de Referência e Assistência Social)

De certa forma, a incapacidade é estendida à família que não tem condições de manter um dos seus membros deficiente e encontra-se também vulnerável socialmente, recorrendo muitas vezes aos CRAS para atendimento e identificação das zonas de vulnerabilidades.

Considero fundamental tal explanação no sentido de deixar claro que, no projeto de pesquisa, fui alertado pela banca para ter o cuidado de não culpabilizar essas famílias pela sua opção de permanecer com o BPC - o valor de um salário mínimo - e não correr o risco de perdê-lo com a tentativa de inserção dos filhos no mercado de trabalho. Com os dados da pesquisa, pude verificar que, em muitas das famílias, a mulher tem a responsabilidade pelo seu sustento, sendo que na grande maioria há, da parte dela, uma dedicação exclusiva aos filhos. Entretanto, algumas questões observadas nos relatos de escolaridade podem apontar para a realidade de que não é para todas as famílias que a escolarização e a frequência à escola é uma prioridade, mesmo para aquelas que optaram pelo transporte escolar pago, pois, na ausência deste, os filhos faltam em demasia à escola. Portanto, a dedicação ao filho tem um limite que não ultrapassa as questões básicas de sobrevivência e cuidados com a saúde, sendo que o processo de escolarização fica muitas vezes em segundo plano.

Na análise inicial, feita através das pastas dos alunos para conhecer aspectos mais gerais da sua vida, como já mencionei, entre os jovens do grupo, apenas quatro tinham na composição econômica de sustento da família outra renda que não o BPC; com os outros oito, a família era administrada por apenas um dos progenitores, sendo que uma delas pelo pai e o restante apenas pela mãe. Saliento, ainda, que essas famílias eram constituídas com uma média de seis membros vivendo sob o mesmo teto. A dedicação ao filho, portanto, tem um limite que não ultrapassa as questões básicas de sobrevivência e cuidados com a saúde, ficando nisso boa parte dessa dedicação exclusiva.

Importante salientar que a própria configuração do sistema de proteção e assistência às famílias dá-se a partir do SUAS - Sistema Único de Assistência Social, com o serviço organizado por territórios e ações de média e alta complexidade. As famílias com filhos com deficiência são consideradas de atendimento prioritário nos CRAS - Centros de Referência de Assistência Social, responsável pela prestação de serviços às famílias que se encontram em situação de risco pessoal ou social que caracterize vulnerabilidade.

A prioridade nesse atendimento pode representar uma prevenção do risco, como afirma Castel (1987). Prevenir é primeiro vigiar, quer dizer, se colocar em posição de antecipar a emergência de algum acontecimento indesejável, “doenças, anomalias, comportamentos de desvio”, são modos de vigilância promovida por políticas preventivas. O Sistema Único de Assistência Social apresenta como uma das estratégias de prevenção as buscas ativas dos beneficiários do sistema. A Busca Ativa refere-se à localização, inclusão no Cadastro Único e atualização cadastral de todas as famílias extremamente pobres, assim como o encaminhamento dessas famílias aos serviços da rede de proteção social. As famílias de pessoas com deficiência fazem parte dessa busca, principalmente a partir dos dados do BPC Escola.

6.1.2 O Benefício que remunera e passa a ser o salário

Segundo a Consolidação das Leis do Trabalho, a CLT, há distinção entre remuneração e salário. A remuneração seria algo mais ampla, pois abrangeria, além do salário, outros benefícios percebidos pelo trabalhador que podem ser pagos tanto pelo empregador, participação nos lucros, por exemplo, quanto por terceiros, as gorjetas. O artigo 457 da CLT diz que a remuneração do empregado, para todos os efeitos legais, são, além do salário devido e pago diretamente pelo empregador, as vantagens percebidas na vigência do contrato de trabalho como contraprestação do serviço, o que representaria os adicionais.

A tentativa de aproximar as concepções de remuneração e salário é uma tentativa de problematizar algumas afirmações corriqueiramente trazidas pelos jovens e suas famílias, beneficiários do BPC, como V refere para explicar o motivo de não poder trabalhar.

“[...] minha mãe me disse que não posso trabalhar, pois recebo o salário do governo.” V. (Diário de campo grupo do dia 05/11/2014)

No grupo de diálogo, essa discussão estendeu-se por um tempo, pois questionei o grupo sobre quem pagava esse dinheiro; para alguns era o governo, para outros o banco, para outros ainda a presidente e o prefeito. Vejo que nos jovens, apesar de saberem que as famílias recebem o benefício por sua causa, ainda há muita fantasia sobre que dinheiro é esse. Assim,

algumas famílias e os próprios jovens reconhecerem o BPC como um salário que o governo paga. Para muitos, é difícil responder como recebem um salário se não realizam um trabalho para recebê-lo, para essa questão alguns encontraram como resposta o fato de ser uma pensão ou aposentadoria.

Ao aproximar uma proposta de diferenciação entre remuneração e salário, poderia inferir que, para os beneficiários do BPC, este funcionaria como uma remuneração vitalícia. Por essa característica passa a ser, então, reconhecido como salário, pois, para continuar recebendo, é só permanecer “incapaz”, por mais contraditório que isso possa parecer, é uma espécie de compensação pela falta de algo. Como se pode observar, algumas famílias dizem que o salário “é pela doença do filho”. Isso poderia ser encarado, então, como uma espécie de “contrato com o governo”: manter a incapacidade para manter o “salário”.

Assim, por mais que esteja claro na própria legislação que cria o benefício que é a garantia de um salário mínimo mensal à pessoa com deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção ou tê-la provida por sua família, para muitos é o salário do governo.

De certa forma, as famílias dos jovens beneficiários do BPC recebem um auxílio que encaram como uma remuneração, um dinheiro mensal que sustenta os gastos da família, proveniente do “salário do filho” que recebe esse dinheiro do governo pela sua condição de vulnerabilidade e deficiência. Constituem para si um lugar de assistidos, mas tutelados por uma remuneração que lhes provê o sustento. O “salário” do filho é o dinheiro do governo, e já se naturalizou que esse filho não pode e não deve trabalhar.

A materialidade de tal afirmação foi apresentada nos diferentes argumentos utilizados pelas famílias e pelos próprios jovens: “não pode assinar carteira”. Diante de tal argumentação, seria importante referir alguns dados sobre a constituição do ato de assinatura da carteira de trabalho, remuneração e salário.

Em 1891, o Presidente da República, Marechal Deodoro da Fonseca, assina o decreto que exige das fábricas o registro, em um livro, das matrículas de menores trabalhadores, contendo as primeiras informações sobre esses jovens. A Carteira de Trabalho, reconhecida como Carteira Profissional, foi implantada em 1932 através de um decreto assinado pelo

então Presidente da República, Getúlio Vargas. Em seguida, esta passa a ser também um atestado de conduta do trabalhador, porque nela havia espaços para anotações policiais, que praticamente obrigavam seu portador a carregá-la sempre no bolso para não ser “taxado” de desocupado.

Já a Carteira de Trabalho e Previdência Social, CTPS, que substituiu a carteira profissional, foi criada apenas em 1969. A partir daí a CTPS passa a conter as informações sobre a qualificação civil, a vida profissional do trabalhador e as anotações sobre sua filiação ao Instituto Nacional de Seguridade Social, INSS.

O processo de constituição da Carteira de Trabalho e a forma como as famílias e os jovens beneficiários do BPC reagem diante do fato de assiná-la como instrumento de concretização de um “trabalhador”, uma credencial de capacidade para o trabalho, é, ao mesmo tempo, um descredenciamento da situação de beneficiário.

A evolução de tal documento como uma credencial de identidade para um “bom trabalhador” pode facilmente ser constatada em alguns exemplares do documento, que apresenta nas primeiras páginas um espaço para o registro da “Mensagem do Ministro”. Três décadas depois, transcrevo o registro dos exemplares do ano de 1985:

A Carteira de Trabalho e Previdência Social resistiu ao passar dos anos, assimilando com muita presteza as profundas modificações que se registraram, nestas décadas, na composição, distribuição e qualificação da nossa força de trabalho. Sem nenhum exagero, pode-se afirmar que este documento [...] converteu-se num dos mais importantes instrumentos à disposição do trabalhador, fazendo às vezes de cédula de identidade, título de crédito, atestado de antecedentes, de boa conduta e de residência, para citar apenas algumas das suas muitas utilidades. Em sua simplicidade [...] reflete sua evolução profissional. Cabe-lhe, pois, protegê-la atenta e cuidadosamente, porque enquanto pelos seus aspectos externos essa carteira revela traços importantes da personalidade e da formação do seu possuidor, os registros internos, habitualmente insubstituíveis, se constituem nas melhores garantias da preservação e da efetivação dos seus direitos trabalhistas e previdenciários. (Almir Pazzianotto Pinto – Ministro Trabalho de 1985 – 1988)

Saliento que, para a inserção dos jovens nos cursos como Jovem Aprendiz, a assinatura da Carteira de Trabalho é um dos critérios. Tal situação é geradora de muitas dúvidas e para alguns, motivo da desistência, pois se identificar como trabalhador é uma condição para não mais ser caracterizado como beneficiário do BPC. Acrescento que, após dois anos de curso de aprendizagem, se efetivado em um trabalho formal, o beneficiário tem

obrigação de formalizar pedido de cessação do benefício, pois, se assim não o fizer, corre o risco de ter que devolver aos cofres públicos do governo todo o valor do recurso recebido após a efetivação.

6.1.3 A incapacidade para a vida autônoma e o fortalecimento da autonomia: habilitar e reabilitar pessoas

Durante boa parte do texto, venho trazendo a questão das contradições encontradas na pesquisa quanto a considerar muitos dos jovens do PTE que recebem o BPC como incapacitados para vida autônoma e para o trabalho diante dos avanços do governo em relação a legislações mais flexíveis, que admitem e incentivam, através de programas como o PRONATEC e Jovem aprendiz, a participação ativa desses jovens.

No entanto, tais informações são pouco divulgadas, e a maioria dos jovens do grupo de pesquisa desconheciam tais possibilidades. É possível perceber que algumas famílias, quanto a essa questão, assumem a postura naturalizada de “desconfiar do governo”. Apesar de estar afirmado que os beneficiários do BPC, se assumirem cursos como aprendizes e forem contratados, após dois anos de experiência, terão suspensos seus benefícios, também está dito que, se a experiência não der certo, após o período do seguro desemprego, ao qual também têm direito, poderão requisitá-lo novamente sem novas perícias, são raras as famílias que assumem essa experiência. Até o momento, na escola, apenas um jovem iniciará este ano tal experiência, mas ainda com muito receio.

Apesar de ser uma parte da lei pouco explorada, a legislação relativa ao BPC Trabalho traz trechos muito claros quanto à necessidade de habilitar e reabilitar pessoas com deficiência.

[...] o desenvolvimento das capacidades cognitivas, motoras ou educacionais e a realização de atividades não remuneradas de habilitação e reabilitação, entre outras, não constituem motivo de suspensão ou cessação do benefício da pessoa com deficiência. (Lei 12470/2011)

Complementa a legislação, o Caderno de Orientações Técnicas do Programa BPC Trabalho, produzido pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, em parceria com a Secretaria Nacional de Assistência Social e o Departamento de Benefícios Assistenciais.

Uma das reivindicações do movimento das pessoas com deficiência refere-se ao exercício do direito de participar socialmente do mundo do trabalho aumentando sua independência e autodeterminação. Originalmente, a concepção de pessoa com deficiência para fins de delimitação do público do BPC compreendia aquela incapacitada para a vida independente e para o trabalho, o que acabava por inibir iniciativas diversas por parte dos beneficiários e suas famílias no receio de que a promoção de sua autonomia viesse a ocasionar a perda do benefício. E, em relação a oportunidade de trabalho, o receio era de que ao deixar o benefício para o exercício de atividade remunerada se não conseguisse permanecer no trabalho, ficaria sem qualquer recurso para se manter.[...] . Baseando-se na Classificação Internacional de Funcionalidades, Incapacidade e Saúde (CIF/OMS/2001), e na Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (ONU/2006) foi superado o conceito de incapacidade para a vida independente e para o trabalho e modificado o modelo de avaliação da deficiência para o acesso ao BPC [...]. – (Caderno de orientações Técnicas BPC Trabalho)

A partir de tais modificações, começa-se a verificar na prática algumas poucas alterações de comportamento por parte dos jovens, como afirma **F**.

*“Agora já me acostumei com o benefício. A última que vou receber (referindo-se ao valor do BPC) agora só fazendo a perícia para saber. Vão conversar comigo e depois irão chamar a minha mãe. Se eu não puder ser aposentado, vou trabalhar.” **F** – (Diário de Campo – grupo do dia 25/11/2014).*

A colocação do jovem refere-se ao fato de que atualmente a perícia é repetida a cada dois anos, exatamente pelo caráter transitório da avaliação pericial e da possibilidade de habilitação e reabilitação do jovem periciado, diante das oportunidades oferecidas pelos programas sociais. Importante ressaltar que a afirmativa de **F**. de estar “acostumado com o benefício” torna cada vez mais difícil retroceder uma realidade de aproximadamente uma década que levou para mudarem os regramentos do BPC.

Por outro lado, é notória a mudança de comportamento dos jovens pelo fato de assumirem uma vaga de estágio, deslocarem-se sozinhos pela cidade, ter documentos oficiais, como título de eleitor, carteira de trabalho entre outros. Poderem comprar com o dinheiro do

seu trabalho artefatos da moda, como bonés de rappers, brincos e adornos, como correntões, pulseiras coloridas, celulares de todos os modelos, caixas de som, faz com que eles adquiram uma “subjetividade juvenil normalizadora”, ou seja, deixam de ser os incapacitados, deficientes em desvantagem, para alcançar um outro lugar em construção. Lugar conquistado pela autonomia juvenil que antes não pensavam em construir e, se pensavam, posicionavam-se pouco resistentes aos fadados estereótipos da deficiência, aos quais se resignaram para receber um benefício assistencial.

A autonomia, como ferramenta conceitual na linha dos estudos culturais, precisa estar para além da oposição à dominação; precisa visibilizar as táticas e estratégias cotidianas na coexistência poder/resistência, postulado amplamente estudado por Foucault em muitas de suas obras.

Aproximei o conceito de autonomia do processo de resistência, tendo como suporte os dados da pesquisa que traduziram cenas configuradas em processos de subjetivação. Refiro-me aos jovens sujeitos da pesquisa que, através da sua inserção em programas de trabalho educativo, produziram identidades subjetivadas para além do assujeitamento: a “condição de deficiente como incapacitado para vida autônoma e para o trabalho”. No caso do BPC, os modos de produzir cidadãos beneficiários de uma política, que foi pensada para assisti-los e protegê-los, acabam por tutelá-los.

A produção de tutela, no sentido em que o Estado estabelece, exige das famílias dos beneficiários algumas condições a que devem se adequar para permanecerem tutelados; regramentos constituídos que os inscrevem em grupos impedidos de exercer suas capacidades autônomas, portanto subjugados à categoria da incapacidade. Refiro-me às políticas assistências compensatórias que determinam seus beneficiários a partir dos parâmetros de seus déficits, cristalizando categorias cada vez mais numerosas de beneficiários que demandam programas especiais de atendimento.

Na construção dos seus processos de autonomia, esses jovens têm buscado pequenos rasgos para proceder suas lutas diárias pela sua individualização, como sujeito de direitos coletivos de uma categoria assistida Criad, apesar de tudo, “micro resistência” para manter seus estilos, seus modos de estar neste mundo do trabalho e na sua juventude para além dos

estereótipos da deficiência. Segundo Branco (2005), as lutas individualizantes são lutas efetivamente potentes

[...] estas são lutas de resistência contra o gigantesco aparato, técnicas e procedimentos desenvolvidos para conhecer, dirigir e controlar as vidas das pessoas, seus estilos de existência, suas maneiras de sentir, avaliar, pensar. Essas técnicas e saberes, dentro do projeto de otimização do poder tem o objetivo explícito de conhecer e controlar a vida subjetiva de cada um dos seus membros submetidos aos seus campos de ação, de maneira [...] dispor simultaneamente, de técnicas totalizantes e procedimentos que visão o “governo por individuação”. O governo por individuação ou normalização, dizendo de outra maneira na terminologia de Foucault [...] O resultado desse processo de controle nada mais é do que o sujeito assujeitado a normas e padrões de constituição de sua subjetividade [...] (BRANCO, 2005, p. 181 e 182)

Por outro lado, talvez na tentativa de escapar das armadilhas do benefício, estes jovens, subjetivados pelo trabalho, correm o risco de entrar nas armadilhas do dinheiro fácil, do dinheiro sem esforço, às quais muitos deles podem ser submetidos. Um dos jovens do grupo abandonou seu estágio exatamente quando percebeu que o que levava um mês para receber, cumprindo horário e regras, “os guris da boca” recebiam em um dia, talvez em algumas horas. Atualmente observamos esse mesmo jovem, relatando que irá ao shopping comprar um tênis de mil reais, ou então me questionando qual a marca de minhas roupas. Quando digo que não uso roupa de marca, puxa as etiquetas da bermuda ou camiseta, mostrando as marcas caríssimas das roupas que adquiriu.

Importante ressaltar que, na ânsia de “governar a si mesmo”, esses jovens contribuem para uma avaliação da eficácia do governo, pois, ao se descobrirem produtivos, correm o risco de serem capturados por uma relação de consumo que conseqüentemente, acabará por inseri-los em outras relações de tutela. A tutela do “patrão”, por exemplo, que protege, mas explora.

Entretanto, prefiro que este momento em que me encaminho para a conclusão desse estudo não seja um ponto final, mas um espaço de reticências. Prefiro acabar acreditando que jovens como **A, K, J, F, V, M, D, KA, FA, G**, entre tantos outros, subjetivados pela oportunidade de trabalho permaneçam em um outro lugar para além da incapacidade ou da falta de autonomia. E sejam jovens mais felizes, traçando muitos deles planos de futuro, vivendo com toda a potência possível, assistidos pela vida e tutelados pela alegria...

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Adriano Amaral. *A psiquiatria no divã. Entre as ciências da vida e a medicalização da existência*. Rio de Janeiro: Relume dumará, 2004

ARRETCHE, Marta T. S. *POLÍTICAS SOCIAIS NO BRASIL: descentralização em um Estado federativo*. In: Revista Brasileira Ciências Sociais. Vol. 14 Nº10 – jun/ 1999. P.111-141. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v14n40/1712.pdf>. Acesso em Julho de 2012.

BARTALOTTI , Celina e MELLO, Barbara Cristina AAMR. *Retardo mental: definição, classificação e sistemas de apoio*. Porto Alegre: ARTMED, 2006.

BAUMANN, Zygmunt. *Modernidade Líquida*. Trad. Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 2001.

BELLO, Samuel Edmundo Lopez e TRAVERSINI, Clarice Salette. *Saber Estatístico e sua curricularização para o governo de todos e de cada um*. IN Revista Bolema. V.24 Nº40. Rio Claro SP. Dez 2011.

BOSCHETTI, Ivanete. *Seguridade Social e trabalho: paradoxos na construção das políticas de previdência e assistência social no Brasil*. 1ª Reimpressão. Brasília: LetrasLivres, UNB, 2008.

BRANCO, Guilherme Castelo (2013). *A seguridade social em Michel Foucault*. Revista Ecpolítica, São Paulo, n. 6, jan-abr, pp. 76-89. Disponível em: [file:///D:/Users/gigabyte/Downloads/14985-36148-2-PB%20\(2\).pdf](file:///D:/Users/gigabyte/Downloads/14985-36148-2-PB%20(2).pdf) – Acesso em maio/2015.

BRANCO, Guilherme Castelo. *As lutas Pela Autonomia em Michel Foucault* In: RAGO, Margareth, ORLANDI, Luiz B. Lacerda e VEIGA-NETO, Alfredo (orgs). *Imagens de Foucault e Deleuze: ressonâncias Nietzscheanas*. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

BRASIL, MPS – Ministério da Previdência Social. *Perícia Médica*. (Disponível em http://www.previdenciasocial.gov.br/arquivos/office/3_100701-165317-517.pdf, acesso em 22/01/2012)

BRASIL. *Avaliação das pessoas com deficiência para acesso ao benefício de prestação continuada da assistência social: um novo instrumento baseado na Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde*. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Ministério da Previdência Social, 2007.

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. *Catálogo de Experiência Municipais do Programa BPC na Escola*. Brasília, DF: Secretaria Nacional de Assistência Social, 2010. 52 p.

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome: *Portaria Conjunta MDS/INSS Nº 1, de 24 de maio de 2011* (Publicada no DOU nº 100, de 26.5.2011) Disponível em: <http://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=229219>, acesso em 20 de outubro de 2014.

BRASIL, Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para assuntos jurídicos. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111692.htm. Acesso em Janeiro de 2014.

BRASIL, MTE - Ministério do Trabalho e Emprego. DIEESE - Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. Convênio MTE/SPPE/CODEFAT – Nº. 075/2005 e Primeiro Termo. Brasília, 2007. Disponível em: http://www3.mte.gov.br/observatorio/sumario_2009_TEXTOV1.pdf Acesso em: Abril de 2015

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Secretaria Nacional de Assistência Social e Departamento de Benefícios Sociais. *Caderno de Orientação Técnica – Programa BPC Trabalho*. Brasília, Maio de 2013. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/assistenciasocial/beneficiosassistenciais/bpc/bpc-trabalho/caderno-de-orientacao-bpc-trabalho.pdf> - acesso em Abril de 2015

CANGUILHEM, Georges. *O Normal e o Patológico*. 6ªed. Tradução de Maria Thereza Redig de carvalho Barrocas e Luiz Octávio Ferreira Barreto leite. Rio de Janeiro: Forense Universitária. 2010

CADERNOS DE ESTUDOS: *desenvolvimento social em debate: Benefícios Eventuais da Assistência Social*. Brasília, DF: MDS; SAGI, n.12, mar. 2010. 80 p.

CASTEL, Robert. *A Ordem Psiquiátrica: a idade de ouro do alienismo*. Trad. Maria Thereza da Costa Albuquerque. Rio de Janeiro: Ed. Graal, 1978.

_____. *A dinâmica dos processos de marginalização: da vulnerabilidade à “desfiliação”*.

Cadernos CRH, nº 26 e 27, pp. 19-40, 1997.

_____. *As Metamorfoses da questão social. Uma crônica do salário*. Trad. Iraci D. Poleti. 11 ed.

– Petrópolis, Rio de Janeiro: Ed. Vozes, 2013

CASTRO, Edgardo. *Vocabulário de Foucault – um percurso pelos seus temas, conceitos e autores*. Trad. Ingrid Müller Xavier. Revisão técnica Alfredo Veiga-Neto e Walter Omar Kohan. Belo Horizonte: Autêntica, 2009

CICOUREL, A.. Teoria e método em pesquisa de campo. In: GUIMARÃES, A. Z. (org.). *Desvendando máscaras sociais*. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves Editora, 1980. p. 87-121.

COSTA, Ana Maria Machado da. *Inclusão Gradual no Trabalho* In: PASSERINO, Liliana et al. (Org.). *Comunicar para Incluir*. Porto Alegre: CRBF, 2013. P. 61-79.

COSTA, Jurandir Freire. *Ordem Médica e Norma Familiar*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2004.

DAYRELL, Juarez. *A Escola “Faz” As Juventudes? Reflexões em torno da Socialização Juvenil*. In: Educ. Soc., Campinas, vol. 28, n. 100 - Especial, p. 1105-1128, out. 2007. Disponível em <http://www.cedes.unicamp.br> . Acesso em 21/05/2015

DOVAL, Jorge Luiz Moraes. *Inclusão de pessoas portadoras de deficiência no mercado de trabalho: desafios e tendências*. Porto Alegre. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Escola de Administração. Programa de Pós-Graduação em Administração. 2006. Dissertação, Mestrado Disponível em: <http://hdl.handle.net/10183/8215>, acesso em janeiro de 2011.

DREYFUS, Hubert L. e RABINOW, Paul. *Michel Foucault, uma trajetória Filosófica (Para além do estruturalismo e da hermenêutica)*. Trad. Vera Porto Carrero. Rio de Janeiro. Forense Universitária. 1995

DUARTE, André. *Vidas em Risco – Crítica do presente em Heidegger, Arendt e Foucault*. Rio de Janeiro. Forense Universitária. 2010.

DUSCHATZKY, Silvia. *Tutelados e assistidos*. 1ª Edição. Buenos Aires. Paidós, 2008.

FARIAS, Norma e BUCHALLA, Cássia Maria. *A Classificação Internacional de Funcionalidade, incapacidade e Saúde*. In: Revista Brasileira de Epidemiologia, 2005. Disponível em: <http://www.scielo.org/pdf/rbepid/v8n2/11.pdf>, acesso em jul de 2011.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. Organização e tradução de Roberto Machado. 28ª Ed.2010. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

_____. *Crise da Medicina ou crise da antimedicina*. Trad. De Heliana Conde. In VERVE: Revista Semestral do NU-SOL – Núcleo de Sociabilidade Libertária/ Programa de Estudos Pós-graduação em ciências Sociais, PUC – SP. N°18 – Outubro de 2010.

_____. *A Ordem do Discurso*. Trad. Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Edições Loyola. 11ª Ed.2004

_____. *Vigiar e Punir*. Trad. raquel Ramalhete. Petrópolis: Vozes. 31ª Ed. 2006

_____. *O Nascimento da Clínica*. Trad. Roberto Machado. Rio de Janeiro: Forense Universitária. 6ª Ed. 2008.

_____. *Ditos & Escritos*, volume IV. Estratégia, Poder-Saber. Org. Manoel Barros de Motta. Tradução Vera Lúcia Avellar Ribeiro. – 3ª Edição. Rio de Janeiro. Forense Universitária, 2012.

FREITAS, Maria Ester de. *Viver a tese é preciso!* In RAE - Revista de Administração de Empresas • Jan./Mar. 2002. São Paulo. v. 42 • n. 1 • Janeiro. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rae/v42n1/v42n1a09.pdf>. Acesso em : 31/03/2015.

GARCIA, Rosalba M. C. *Políticas públicas de inclusão: uma análise no campo da educação especial*. 2004. Tese (Doutorado em Educação) Universidade Federal de Santa Catarina, UFSC, Florianópolis. 2004.

GARIDO, Renata Lauretti. *O que não tem remédio, remediado está: medicalização da vida e algumas implicações da presença do saber médico na educação*. São Paulo: Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, 2008. Dissertação, Mestrado – Programa de Pós-graduação em Educação Área concentração: Psicologia e Educação, São Paulo.

- GUILHON de Albuquerque, J. *Metaforas da desordem*. Rio de Janeiro: Paz e Terra. . (1978)
- HATTGE, Morgana Domênica. *Performatividade e inclusão no movimento todos pela educação*. Tese de Doutorado – Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade do Vale do Rio dos Sinos. UNISINOS, São Leopoldo, 2014.
- LUENGO, Fabiola Colombani. *A vigilância punitiva: a postura dos educadores no processo de patologização e medicalização da infância*. 1ª Edição. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010.
- LARROSA, Jorge. *La Experiência de Lalectura*. Barcelona: Laertes, 1996.
- LAURENTI, R. *Análise da informação em saúde: 1893-1993, cem anos da Classificação Internacional de Doenças*. *Rev. Saúde públ.*, S. Paulo, **25**: 407-17, 1991
- LOCKMANN, Kamila. *As Políticas De Assistência Social Na Educação Escolarizada: estratégias da governamentalidade neoliberal*. 2011. 147 fl. Projeto de Tese de Doutorado. Faculdade de Educação. UFRGS, Porto Alegre, 2011.
- LOPES, Maura Corcini Prefácio: *Políticas de inclusão e governamentalidade*. in Adriana da Silva Thoma e Betina Hillesheim (org). *Políticas de inclusão: gerenciando riscos e governando as diferenças*. Santa Cruz do Sul, EDUNISC, 2011.
- LOPES, Maura Corcini e MORGANA, Domênica (orgs). *Inclusão Escolar: conjunto de práticas que governam*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009.
- LOPES, Maura Corcini e DALÍGNA, Maria Claudia(orgs). *In/exclusão: nas tramas da escola*. Canoas: Ed. ULBRA, 2007.
- MACHADO, Roberto. *Foucault, a ciência e o saber*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006.
- MARIOTTI, Humberto. *Diálogo: um método de reflexão conjunta e observação compartilhada da experiência*. Grupo de Estudos Contemporâneos (Complexidade, Pensamento Sistêmico e Cultura) da Associação Palas Athena — Centro de Estudos Filosóficos. São Paulo. 2001. Disponível em:

<http://www.teoriadacomplexidade.com.br/textos/dialogo/Dialogo-Metodo-de-Reflexao.pdf>.

Acesso em 24/02/2015

MARQUES, Angela Cristina Salgueiro ; ROCHA Simone Maria. *A produção de sentidos nos contextos de recepção: em foco o grupo focal*. Revista Fronteiras – estudos midiáticos, VIII(1): 38-53, janeiro/abril 2006. São Leopoldo. Unisinos, 2006. Disponível em: <http://revistas.unisinos.br/index.php/fronteiras/article/view/6116>. Acesso em 24/02/2015

MELO Marcia Cristina Henares de; CRUZ Gilmar de Carvalho. Roda de Conversa: uma proposta metodológica para construção de um espaço de diálogo no ensino médio. Revista Imagens da Educação, v. 4, n. 2, p. 31-39, 2014. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.4025/imagenseduc.v4i2.22222>. Acesso em 24/02/2015

MELUCCI, Alberto. *Por Uma Sociologia Reflexiva – Pesquisa qualitativa e Cultura*. Tradução de Maria do Carmo Alves do Bomfim. Petrópolis, Rio de Janeiro, 2005.

MIRANDA, Carlos Alberto Cunha de. *Da polícia Médica a cidade higiênica*. In Cadernos de Extensão da UFPE – Saúde, 2009. Disponível em http://www.ufpe.br/proext/index.php?option=com_content&view=article&id=34&Itemid=119 – acesso em janeiro de 2012.

MOYSÉS, Maria Aparecida Affonso. *A institucionalização Invisível. Crianças que não-aprendem-na-escola*. Campinas. São Paulo: Mercado das Letras, 2001.

Ó, Jorge Ramos do. *A governamentalidade e a história da Escola Moderna: Outras conexões investigativas*. In: Educação e Realidade. Porto Alegre. Vol. 34, Nº2 (Maio/Agosto 2009).

PASSERINO, Liliana e CYPRIANO, Ana Cristina. *Educação, inclusão e Trabalho: um debate necessário*. In: Educação & Realidade, Porto Alegre, v. 39, n. 3, p. 831-846, jul./set. 2014. Disponível em: http://www.ufrgs.br/edu_realidade.

PENKO, Caio Teixeira. *Para compreender o mundo do trabalho na contemporaneidade: revisitando Robert Castel*. In: REDD – Revista Espaço de Diálogo e Desconexão, Araraquara, v. 3, n. 1, jul/dez. 2010.

PEREIRA, Ana Cristina Cypriano. *Inclusão de pessoas com deficiência no trabalho e o movimento da cultura organizacional : análise multifacetada de uma organização*. . Porto Alegre. Faculdade de Educação. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Programa de Pós-Graduação em Educação, 2011. Dissertação, Mestrado. Disponível em <http://hdl.handle.net/10183/29934>, acesso em janeiro de 2011.

PESSOTI, Isaias. *Deficiência Mental: da superstição à ciência*. São Paulo: T.A. Queiroz/EDUSP, 1984.

PINTO, C. R. J. *Políticas Compensatórias e Cotas no Brasil: Onde Realmente Estão os Problemas?* In: Revista Brasileira de Psicologia Política. Vol. 3 Nº5 (Jan/Jun 2003). P. 39-54. São Paulo: SBPP, 2002. Disponível em: http://www.fafich.ufmg.br/~psicopol/psicopol/volumes_pub/livro_6.pdf. Acesso em Julho de 2012.

RIBEIRO de Vargas, Juliana. *O que Ouço me conduz e me reproduz? A constituição da feminilidade de jovens contemporâneas no espaço escolar da periferia*. Tese (Doutorado) Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Educação, Programa de Pós Graduação em Educação, Porto Alegre, 2015. Disponível em: <http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/115726/000965122.pdf?sequence=1> Acesso em Maio de 2015.

ROSE, Nikolas. *Governando a alma: a formação do eu privado*. In: SILVA, Tomaz Tadeu da. *Liberdades Reguladas: a pedagogia construtivista e outras formas de governo do eu*. Petropolis, RJ: Vozes, 1998.

SALVA, Sueli y STECANELA, Nilda. *Diálogos sobre participação: o que dizem os jovens da região metropolitana de porto alegre Brasil*. Última década. . 2006, vol.14, n.25. Disponível em: http://www.scielo.cl/scielo.php?pid=S0718-223620060002000008&script=sci_arttext - Acesso em 20/02/2015

SANTOS, Wederson Rufino. DINIZ, Debora e PEREIRA, Natalia. *Deficiência e Perícia Médica: Os contornos do corpo*. In: Revista Eletrônica de Comunicação, informação e inovação. Rio de Janeiro, V.3, Nº2, P. 16-23, Junho de 2009. Disponível em:

<http://www.reciis.cict.fiocruz.br/index.php/reciis/article/viewArticle/264> - Acesso em 22/01/2012

SARAIVA, Karla. *Diário de uma Pesquisa Off-Road: análise de textos como problematização de regimes de verdade*. In: FERREIRA, Taís e SAMPAIO, Shaula Maíra Vicentini. *Escritos Metodológicos: Possibilidades na pesquisa contemporânea em educação*. Ed. UFAL. Maceió- AL, 2009.

SECRETARIADO NACIONAL DE REABILITAÇÃO\OMS. *Classificação Internacional das deficiências, incapacidades e desvantagens (handicaps): um manual de classificação das doenças*. Lisboa: S.N.R., 1989.

TITTON, Maria Beatriz Pauperio. *Egressos do Ensino Fundamental por Ciclos e sua inserção no ensino médio. Experiências em diálogo*. Porto Alegre, UFRGS, 2010. Tese (Doutorado em Educação) - Programa de Pós Graduação em Educação, Faculdade de Educação. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

VEIGA-NETO, Alfredo. *Foucault & a Educação*. Belo Horizonte, Autêntica, 2005.

VEIGA – NETO, Alfredo e LOPES, Maura Corcini. *Inclusão, exclusão e in/exclusão*. Revista eletrônica Verve. São Paulo v. 20, p. 121-135, 2011. Disponível em: <http://revistas.pucsp.br/index.php/verve/issue/view/994> – Acesso em: 09/05/2015

WELLER, Wivian. *Grupos de discussão na pesquisa com adolescentes e jovens: aportes teórico-metodológicos e análise de uma experiência com o método*. Educação e Pesquisa, São Paulo, v.32, n.2, p. 241-260, maio/ago. 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ep/v32n2/a03v32n2.pdf>. Acesso em 24/02/2015